

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**JOSÉ FRANCISCO GUELFÍ CAMPOS**

**Preservando a memória da ciência brasileira:  
os arquivos pessoais de professores e pesquisadores  
da Universidade de São Paulo**

**São Paulo  
2014**

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS

Preservando a memória da ciência brasileira:  
os arquivos pessoais de professores e pesquisadores  
da Universidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo para  
obtenção do título de mestre em História

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria de  
Almeida Camargo

São Paulo  
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

José Francisco Guelfi Campos

Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Instituição: \_\_\_\_\_  
Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

À Profa. Ana Maria, pela seriedade com que me orienta desde o segundo ano da graduação, pela confiança que deposita em meu trabalho e pela oportunidade constante que me oferece de aprender. Sua generosidade e dedicação são exemplos aos quais espero corresponder quando, um dia, me tornar professor.

Ao Arquivo Geral da Universidade de São Paulo, pelo apoio fundamental ao desenvolvimento da pesquisa, em especial aos colegas Lílian Miranda Bezerra, Edison de Carvalho Macedo, Beatriz L. dos Anjos Oliveira, Henrique Moraes Nogueira, Joice de Medeiros e Lucas Corrêa Bulhões, pela convivência durante a realização de parte do trabalho de campo. E também à Helena Missumi, pela ajuda na conferência dos nomes completos dos professores.

A todos os funcionários e docentes da Universidade de São Paulo que colaboraram com a coleta de dados ao longo do trabalho de campo.

À Profa. Dra. Márcia Regina Barros da Silva, pelas aulas inspiradoras e pela contribuição no exame de qualificação.

À Profa. Dra. Johanna Wilhelmina Smit, pelos comentários significativos no exame de qualificação, por ter acompanhado minha trajetória nessa pesquisa e pela disposição em debater as dúvidas que se colocaram ao longo do caminho.

Aos queridos Danielle Marques, Fabiana Cassiano, Geovanne Mauro e Mariana Faccini, mais que amigos de uma vida inteira, irmãos que o destino me deu de presente.

À Camila Cintra e ao João Henrique Ganança, pelos almoços e cafés que me fizeram esquecer o estresse da rotina.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização dessa pesquisa.

Por fim, o agradecimento mais especial à minha mãe, Izildinha, e à minha prima Ligia, por tudo.

*Há um rio que atravessa a casa. Esse rio, dizem, é o tempo. E as lembranças são peixes nadando ao invés da corrente. Acredito, sim, por educação. Mas não creio. Minhas lembranças são aves. A haver inundação é de céu, repleção de nuvem. Vos guio por essa nuvem, minha lembrança.*

**Mia Couto**

## RESUMO

Ao longo de suas vidas funcionais junto à Universidade de São Paulo (USP), pesquisadores e professores atuam nos campos da docência e da investigação científica, acumulando também cargos de gestão. Tais atividades geram um rico manancial documental mantido em seus gabinetes e laboratórios. Todavia, o que ocorre com esta documentação quando deixam de integrar os quadros acadêmicos?

A pesquisa busca responder a tal questão. Reconhecendo a relevância e o potencial informativo destes arquivos, repositórios não apenas da memória individual de seus titulares, mas também da própria universidade e, por extensão, da vida científica brasileira, e em face das diversas ações de preservação de arquivos desenvolvidas, sem obedecer a diretrizes comuns ou a um programa regular, pelas faculdades e institutos da USP, nossa intenção é mapear a existência de tais núcleos documentais nos seus diferentes *campi* e caracterizar as condições em que são preservados e consultados.

O resultado a ser alcançado assume duplo caráter: o de um guia, nos moldes preconizados pela literatura arquivística quanto à elaboração de instrumentos de pesquisa, e o de um diagnóstico das circunstâncias de aquisição, custódia e tratamento técnico a que foram submetidos os documentos. O trabalho deverá subsidiar, a curto e médio prazo, a formulação de uma política memorial compatível com a importância da Universidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** Arquivos pessoais. Arquivos científicos. Arquivos universitários. Memória Institucional. Política memorial.

## ABSTRACT

Over their functional life at the University of São Paulo (USP), researchers and professors work on the fields of teaching and scientific investigation, also mounting up management positions. These activities generate a rich source of documents usually kept in their offices and laboratories. However, what happens to such documentation when they leave the academic staff?

This study aims to answer this question. By recognizing the relevance and the informational potential of such archives – repositories of not only the individual memory of their creators, but also of the university itself and, by extension, of Brazilian scientific life –, and by facing the various operations of archives preservation developed by USP colleges and institutes without following common guidelines or frameworks, our purpose is to map the existence of such documentation in the different campuses of the University of São Paulo, characterizing their conditions of access and preservation.

The result to be achieved is double-faced: on the one side, we aim to elaborate a guide, adopting the framework of the archival literature on finding aids elaboration; on the other side, we aim to diagnose the circumstances of acquisition, custody and treatment to which the documents were submitted. This study should provide subsidies for the creation, in short and medium term, of a memorial policy compatible with the importance of the University of São Paulo.

**Keywords:** Personal archives. Scientific archives. University archives. Institutional memory. Memorial policy.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Atividades e subatividades representadas em arquivos de cientistas	65
<b>Quadro 2</b> – Funções desempenhadas pelos cientistas	66
<b>Quadro 3</b> – Áreas de ação e atividades dos docentes-pesquisadores	73
<b>Quadro 4</b> – Descrição dos campos contemplados no formulário de diagnóstico do acervo	125
<b>Quadro 5</b> – Núcleos de preservação da memória nas unidades visitadas	131
<b>Quadro 6</b> – Quantidade de acervos por local de guarda	135
<b>Quadro 7</b> – Formas de aquisição	136
<b>Quadro 8</b> – Estágios de organização	143
<b>Quadro 9</b> – Existência de instrumentos de pesquisa	143

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Quantidade de acervos por unidade	134
<b>Gráfico 2</b> – Quantidade de acervos transferidos (por décadas)	137
<b>Gráfico 3</b> – Existência de instrumentos legais	138

## LISTA DE SIGLAS

AG-USP – Arquivo Geral da Universidade de São Paulo

ARISC – *Archives Issues des Sciences Contemporaines*

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getulio Vargas)

EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Universidade de São Paulo)

ECA – Escola de Comunicações e Artes (Universidade de São Paulo)

EE – Escola de Enfermagem (Universidade de São Paulo)

EEFE – Escola de Educação Física e Esporte (Universidade de São Paulo)

EEFERP – Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

EEL – Escola de Engenharia de Lorena (Universidade de São Paulo)

EERP – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

EESC – Escola de Engenharia de São Carlos (Universidade de São Paulo)

EP – Escola Politécnica (Universidade de São Paulo)

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Universidade de São Paulo)

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo)

FCF – Faculdade de Ciências Farmacêuticas (Universidade de São Paulo)

FCFRP – Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FD – Faculdade de Direito (Universidade de São Paulo)

FDRP – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FE – Faculdade de Educação (Universidade de São Paulo)

FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (Universidade de São Paulo)

FEARP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo)

FFCLRP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Universidade de São Paulo)

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FM – Faculdade de Medicina (Universidade de São Paulo)

FMRP – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FMVZ – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Universidade de São Paulo)

FO – Faculdade de Odontologia (Universidade de São Paulo)

FOB – Faculdade de Odontologia de Bauru (Universidade de São Paulo)

FORP – Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (Universidade de São Paulo)

FSP – Faculdade de Saúde Pública (Universidade de São Paulo)

FZEA – Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (Universidade de São Paulo)

IAG – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (Universidade de São Paulo)

IAU – Instituto de Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo)

IB – Instituto de Biociências (Universidade de São Paulo)

ICB – Instituto de Ciências Biomédicas (Universidade de São Paulo)

ICMC – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (Universidade de São Paulo)

IEA – Instituto de Estudos Avançados (Universidade de São Paulo)

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros (Universidade de São Paulo)

IEE – Instituto de Energia e Ambiente (antigo Instituto de Eletrotécnica e Energia) (Universidade de São Paulo)

IF – Instituto de Física (Universidade de São Paulo)

IFSC – Instituto de Física de São Carlos (Universidade de São Paulo)

IGc – Instituto de Geociências (Universidade de São Paulo)

IME – Instituto de Matemática e Estatística (Universidade de São Paulo)

IO – Instituto Oceanográfico (Universidade de São Paulo)

IP – Instituto de Psicologia (Universidade de São Paulo)

IQ – Instituto de Química (Universidade de São Paulo)

IQSC – Instituto de Química de São Carlos (Universidade de São Paulo)

IRI – Instituto de Relações Internacionais (Universidade de São Paulo)

LAI – Lei de Acesso à Informação

MAC – Museu de Arte Contemporânea (Universidade de São Paulo)

MAE – Museu de Arqueologia e Etnografia (Universidade de São Paulo)

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MIT – Massachusetts Institute of Technology

MP – Museu Paulista (Universidade de São Paulo)

MR – Museu Republicano “Convenção de Itu” (Universidade de São Paulo)

MZ – Museu de Zoologia (Universidade de São Paulo)

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PARES – *Portal de Archivos Españoles*

PCD – produção científica docente

SAUSP – Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo

SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas (Universidade de São Paulo)

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>Parte I</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>Capítulo 1</b> <b>POLÊMICAS EM TORNO DOS ARQUIVOS PESSOAIS</b>	25
<b>Capítulo 2</b> <b>ARQUIVOS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS:</b> <b>PROTAGONISTAS DE UMA CONTROVÉRSIA</b>	51
Por que rotular os arquivos?	52
Documentar a docência e a pesquisa	55
<b>Capítulo 3</b> <b>ARQUIVOS E MEMÓRIA: UMA RELAÇÃO DELICADA</b>	76
Memória: entre metáforas e representações	77
A memória arquivada?	80
<b>Capítulo 4</b> <b>OS ARQUIVOS DE DOCENTES-PESQUISADORES NA UNIVERSIDADE DE</b> <b>SÃO PAULO</b>	95
A Universidade de São Paulo	96
Mapeando os arquivos de professores e pesquisadores na Universidade de São Paulo	119
Retrato de um quadro fragmentário	128
Apontamentos em torno de uma política institucional: à guisa de conclusão	145
<b>Parte II</b>	
<b>SOBRE O INSTRUMENTO DE PESQUISA</b>	161
<b>GUIA DOS ACERVOS DE PROFESSORES-PESQUISADORES NAS</b> <b>UNIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</b>	166
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b>	226
<b>REFERÊNCIAS</b>	232

**Parte I**



## INTRODUÇÃO

---

*Eu tenho um problema: é o seguinte: quanto tempo duram as coisas? Se eu deixar uma folha de papel num quarto fechado ela atinge a eternidade?*

**Clarice Lispector**

Na penúltima sala de um corredor deserto no prédio da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, repousam documentos acumulados por vários de seus professores em decorrência de suas atividades de pesquisa e ensino. Na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, a documentação doada por docentes hoje aposentados ou já falecidos recebe tratamento técnico em um centro de apoio à pesquisa em história. Dividido entre uma sala, no Instituto de Física, e um laboratório de pesquisa, na Escola de Comunicações e Artes, encontra-se o arquivo do físico e crítico de arte Mário Schenberg. Em outro bairro de São Paulo, no chamado “quadrilátero da saúde”, um bem instalado museu se encarrega de preservar os documentos de seus professores e pesquisadores mais ilustres. Cruzando a Rua Teodoro Sampaio e adentrando o imponente edifício do antigo Instituto de Hygiene – hoje Faculdade de Saúde Pública – arquivos de docentes aposentados ou falecidos são armazenados em uma salinha em que mal cabem duas pessoas, onde, apesar das dificuldades, funciona um centro de memória.

Por meio de seus diferentes institutos, núcleos de pesquisa, centros de memória, bibliotecas, escolas e faculdades, a Universidade de São Paulo tem se dedicado a colecionar arquivos pessoais como forma de respaldar a pesquisa científica. Dentre esse

acervo, que engloba documentos legados por importantes representantes da literatura e das artes no Brasil, estão também arquivos de professores da universidade, que atuaram em diversas áreas do conhecimento.

O conhecimento da existência de algumas iniciativas de preservação de acervos<sup>1</sup> de antigos professores em diferentes unidades da USP, bem como a constatação, ainda preliminar, de sua pouca divulgação entre a comunidade acadêmica, deu lastro à formulação de um questionamento: o que vem ocorrendo com os arquivos dos professores quando estes se aposentam ou falecem? Para onde vão os documentos? São preservados na própria unidade em que o docente trabalhava, transferidos para uma biblioteca, devolvidos aos familiares?

Outra pergunta se impõe: qual a relevância do arquivo de um professor? Embora pareça descabida, a questão é pertinente. Os documentos de arquivo, talvez menos charmosos que os livros de lombadas coloridas e encadernações luxuosas, enfileirados nas estantes de uma biblioteca, ostentam uma qualidade que os torna únicos: são vestígios materiais das ações dos homens e das instituições ao longo do tempo. Sua função é viabilizar a consecução de atividades rotineiras, permitindo sua reconstituição quando já se encontram concluídas.

Quando produzidos e acumulados por uma pessoa, formando aquilo a que chamamos arquivos pessoais, os documentos ostentam não apenas a capacidade de representar seu criador na consecução das atividades cotidianas, mas também em sua malha de

---

<sup>1</sup> Frente a dificuldade de definir os conjuntos documentais com os quais nos deparamos ao longo do trabalho de campo quanto à natureza da acumulação, questão abordada no capítulo 4, tomamos a liberdade de empregar o termo “acervo” em seu sentido genérico, diferente daquele consagrado entre os arquivistas, qual seja, totalidade dos documentos conservados em uma entidade responsável pela custódia, pelo tratamento e pela utilização dos fundos e coleções sob sua jurisdição (Cf. Bellotto; Camargo, 2010, pp. 18 e 21).

relacionamentos familiares, sociais, amorosos... São ainda testemunhos dos eventos vividos, das áreas de ação e dos papéis sociais desempenhados por seus titulares ao longo da vida, estendendo sua relevância para além dos negócios de uma pessoa ou família, podendo representar fontes importantes para estudos mais amplos a respeito de determinados aspectos da realidade social, artística, científica...

Ao longo de suas carreiras na Universidade de São Paulo, os professores acumulam extenso volume de documentos em seus gabinetes e laboratórios, relativos às aulas que ministram, aos cursos que propõem, às pesquisas que conduzem e aos alunos que orientam. Em paralelo às atividades de ensino e pesquisa, muitos docentes assumem também cargos de gestão em diferentes níveis da administração universitária, o que também gera grande quantidade de documentos. Apontamentos de leitura, roteiros de aula, *slides*, cadernos de laboratório, cadernetas de campo, provas, projetos de pesquisa, relatórios, cartas e bilhetes... No papel amarelado pelo tempo, que lhes serve de suporte, estão registradas passagens da vida de um profissional pela universidade, facetas da vida privada, da “ciência particular” – para tomar de empréstimo a expressão de Gerald Geison (2002) –, e, por que não, da própria história da instituição.

Certa vez, durante o trabalho de campo que constitui parte dessa pesquisa – o que comentaremos mais adiante –, um professor de Física – e ele não foi o único – me perguntou: que interesse pode haver nessa papelada velha, se o que é realmente importante já foi publicado no artigo ou no livro, que estão na biblioteca? Ora, além dos arquivistas, poderiam responder à pergunta também os historiadores da educação e da ciência, para os quais não interessa saber apenas o conteúdo trabalhado em uma aula ou o resultado final de uma pesquisa, mas o que está por trás da escolha dos temas, as diferentes formas de ensinar, como se conduz um experimento, as tentativas, os fracassos, as mudanças nos procedimentos, nas opiniões, os compromissos

institucionais e as opções feitas pelo pesquisador ao longo de sua trajetória... Aspectos, circunstâncias, traços do fazer docente e científico que não estão dados em um *paper* ou em um currículo *Lattes*.

Voltemos ao nosso problema. Se, por um lado, certas faculdades e institutos contam com seus próprios centros de memória ou documentação, por outro, é comum encontrar arquivos pessoais de professores depositados juntos a bibliotecas, geralmente identificados pela rubrica “coleções especiais”. Considere-se ainda a atuação dos grupos e núcleos de pesquisa, que constituem acervos nos quais se integram documentos de ex-professores. Ao longo da pesquisa, identificamos arquivos (ou suas parcelas) de docentes já desligados da universidade armazenados em secretarias, depósitos e também em poder de outros professores que continuam em atividade. O panorama atual da preservação desses arquivos ou coleções na Universidade de São Paulo contribui para que permaneçam obscurecidos em uma zona de penumbra, relegados a uma condição marginal incompatível com a importância que assumem para as pesquisas em História das Ciências e em outros campos do saber, para os estudos sobre seus titulares – muitos dos quais lideranças reconhecidas, no Brasil e no exterior, em suas áreas de atuação –, e para a construção da história da Universidade de São Paulo sob novo viés, que os documentos administrativos não são capazes de evidenciar. Há que se reconhecer, tendo em vista a historiografia sobre a instituição, que ainda pouco se sabe sobre sua trajetória no que tange às atividades de docência e de pesquisa nela desenvolvidas.

Atualmente, a USP padece de grave problema: a falta de uma política memorial voltada para a preservação e difusão de tais arquivos, necessária a uma instituição de seu porte e de sua relevância, ampliando a orientação da política de preservação da memória institucional hoje vigente, que contempla apenas: a) dissertações e teses,

disponibilizadas também pela internet; b) informação sobre processos administrativos, controlada pelo sistema Proteos e gerida segundo as diretrizes formuladas pelo Sistema de Arquivos (SAUSP); c) registros de transações administrativas realizadas por meio de sistemas corporativos. Justamente pela natureza ambígua que ostentam, oscilando entre o *peçoal* e o *institucional*, os documentos produzidos por docentes são considerados, no mais das vezes, como patrimônio pessoal de seus criadores, um posicionamento que deve ser revisto.

Diante do problema exposto, propusemos a realização dessa pesquisa, que se pretende um estudo exploratório, com os seguintes objetivos:

- mapear a existência de arquivos pessoais de professores – aposentados ou falecidos – nas diferentes unidades da USP, dando origem a um guia que permita localizá-los e que reúna informações a respeito de sua composição, extensão, datas-limite, histórico da custódia, instrumentos de pesquisa e condições de conservação e acesso.
- refletir sobre a caracterização desses arquivos, bem como elaborar diagnóstico circunstanciado da realidade observada.

Nossas reflexões, nesse texto, buscam promover o encontro de duas ciências que, embora mantenham estreita ligação, pouco se articulam no plano teórico, quais sejam, a Arquivologia e a História. É necessário, portanto, esclarecer que a terminologia adotada se refere ao campo arquivístico, sobretudo o termo “arquivo”, que no senso comum – partilhado inclusive pelos historiadores, que tão pouco sabem a respeito do *métier* dos arquivistas, embora dependam dos frutos de seu trabalho – assume diferentes acepções.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> De acordo com a teoria arquivística, o conceito pode ser definido como “conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no decurso de suas atividades”. No senso comum, o termo “arquivo” também é empregado para

A dissertação se divide em duas partes. Na primeira, para abordar as questões que circundam os arquivos de professores, procuramos construir um caminho que se inicia com o reconhecimento de seu caráter pessoal, levando em conta a natureza da acumulação, o que se verá no primeiro capítulo. No campo da Arquivologia, ainda que se reconheça o aquecimento do debate em torno das questões metodológicas relativas aos arquivos pessoais nas últimas décadas, como sinaliza Heloísa Bellotto (1998), não se pode afirmar que o estatuto desses conjuntos documentais goze de consenso entre os teóricos e estudiosos da área. Cumpre observar que, de fato, dois autores clássicos, a saber, Sir Hilary Jenkinson ([1922] 1934) e Theodore Roosevelt Schellenberg ([1956] 2006), cujas obras se encontram na base do desenvolvimento da arquivística moderna, não consideram os conjuntos documentais acumulados por pessoas como arquivos propriamente ditos. Os termos pelos quais são designados, segundo a tradição inglesa, quais sejam, *manuscripts* ou *papers*, fazem supor fragmentação e aleatoriedade no processo de produção e acumulação documental, fenômenos que obscureceriam a organicidade que, em princípio, caracteriza todo e qualquer arquivo.

Parece-nos de vital importância para a continuidade dos estudos e das pesquisas em Arquivologia não apenas reconhecer, mas também reforçar, a noção de que os conjuntos documentais acumulados por pessoas constituem parte do universo dos arquivos, constatação que levou Camargo (2009a) a recorrer ao pleonasma necessário para explicitar que “arquivos pessoais são arquivos”. À luz de suas características e especificidades, dos desafios que impõem à teoria tradicional, dos dilemas metodológicos em torno de seu tratamento técnico e descrição, bem como de seus sentidos testemunhal e patrimonial, buscamos conceituar os arquivos pessoais, combinando aportes de estudiosos da Arquivologia e da Teoria da História.

---

fazer referência às instituições de custódia, ao móvel próprio para se guardar documentos e ao conjunto de dados produzidos em computador.

Inseridos no complexo e multifacetado quadro composto pelos arquivos pessoais encontram-se os documentos produzidos e acumulados por docentes da Universidade de São Paulo no cumprimento de atividades ligadas ao ensino, à pesquisa e aos cargos de gestão desempenhados ao longo de suas carreiras. Pela natureza das atividades que representam, tais arquivos podem ser enquadrados no universo dos chamados “arquivos científicos”, denominação controversa que suscita instigante debate sobre sua conceituação e seu conteúdo. Nesse sentido, torna-se fundamental questionar a viabilidade da qualificação dos arquivos por áreas do saber e de atuação profissional de seus titulares, o que tem levado à adoção de designativos tais como “arquivos científicos”, “arquivos sociais”, “arquivos políticos”, entre outros, e suas implicações conceituais, discussão que perpassa o próprio conceito de ciência e a necessidade de se contemplar os diferentes campos disciplinares existentes no contexto universitário, objeto de nossas considerações no segundo capítulo, no qual procuramos articular a bibliografia concernente aos ditos arquivos científicos com a reflexão de certos teóricos da História e da Sociologia da Ciência.

O terceiro capítulo é dedicado ao exame da delicada relação entre arquivos e memória, associação da qual os arquivistas frequentemente lançam mão quando desejam justificar a importância de seu trabalho ou seu lugar na sociedade. Assim, procuramos situar o tema da memória entre as metáforas e representações que sugere, algo que vem estimulando pesquisas entre historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos e neurocientistas. Partindo do questionamento proposto por Millar (2006, p. 106), qual seja, “a forma como criamos, guardamos e recuperamos a memória pode ser comparada à maneira como produzimos, preservamos e usamos os documentos?”, discutimos o caráter memorial dos arquivos. Para tanto consideramos os valores comercial e simbólico de que se reveste o conceito de memória nas sociedades contemporâneas e a

multiplicação dos centros de memória nas instituições públicas e privadas, ressaltando o que Angelika Menne-Haritz (2001, p. 59, tradução e grifos nossos) exprimiu de maneira particularmente feliz e com exemplar concisão: os arquivos, por meio de seus documentos, “nos permitem *construir* a memória, refiná-la, corrigi-la ou ratificá-la sempre que necessário”.

Por fim, na linha de chegada do caminho percorrido, estão os arquivos de professores da Universidade de São Paulo. A natureza desses vestígios materiais do passado coloca em pauta a problemática de sua jurisdição pública ou privada, além de questões metodológicas e operacionais visando ao tratamento documental e questionamentos jurídicos relativos a difusão e acesso, problemas que pretendemos discutir à luz dos resultados obtidos durante o trabalho de campo. Para tanto, explicitamos, previamente, as condições da realização do mapeamento, os dilemas enfrentados, as decisões tomadas, as opções que fizemos e os recortes operados, antecidos por breve incursão sobre a história da universidade. As reflexões desse capítulo, embora sirvam para “costurar” as questões apresentadas, não almejam o *status* de “considerações finais”. Guardam, pelo contrário, a pretensão – quiçá alcançada – de estimular novos debates e de subsidiar, em um futuro próximo, a formulação de política memorial voltada para a preservação de um acervo rico e multifacetado que não deixa de representar facetas ainda desconhecidas da trajetória da própria instituição, bem como uma parcela relevante da história da docência e da pesquisa científica no Brasil.

Na segunda parte, apresentamos breve reflexão sobre a elaboração e a função dos instrumentos de pesquisa e o guia dos acervos identificados nas unidades situadas no *campus* da capital e nos *campi* localizados no interior do estado.



## Capítulo 1

### POLÊMICAS EM TORNO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

---

*Entre los muchos papeles que dejó, pedacitos de vida descompuesta, había un billete de un peso, flamante, cuya potencial circulación había sido coartada para transformarlo en reliquia personal.*

**Sylvia Molloy**

Os conjuntos de documentos acumulados por pessoas constituem, de fato, um problema complexo e bastante especial. Seus contornos, fluidos e indefinidos, comportam grande variedade de tipos documentais – muitas vezes em suportes e formatos inusitados – que os fazem diferir radicalmente dos arquivos de natureza institucional, oferecendo dilemas e desafios aos arquivistas dedicados a organizá-los e descrevê-los.

O estranhamento e as reservas a respeito dos arquivos pessoais derivam não apenas de suas características peculiares, como também do fato de terem ocupado posição ambígua e curiosa – um lugar e um não-lugar – no desenvolvimento da teoria arquivística tradicional, conforme notou a pesquisadora norte-americana Catherine Hobbs (2010, p. 214), levando os arquivistas ao distanciamento das discussões, fenômeno que, segundo Luciana Heymann (2012, p. 23), abriu espaço para a entrada de estudiosos de outros campos disciplinares, como a História, a Antropologia, a Filosofia e a Linguística.

Cumprer notar que se, por um lado, a interdisciplinaridade propicia valiosa oportunidade de ampliar o debate, a partir da incorporação de novos olhares e abordagens, por outro pode suscitar tergiversações de todo tipo.

A análise atenta da bibliografia especializada revela que as polêmicas e controvérsias em torno dos documentos acumulados por pessoas gravitam em torno de problemas ligados ao enquadramento dos princípios e funções arquivísticas – avaliação, organização e descrição. Entretanto, uma questão mais ampla perpassa toda a discussão: o reconhecimento de sua condição – ou estatuto – enquanto arquivos.

Em razão de suas singularidades, os chamados arquivos pessoais foram sistematicamente ignorados nas discussões empreendidas pelos principais estudiosos da teoria arquivística. Publicado originalmente em 1898, o popularmente conhecido “manual dos holandeses”<sup>3</sup> apresenta a seguinte definição:

“Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.” (Muller; Feith; Fruin, 1973, p. 13)

---

<sup>3</sup> Escrito por Muller, Feith e Fruin, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* foi publicado pela Associação dos Arquivistas Holandeses, tendo sido, com o passar dos anos, traduzido para diversos idiomas. Servirá como base para citação nesse trabalho a tradução para o português brasileiro, em sua segunda edição, publicada pelo Arquivo Nacional em 1973.

Com efeito, o arquivista italiano Eugenio Casanova (1928) foi o primeiro a reconhecer os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por indivíduos como arquivos propriamente ditos, gozando da mesma condição daqueles de origem pública e institucional. A ideia, contudo, não ecoou com a devida força nos estudos de seus contemporâneos e nos trabalhos de gerações posteriores.

Dois autores clássicos da teoria arquivística, a saber, o inglês Hillary Jenkinson ([1922] 1937) e o norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg ([1956] 2006), voltaram-se preferencialmente para questões relacionadas aos arquivos oriundos da administração pública. A experiência de Jenkinson no *Public Record Office*<sup>4</sup>, com documentos de tradição medieval, o levou a conceber uma visão de arquivo calcada na Diplomática e nos atributos de *autenticidade* e *imparcialidade*.<sup>5</sup> Trabalhando no contexto do pós-guerra e do incremento da burocracia estatal, Schellenberg, por seu turno, enfatizou os problemas acerca da avaliação, procedimento imperioso frente ao aumento vertiginoso do volume de documentos acumulados, popularizando entre os profissionais da área a teoria

---

<sup>4</sup> Durante mais de um século, no Reino Unido, coexistiram duas instituições: de um lado, a *Royal Commission on Historical Manuscripts*, criada em 1869 e devotada à publicação de manuscritos de interesse para a História, para a Ciência e para a Literatura; de outro, o *Public Record Office*, estabelecido em 1838 e voltado para a custódia dos documentos do governo central e das cortes de justiça. Em 2003, suas atividades foram fundidas no Arquivo Nacional do Reino Unido. Ver: Oliveira (2012, p.28-29) e <<http://www.nationalarchives.gov.uk/about/who-we-are.htm>>. Acesso em 16 jun. 2013.

<sup>5</sup> Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, um documento é considerado autêntico quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça sua proveniência, o que nada tem a ver com a veracidade de seu conteúdo (Bellotto; Camargo, 2010, p. 26). Por outro lado, a imparcialidade repousa no fato de o documento de arquivo originar-se não em função das especulações e dos múltiplos sentidos que lhes emprestam os pesquisadores, mas em razão do desempenho de determinada atividade da entidade produtora (Jenkinson, 1937, p. 12).

das três idades<sup>6</sup>, tomando por base a funcionalidade dos documentos na consecução das atividades do órgão que os produziu (valor probatório) e seu potencial para a pesquisa (valor informativo).<sup>7</sup>

Em debate com Terry Cook, Heloísa Bellotto (1998) reconhece o sensível aquecimento da discussão em torno dos arquivos pessoais nas últimas décadas. De fato, a questão tem motivado a realização de eventos em todo o país e a publicação de artigos, livros e coletâneas. Contudo, cumpre notar que o reconhecimento de seu estatuto pode ser considerado uma reivindicação recente.

As controvérsias acerca da legitimidade da condição arquivística dos conjuntos documentais acumulados por pessoas começam pela questão de sua denominação. Na tradição anglófona, são eles designados pelos termos *manuscripts* ou *papers*, que fazem supor não apenas a primazia de certa técnica de registro e de determinado suporte, como também a desagregação ou artificialidade do processo de acumulação. O vocabulário em outros países também reservou expressões para denominá-los e, com isso, marcar sua

---

<sup>6</sup> Também conhecida como teoria do ciclo vital dos documentos, preconiza a diferenciação dos arquivos em razão de sua funcionalidade, denominando-os como: *corrente* (1ª idade), fase em que se enquadram a produção e tramitação dos documentos; *intermediário* (2ª idade), estágio marcado pela consulta menos frequente e pelo armazenamento dos documentos por precaução; e *permanente* (3ª idade), em que os documentos são armazenados definitivamente, em função de seu valor informativo. Ver Schellenberg (2006, p. 179-230).

<sup>7</sup> Rob Fisher (2009) propõe uma leitura atenta dos principais estudos de Jenkinson e de Schellenberg, partindo do pressuposto de que esses autores, ao definirem de maneira tão clara os arquivos em contraposição às “coleções de manuscritos”, talvez tenham, mesmo que involuntariamente, colaborado para definir as características dos arquivos privados. Trata-se, na verdade, de tentar obter, nas entrelinhas, uma definição desses arquivos a partir de sua negação.

singularidade, como: *écrits personnels*, *carte personali* ou *espólios* (Camargo, 2009a).

No cenário arquivístico brasileiro, admite-se, sem maiores questionamentos, o uso da expressão “arquivos pessoais”. Contudo, convém chamar a atenção para o exame a que Ana Maria Camargo (2009a) submete o termo. Segundo a autora, seu emprego pode induzir ao conflito com três situações distintas: em primeiro lugar, pode ser aplicado para designar documentos *sobre* pessoas, presentes em arquivos institucionais.<sup>8</sup> Em segundo, pode incidir sobre os documentos que, acumulados efetivamente por um indivíduo, não decorrem de suas atividades públicas – o que abre espaço para a discussão a respeito da dificuldade de se discernir “o limite preciso entre o público, o oficial e o pessoal” dentre os documentos de uma pessoa, conforme notou Caroline Williams (2008) – ou sobre aqueles cuja função primordial é a sua identificação formal (cédula de identidade, título de eleitor, passaporte...) <sup>9</sup>.

Fundamentada essencialmente em um *fazer*, a Arquivologia não gozou, ao longo de seus processos de institucionalização e desenvolvimento, da articulação entre teoria e prática, de modo que as estratégias de tratamento documental –

---

<sup>8</sup> A autora adverte que fichas cadastrais, dossiês ou prontuários, formados por instituições, não devem ser confundidos com arquivos pessoais (cf. Camargo, 2009b). Da mesma forma, documentos que ostentam timbres ou marcas das instituições que os remeteram a um indivíduo – que, por sua vez, os recebeu e guardou – também não devem ser considerados parcelas de fundos institucionais deslocados de seu lugar de origem. Tal confusão é mais frequente do que se imagina.

<sup>9</sup> Um exame atento de quadros de arranjo e instrumentos de pesquisa revela que tais documentos são comumente classificados sob a rubrica “documentos pessoais”. A categoria é especialmente problemática, do ponto de vista conceitual, dado que, em sentido estrito, todos os documentos acumulados por um indivíduo são pessoais.

sobretudo no caso dos arquivos pessoais – parecem ter sido fruto do paulatino exercício de tentativa e erro e de experiências de transposição dos métodos originalmente criados para os arquivos institucionais, sob a égide dos conhecimentos tácitos cristalizados entre os arquivistas e do “bom senso” de cada profissional. A situação persiste refletida em trabalhos de organização e descrição, o que pode ser verificado em instrumentos de pesquisa disponíveis em formatos impressos ou pela internet.<sup>10</sup>

Por muitos anos, os arquivos privados de natureza pessoal ou familiar foram relegados a uma zona obscura no que toca ao seu lugar no desenvolvimento da teoria e das instituições arquivísticas. Tal percepção motivou Riva Pollard (2001) a percorrer, em perspectiva crítica, a literatura especializada a respeito desses conjuntos documentais identificados pela Sociedade dos Arquivistas Americanos como “pistas essenciais para o passado”<sup>11</sup>, dando especial ênfase à avaliação. Como notou Terry Cook (1992), o manual dos arquivistas holandeses dispensou às bibliotecas e aos bibliotecários a responsabilidade sobre os arquivos privados, posicionamento compartilhado por Hilary Jenkinson e Theodore Schellenberg. Tributários de estudos pioneiros, muitos dos autores contemporâneos também negligenciaram o debate acerca das questões suscitadas por esses arquivos, originando, no entendimento de Pollard (2001, p.

---

<sup>10</sup> Comparar, à guisa de exemplo, os instrumentos de pesquisa disponíveis nos *sites* da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Instituto de Estudos Brasileiros e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Ver referências.

<sup>11</sup> A definição surge em *Guide to donating your personal or family papers to a repository* (Society...,1994), brochura, atualmente disponível pela internet, destinada a orientar o grande público sobre o valor dos arquivos pessoais e os procedimentos para doá-los a uma instituição de custódia.

139), uma clivagem entre os profissionais dedicados aos documentos oriundos da administração pública e aqueles voltados aos “papéis pessoais”, frequentemente rotulados, segundo o vocabulário inglês, como “curadores” (*manuscript curators*).

Preocupada com o espaço pouco privilegiado ocupado pelos arquivos pessoais nas discussões teóricas, Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012, p. 24-31) revisitou, em sua tese de doutorado, os cenários e contextos de sua inserção na legislação de quatro países, quais sejam, França, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. No cruzamento dessas realidades distintas, observa-se que os arquivos privados (categoria na qual, segundo a teoria arquivística, enquadram-se tanto os arquivos de instituições de direito privado quanto aqueles acumulados por indivíduos)<sup>12</sup> passam a ter sua importância reconhecida em meados do século XIX, momento em que as bibliotecas e sociedades históricas começam a se empenhar na realização de censos, compilações e publicação de fontes consideradas importantes para história nacional.<sup>13</sup>

Enquanto nos Estados Unidos esses conjuntos documentais tão peculiares despertaram o interesse e mobilizaram os serviços das sociedades históricas e

---

<sup>12</sup> Como se verá no capítulo 2, a oposição entre a natureza pública ou privada dos arquivos não é suficiente para distingui-los quanto ao caráter institucional ou pessoal da acumulação documental.

<sup>13</sup> Schellenberg (1980, p. 33-46) analisa, em perspectiva histórica, o desenvolvimento dos procedimentos de ordenação dos papéis privados, muito semelhantes, em um primeiro momento, à maneira como se classificavam os materiais das bibliotecas. Com isso, o autor aponta o pioneirismo da Sociedade Histórica de Massachusetts que recebeu, em 1794, o arquivo de Jonathan Trumbull, governador colonial de Connecticut entre 1769 e 1783. Outro arquivo de vulto – o de Timothy Pickering, oficial da Guerra de Independência – foi recebido apenas 80 anos depois, em 1874, após ter sido “cuidadosamente ordenado” por seus herdeiros.

das bibliotecas, no Brasil parecem ter encontrado lugar em outro tipo de instituição, de caráter híbrido (no que toca não apenas ao acervo que custodia, mas, sobretudo, à orientação do trabalho de processamento técnico) e, não raro, ambíguo: os centros de documentação ou de memória,<sup>14</sup> órgãos de referência cujo acervo se compõe tanto de material bibliográfico quanto de itens tipicamente associados aos ambientes de arquivo e de museu, representando, na observação perspicaz de Viviane Tessitore (2011, p. 169), “uma mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas.”

Em nosso país, a polêmica em torno dos arquivos pessoais acompanha o recente fenômeno de sua incorporação aos acervos das instituições de custódia. Nesse sentido, cumpre reconhecer o papel pioneiro desempenhado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB) – que, entre 1967 e 1968, adquiriu o arquivo do escritor paulistano Mário de Andrade<sup>15</sup>, inaugurando seu

---

<sup>14</sup> O conceito de centro de documentação não é consensual. Como define Tessitore (2011, p. 170), são suas características: possuir documentos arquivísticos, bibliográficos ou museológicos, constituindo fundos de arquivo ou coleções (podendo, inclusive, custodiar o arquivo permanente de sua instituição mantenedora); ser órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diferentes fontes geradoras; ter como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada e realizar processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia, para o que demanda trabalho interdisciplinar de arquivistas, bibliotecários e museólogos, embora, segundo observa a autora, exista atualmente “a predominância dos procedimentos arquivísticos, pois a tendência dos centros tem sido a de enfatizar a obtenção de arquivos pertinentes a sua área.” (idem, p. 171). Por outro lado, no ramo da Biblioteconomia, a documentação é entendida como especialidade do trabalho do bibliotecário, cujo objetivo é filtrar informações específicas veiculadas na grande quantidade de publicações, sem restrições quanto ao acervo, com vistas a selecioná-las, analisá-las e classificá-las, visando à prestação de serviço a um público especializado (Smit, 1987). Sobre as diversas abordagens da documentação e os diferentes significados do conceito de documento, ver Smit (2008). Cumpre frisar que a custódia de arquivos pessoais não é exclusividade dos centros de documentação. Evidentemente, há fundos e coleções pessoais incorporados aos acervos de inúmeras bibliotecas e Arquivos públicos em todo o país.

<sup>15</sup> Trata-se de arquivo vultoso, composto de 30.000 itens documentais, biblioteca com mais de 17.000 volumes, além de coleção de artes visuais formada por 1.234 peças, dentre elas, 13



serviço de arquivos e marcando sua orientação temática voltada para o estudo interdisciplinar da cultura nacional – e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getulio Vargas, sediado no Rio de Janeiro, que, desde o início da década de 1970, vem atuando ativamente na preservação e difusão de arquivos de grandes estadistas brasileiros.

A necessidade de tratá-los e tornar esses arquivos disponíveis para consulta levou as instituições a desenvolver estratégias e métodos. Nesse sentido, o CPDOC foi pioneiro, ao sistematizar seus procedimentos e publicar sua metodologia em forma de manual.<sup>16</sup> Ainda que seu modelo de arranjo apresente inconsistências, a iniciativa – mais por seu pioneirismo que por sua eficiência ou rigor teórico – inspirou trabalhos em todo o país.

O principal problema do método criado pelo CPDOC repousa, contudo, no entendimento controverso do princípio da ordem original e da natureza da acumulação de documentos por indivíduos. Preconizando a formação de dossiês – unidades artificiais, reunidas em função de parâmetros geralmente temáticos<sup>17</sup> – o esquema mescla, de maneira inadequada, critérios ligados a

---

exemplares de mobiliário. Adquirido em 1968, o fundo foi acrescido de duas obras de arte pertencentes ao titular, vendidas por seus herdeiros ao Instituto, em 1992. (Universidade..., 2010, p. 197-201)

<sup>16</sup> O manual de arranjo e descrição do CPDOC teve sua primeira edição lançada em 1980, tendo sido reeditado por quatro vezes, até o ano de 1998.

<sup>17</sup> Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística*, o dossiê configura “unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa, para uma finalidade específica.” (Bellotto; Camargo, 2010, p. 44)

temas, funções e tipos documentais, dando origem a rubricas que, forçosamente, se sobrepõem, subvertendo (à maneira de Jorge Luis Borges<sup>18</sup>) a mútua exclusão imprescindível entre as categorias.<sup>19</sup> Convém questionar: uma vida é passível da mesma “departamentalização” experimentada pela estrutura de um órgão administrativo? Qual o sentido (e quais as consequências) de se criar rubricas amplas e genéricas, tais quais “vida pessoal”, “vida profissional” e “produção intelectual”, em conjunto com outras que supostamente remetem a atividades, espécies documentais ou a coisa nenhuma, como “correspondência”, “recortes”, “miscelânea” ou “diversos”?<sup>20</sup> (cf. Centro..., 1998)

Com base na experiência levada a cabo no CPDOC, Luciana Heymann (1997) discute as dificuldades de ordem teórica e prática impostas pelo modelo de arranjo adotado, sobretudo quando se faz necessário lidar com documentos cujo conteúdo se refere a mais de um tema e que devem, segundo a metodologia de trabalho, ser incluídos em apenas um dossiê, o que leva à reprodução desnecessária com vistas à manutenção – igualmente prescindível – da simetria

---

<sup>18</sup> Jorge Luis Borges. El idioma analítico de John Wilkins. Ver referências.

<sup>19</sup> Veja-se o quadro de classificação do fundo Juraci Magalhães, tomado como exemplo na última edição do manual do CPDOC (Centro..., 1998, p. 17): “Séries por espécie documental: documentos pessoais, correspondência, produção intelectual, documentos diversos, recortes de jornais”. Nenhuma das rubricas remete a espécies, mas a termos genéricos (documentos pessoais, recortes de jornais) e atividades (correspondência, produção intelectual), sem contar a capciosa expressão “documentos diversos”, nada esclarecedora de seu conteúdo. Semelhante conflito de critérios ocorre nos demais exemplos utilizados no manual: os fundos Negrão de Lima (idem, p. 16) e Benedito Valadares (idem, p. 18).

<sup>20</sup> Em geral, o termo “correspondência” é inadvertidamente empregado para designar tipo documental. Entretanto, convém frisar que, a rigor, remete a uma atividade, qual seja, a de manter comunicação por meio da troca de mensagens em papel ou em meio eletrônico. A categoria, quando equivalente a série documental, obscurece ampla gama de espécies, como bilhete, carta, e-mail, memorando, ofício e telegrama, entre outras. Problema semelhante se dá no caso dos “recortes”, termo usualmente aplicado ao noticiário, encobrendo o vasto leque de gêneros textuais atrelados ao universo do jornalismo (anúncio, chamada, crônica, necrológio, nota, notícia, reportagem, vinheta...).

entre as organizações física e intelectual do fundo. Ao ponderar sobre as decisões metodológicas, a autora busca justificá-las apontando a arbitrariedade que, inevitavelmente, permeia a prática. A situação revela dois pontos que merecem reflexão: em primeiro lugar, a validade dos artifícios classificatórios baseados em temas ou assuntos<sup>21</sup> e, em segundo, a necessidade da criação de estratégias de abordagem menos propensas às idiossincrasias e preferências pessoais dos arquivistas.

Nesse sentido, o primeiro movimento de contestação dos métodos então já consagrados para o tratamento dos arquivos pessoais surgiu no final da década de 1980, a partir da experiência do Arquivo do Município de Rio Claro (SP) com o fundo do político integralista Plínio Salgado, compartilhada em artigo por Ana Maria Camargo (1988). Nesse texto, a autora lança os germens do que, anos mais tarde, tomaria corpo na forma da chamada *abordagem contextual dos arquivos pessoais*, estratégia desenvolvida e aprimorada para a descrição dos documentos de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, introduzindo saudável e necessária renovação no quadro dos estudos teóricos sobre o tema.<sup>22</sup>

Em *Tempo e circunstância*, Camargo e Goulart (2007) engendram rigoroso debate acerca da natureza, da composição e do tratamento dos arquivos de

---

<sup>21</sup> O termo “assunto” é utilizado nessa frase em seu sentido vulgar, como sinônimo de tema ou matéria, e não naquele que assume quando empregado nos arquivos correntes, equivalente, no entendimento de Heloísa Bellotto, a “função”. Para a autora, “definitivamente, o ‘assunto’ dos arquivos não é o ‘assunto’ na acepção leiga, não arquivística, do pensador comum.” (Bellotto, 2006, p. 199).

<sup>22</sup> Ver: Camargo (1988, 1998, 2003a, 2003b, 2008, 2009a, 2009b, 2011); Camargo e Goulart (2007); Fraiz (1998); Heymann (1997, 2009, 2012); Lopez (2003); Oliveira (2012); Santos (2010, 2012).

peessoas, analisando de forma crítica ampla bibliografia – nacional e estrangeira – sobre a matéria, oferecendo uma das mais completas discussões já publicadas no Brasil. No entendimento das autoras, uma estratégia de abordagem comprometida com a teoria arquivística deve tomar por base, obrigatoriamente, o contexto originário dos documentos, representado tanto pelas atividades rotineiras quanto pelos eventos vivenciados pelo titular, configurando o nexo que interliga os diferentes itens do fundo. Para tanto, faz-se imperativa não apenas a adoção do método funcional, como também profundo exercício de pesquisa, por parte dos arquivistas, sobre a trajetória da entidade produtora do arquivo, o que resulta, em paralelo, na produção de uma biografia, esquematizada na forma de minuciosa cronologia em que se dispõem, no tempo e no espaço, os elementos que dão sentido aos documentos e garantem sua coesão quando considerados em conjunto.<sup>23</sup>

A pesquisadora norte-americana Catherine Hobbs, em estudo no qual procura explorar as diferentes correntes do pensamento arquivístico, de modo a reenquadrar as características dos arquivos pessoais, inicia suas reflexões a respeito do sentido da acumulação e da produção documentais por indivíduos com afirmações que merecem ser matizadas. Segundo a autora, esses arquivos se

---

<sup>23</sup> A cronologia da vida do titular do arquivo – alimentada com dados obtidos em fontes externas e nos próprios documentos do fundo – é instrumento indispensável segundo a abordagem contextual. Em primeiro lugar, porque permite a visualização sistematizada dos eventos esporádicos vivenciados pelo titular e das atividades rotineiras por ele desempenhadas. Em segundo, porque permite a remissão dos documentos (reunidos em séries tipológicas, seguidas ou não de suas notações) em função de seus contextos originários, equivalendo, portanto, ao quadro de arranjo do fundo e subsidiando a elaboração de glossários e índices específicos. Sua apresentação, em instrumentos de pesquisa, pode se dar de forma linear ou estratificada em função dos tipos de atividades e eventos. Exemplos dos procedimentos e etapas de sua elaboração podem ser encontrados em Campos (2011, 2012).

originariam dos desejos e predileções de seus criadores, que mantêm seus documentos por razões que escapam à utilidade administrativa ou às exigências legais (Hobbs, 2010, p. 213), observações apenas em parte verdadeiras.

Se não, vejamos, todos nós – independentemente da fama ou da projeção social que logramos obter em vida – constituímos arquivos. Cartas, contratos, recibos, escrituras, receituários, laudos médicos, extratos bancários, cédula de identidade, carteira de habilitação, passaporte, certificado de vacinação, título de eleitor, entre tantos outros documentos que, derivados de ações juridicamente relevantes<sup>24</sup>, são indispensáveis porque viabilizam a consecução das atividades cotidianas, provam o cumprimento de deveres, garantem o exercício de direitos e nos identificam, regulando a existência formal dos indivíduos no mundo do Direito e assegurando a eles o exercício pleno da cidadania. São, portanto, *instrumentos necessários*<sup>25</sup> para a viabilização das atividades-fim e para a mediação das relações estabelecidas entre as pessoas e as instituições sociais, produzidos segundo padrões e fórmulas bem definidas que lhes conferem autenticidade.

O mesmo não ocorre, contudo, em outra parcela dos arquivos pessoais, composta por materiais de natureza variada, acumulados por razões diversas: práticas religiosas, relacionamentos sociais, familiares e amorosos, manutenção dos laços

---

<sup>24</sup> De acordo com Luciana Duranti, são as ações juridicamente relevantes que motivam a produção dos documentos e sua preservação nos arquivos. A relação é explorada pela autora em um conjunto de seis artigos publicados originalmente em *Archivaria*, entre os anos de 1989 e 1992. Ver referências.

<sup>25</sup> No dizer do arquivista francês Bruno Delmas (2010, p.96), “os documentos de arquivo são recursos naturais que provêm dos homens.”

afetivos, *hobbies*, idiosincrasias, obsessões, opções políticas, posicionamentos intelectuais... Nesses casos, ao contrário dos arquivos institucionais, não há dispositivo legal que regule a produção e a acumulação dos documentos – que, por sua vez, tampouco gozam dos atributos geralmente associados aos documentos de arquivo, a saber, forma fixa e conteúdo estável.<sup>26</sup> Todavia, não deixam de oferecer, na expressão da arquivista australiana Sue McKemmish (1996), “um tipo de testemunho” a respeito de determinadas atividades desempenhadas com maior ou menor regularidade ao longo do tempo, além de – como notou Hobbs (2001) – guardarem a capacidade de representar certos traços da personalidade de quem os acumulou.

Vestígios de uma vida, testemunhos da experiência humana, os arquivos são o fruto inalienável de qualquer existência. Ainda que dotados de particularidades que lhes conferem os contornos imprecisos que costumeiramente apresentam, pode-se depreender dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos aquilo que Bellotto (2006, p. 253) definiu como o “ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo”, qual seja, a organicidade – ou no dizer de Luciana Duranti (1997), o “vínculo arquivístico” –, força que atrela, de maneira indissociável, os documentos às atividades que lhes deram origem, garantindo não somente a manutenção das circunstâncias de sua criação, mas também os laços que os atam aos demais itens de um fundo, conferindo coesão ao conjunto e assegurando sua capacidade de autocontextualização. Suas

---

<sup>26</sup> Ainda assim, documentos usualmente considerados como privilegiados para a livre expressão do pensamento e registro das emoções, supostamente permitindo o exercício pleno da subjetividade, também obedecem, segundo certos estudiosos, a padrões e convenções sociais que lhes conferem características comuns. Nesse sentido, ver as reflexões de Françoise Simonet-Tenant (2004) e Philippe Lejeune (2011) a respeito da composição dos diários íntimos.

peculiaridades, que levam ao constante questionamento dos princípios consagrados da Arquivologia, submetendo-os a implacável crivo, não anulam, contudo, sua natureza instrumental e seu valor probatório, razão pela qual foi preciso que Camargo (2009a) recorresse ao pleonismo para reafirmar que “arquivos pessoais são arquivos”.

Na contramão dos estudos que buscam credenciá-los como arquivos no sentido estrito, chamando a atenção para o seu caráter instrumental e seu valor probatório, tem sido frequente a aparição, na bibliografia especializada, de análises que procuram “desnaturalizar” os arquivos pessoais a partir de questionamentos sobre seu processo de constituição, geralmente adotando perspectivas pretensamente etnográficas ou “psicologizantes”. Destaquem-se, nesse sentido, as abordagens que os definem como uma modalidade da “escrita de si”, fazendo incidir tal especulação não sobre um ou outro documento (autobiografias, cartas, diários íntimos, memórias...) <sup>27</sup>, mas sobre o arquivo como um todo.

Assim procedem, à guisa de exemplo, Angela de Castro Gomes (1998), Priscila Fraiz (1998) e Luciana Heymann (2009, 2012). <sup>28</sup> Ao reconhecer o papel da acumulação documental como meio da “*narrative of self*”, com vistas à formação das identidades pessoal e coletiva, Sue McKemmish (1996) se alinha à tendência,

---

<sup>27</sup> Designados também pelo termo “egodocumentos”, cunhado pelo historiador holandês Jacob Presser. Camargo (2009a, p. 38) identifica outras expressões que cumprem a mesma finalidade: *first-person writings, self-narratives, écrits du for privé...*

<sup>28</sup> A ideia reverbera ainda em outros estudos recentes, podendo ser encontrada em diversos artigos que compõem a coletânea organizada por Santos e Silva (2012).

constituindo um ponto frágil das ideias que compartilha em seu artigo “*Evidence of me...*”, no qual (re)afirma a possibilidade de aplicação dos princípios arquivísticos aos arquivos de pessoas e a primazia do contexto originário no estabelecimento do sentido dos documentos.<sup>29</sup>

As análises, segundo tal premissa, geralmente apresentam conclusões acerca da intencionalidade do gesto de arquivar como forma de projeção do titular para a posteridade e construção de certa “pose” ou de determinada imagem pessoal. Nessa via, Tognoli e Barros (2011, p. 82) chegaram a afirmar que “os arquivos pessoais já são criados como documentos de terceira idade”, corolário dos pontos de vista assumidos pelos autores em seu artigo.<sup>30</sup> Esse é o curioso caso do “arquivo” fictício de Naomi V. Jelish, comentado por Ana Maria Camargo. Criado pelo artista inglês James Shovlin, trata-se não de arquivo, mas de “obra de arte cujos componentes simulavam, na perfeição, cadernos e outros documentos de suposta jovem talentosa, precocemente falecida.” (Camargo, 2009a, p. 35).

Mesmo reconhecendo a possibilidade de se forjar um arquivo, é preciso atentar para o fato de que, no mais das vezes, tal percepção é provavelmente fruto da “leitura” realizada pelos pesquisadores acerca do objeto sobre o qual se debruçam. Em face disso, convém lembrar o que Angelika Menne-Haritz (2001,

---

<sup>29</sup> Tal percepção se faz notar na forma perspicaz como a autora aborda as cartas nos arquivos de pessoas. Em suas palavras, elas podem “nos informar a respeito de muitos aspectos da vida pessoal, mas provam (*evidence*), em primeiro lugar, o relacionamento e a interação entre remetente e destinatário” (McKemmish, 1996, tradução e grifos nossos).

<sup>30</sup> Convém destacar o emprego da expressão “arquivos orgânicos” em contraponto aos “arquivos pessoais”, fazendo supor que, no entendimento dos autores, os conjuntos documentais acumulados por pessoas não compartilhariam da organicidade comum aos arquivos oriundos da administração pública.



p. 61, tradução e grifos nossos) exprimiu de maneira particularmente feliz e com exemplar concisão: “arquivos não devem ser lidos, mas *entendidos*”, posicionamento que corrobora a necessidade de uma abordagem contextual responsável dos arquivos, não apenas por aqueles que os organizam e descrevem, mas também por quem deles se serve como fonte de pesquisa.

Ao supervalorizarem o pretensso protagonismo da intenção ou da subjetividade no processo de acumulação documental, tais abordagens acabam por destituir os conjuntos de documentos acumulados por pessoas de sua condição de arquivo.

Não obstante, na formulação de semelhante proposta, seus autores parecem desconsiderar a forma como procedem em suas próprias práticas de arquivamento. Estariam, portanto, enredados “nas malhas do feitiço” dos arquivos pessoais, perigo para o qual alerta Angela de Castro Gomes (1998), do qual a autora, ironicamente, não escapa.

Àqueles que veem nos arquivos pessoais, não raro de maneira obsessiva, o exercício da transmissão de “mensagens subliminares” ou da construção minuciosamente arquitetada de uma imagem, cumpre questionar: quantos de nós conscientemente evamos de intenção especial o ato de guardar os documentos que decorrem da vida cotidiana? E mais, qual a agenda ou o compromisso por trás de tais abordagens? Considerariam, esses autores, o fazer arquivístico “menor” apenas porque se atém ao estudo da relação entre os documentos e as atividades que os geraram, e buscariam, por meio de

subterfúgios e manobras retóricas, elevar o *status* de um trabalho que, na realidade, menosprezam?<sup>31</sup>

Camargo e Goulart (2007, p. 50) chamam a atenção para esse “outro plano” em que operam os arquivistas: uma espécie de “circuito fechado”, centrado no nexo entre as atividades e suas materializações documentais, essencial para garantir, ao longo do tempo, o “sentido unívoco desse nexo e a capacidade especular dos documentos em relação ao órgão de origem.”<sup>32</sup> Não se trata, contudo, de tarefa fácil, como se poderia supor, dada a multiplicidade de circunstâncias que motivam a produção e a acumulação de documentos, o que transparece nas palavras de Geoffrey Yeo:

“Um documento pode não ser a única representação de uma dada atividade. A ata de uma reunião de conselho, as notas taquigrafadas da secretária e os rascunhos de apontamentos feitos por um membro do conselho durante a reunião são, todos eles, representações de uma mesma atividade, mas a representam de modos diferentes. *Conhecer o contexto de cada documento é essencial para o seu entendimento.*” (Yeo, 2007, p. 336, tradução e grifos nossos)

As experiências levadas a cabo, nos últimos anos, com arquivos pessoais demonstram o jogo de forças implicado no processo de acumulação de documentos por indivíduos. Há que se reconhecer, de antemão, que, ao contrário

---

<sup>31</sup> A questão foi levantada por Camargo e Goulart (2007, p. 47-48) e abre espaço para a discussão de outro problema: a crise de identidade profissional, tema explorado por diversos autores que questionam a inserção e a representatividade social dos arquivistas, advogando em favor do poder que pretensamente detêm frente à própria constituição dos arquivos e à construção da memória coletiva. Randall Jimerson (2008) força a discussão, atribuindo aos arquivistas ampla sorte de “poderes” junto à administração pública e à sociedade. Seu intento, todavia, acaba por produzir uma imagem que resvala na caricatura. Ver ainda o artigo da arquivista britânica Louise Craven (2008).

<sup>32</sup> Nesse sentido, cabe lembrar as palavras de Bruno Delmas (2010, p. 56), quando adverte que as possibilidades de utilização dos arquivos são “numerosas, diversas, mutáveis e imprevisíveis.”

dos arquivos públicos de natureza institucional, a produção e a guarda de documentos no âmbito da vida privada nem sempre obedecem a rotinas rigidamente estabelecidas, mas não por isso menos passíveis de sistematização. Concorrem, para tanto, dois impulsos: necessidade e desejo ou – em outros termos – obrigação e vontade.

Desqualificar a espontaneidade da constituição dos arquivos pessoais com base na mera observação de que a preservação de certos documentos decorrentes de fatos juridicamente irrelevantes decorre tão somente da vontade individual equivale a desconsiderar a naturalidade inerente à necessidade manifestada pelos seres humanos de materializar seus laços afetivos ou seus *hobbies* e idiosincrasias. Quem não preserva, além dos álbuns fotográficos, outros vestígios de entes queridos, como peças de roupa, armações de óculos, bilhetes, cartas, livros...? E quantos de nós não nos dedicamos ao colecionismo, por vezes de artefatos os mais inusitados? Nenhum desses atos configura, à primeira vista, qualquer arbitrariedade em razão de perpetrar uma imagem de si perante os outros, até porque os arquivos permanecem, durante a vida de seu titular, resguardados em privacidade.<sup>33</sup> São, portanto, ações absolutamente naturais.

Em geral, os documentos acumulados em razão das peculiaridades da personalidade individual acabam por constituir uma zona de indefinição ou

---

<sup>33</sup> Darcy Ribeiro, influente sociólogo brasileiro, figura como interessante caso para ilustrar como o arquivo é, em geral, desconsiderado como item relevante pelo próprio titular. Desejoso de manter sua imagem viva e seus projetos em andamento após a morte, Darcy atribuía à sua biblioteca – e não ao seu arquivo pessoal – o poder de representá-lo enquanto indivíduo e intelectual. “Segundo Cláudia Zarvos, sua segunda mulher, ele não vislumbrava no arquivo ‘um valor em si’, ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade. O mesmo não acontecia com sua biblioteca” (Heymann, 2012, p. 128).

penumbra no momento em que o arquivo recebe tratamento técnico e descrição. Em lugar de excluí-los do conjunto, cumpre a complexa tarefa de responder às questões sobre “quando” e “como” os documentos são produzidos ou acumulados, o que leva a outro patamar de entendimento, calcado na percepção daquilo que não é dito ou não está posto – as informações não verbais, a disposição dos documentos<sup>34</sup> – e na consulta a fontes externas de pesquisa, com vistas a depreender ou descobrir sua funcionalidade para o indivíduo que os acumulou.<sup>35</sup> Investigar a condição instrumental dos documentos em um arquivo demanda e mobiliza denso e rigoroso esforço de pesquisa, desconsiderado por muitos estudiosos da matéria, incapazes de apreender o sutil fascínio dessa faceta do fazer arquivístico, definido, de maneira muito feliz, por Angelika Menne-Haritz (1998) como a ciência dos contextos e relações.

No campo da historiografia, os arquivos pessoais já figuram, há algum tempo, como fontes privilegiadas para a pesquisa, como sinalizam Phillipe Artières e Dominique Kalifa (2002). Institucionalizada como ciência e como disciplina no século XIX<sup>36</sup>, a História experimentou, a partir do início do século XX, um

---

<sup>34</sup> No dizer Catherine Hobbs (2010, p. 228, tradução nossa), “A aparente ‘desordem original’ pode ter vários significados: que eu [o titular do arquivo] sou completamente desorganizado, que eu escolhi não organizar meus documentos porque tenho outras preocupações ou que há, sim, uma ordem, você [o arquivista] apenas não pode apreendê-la.”

<sup>35</sup> Lopez (2003) demonstra de maneira exemplar como um documento pode assumir variados usos em distintas situações e para diferentes entidades. Com isso, reafirma a necessidade de investigar o contexto de uso dos documentos, geralmente determinado pelas atividades desempenhadas pelo titular do arquivo.

<sup>36</sup> Segundo Antoine Prost (2008, p. 18), ao analisar o caso francês, “foi necessário esperar pela derrota de 1870 [diante da Alemanha que sacramenta a queda do 2º Império de Napoleão III] e pela chegada dos republicanos para ser constituído, nas faculdades, o ensino científico da história com professores relativamente especializados, de alguma forma historiadores ‘profissionais’.” Ainda segundo o autor, a inserção do ensino de história nos programas de ensino médio remonta a 1814, tornando-se matéria obrigatória em 1818. A disciplina chegou a ser suprimida nos liceus

movimento de contestação dos métodos e procedimentos até então empregados pelos historiadores profissionais que daria início a uma série de inovações e à introdução de novos desafios, muitos deles de difícil solução. Em 1929, surgia na França o primeiro volume de *Annales d'histoire économique et sociale*, revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que agrupou em seu entorno muitos dos principais intelectuais franceses (cf. Burke, 1997).

Segundo o historiador inglês Peter Burke (1992, p. 10), é possível encontrar na Escola dos *Annales* a origem da tendência a que se consagrou chamar *nova história*<sup>37</sup>, uma “reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Contudo, caracterizá-la ou precisar sua datação no bojo da historiografia, sem ceder a esquemas reducionistas, é tarefa que admite boa carga de imprecisão e causa certo desconforto. Talvez ela não seja tão nova quanto pareça, isso porque a necessidade de renovação ou, em outras palavras, de substituição de uma suposta “velha história”, é causa advogada por historiadores que antecederam em muito aos *Annales*, constituindo tema recorrente na história da historiografia.<sup>38</sup> Uma de suas principais pautas, qual seja, o diálogo com as ciências sociais, é algo em movimento desde o século XVIII, de acordo com Novais e Silva (2011, p. 12). Por outro lado, defini-la resulta igualmente

---

por sete anos, durante o império autoritário de Napoleão III, entre 1853 e 1860 (Prost, 2008, p. 19).

<sup>37</sup> Tal filiação é negada pelo historiador francês François Dosse (2003) em seu estudo *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*.

<sup>38</sup> Ver a discussão levantada por Burke (1992, p. 16-19). Segundo o autor, seria possível associar a demanda por uma história mais objetiva e menos literária à escola de Ranke, no século XIX, à crítica das fontes proposta por Jean Mabillon, no século XVII, ou ao historiador grego Políbio, cento e cinquenta anos antes de Cristo, ao posicionar-se contra os “retóricos”. A expressão “nova história”, entretanto, foi empregada pela primeira vez por James Harvey Robinson, em 1912.

embaraçoso, dado que seus representantes, embora unidos contra aquilo que rechaçam, não apresentam igual coesão quanto ao que consideram como objeto ou método.<sup>39</sup>

Contudo, é nas décadas de 1970 e 1980 que a onda de renovação do *métier* do historiador, consoante a reação contra a historiografia tradicional, ganha ares mundiais, fazendo crescer o número de pesquisadores engajados em um movimento cujas raízes são mais antigas<sup>40</sup>. Contra a *histoire événementielle*, essencialmente política, a que se voltaram os historiadores da primeira geração da Escola dos *Annales*, fundamenta-se a pesquisa baseada em novos tipos de perguntas sobre o passado, descortinando objetos inéditos que, por sua vez, requerem diferentes fontes e demandam outra forma de ler os documentos oficiais, já largamente utilizados pelos profissionais e estudiosos, credenciados pela tradição rankeana como únicas fontes fidedignas para se contar os fatos “como eles realmente aconteceram”.

Tudo aquilo que emana do homem se torna passível de história.<sup>41</sup> Começa a brotar a preocupação com as manifestações sociais e com a cultura popular

---

<sup>39</sup> Seria a *nouvelle histoire* uma história econômica, social ou cultural? Total, serial ou estrutural? Em um ponto, entretanto, convergem seus artífices: volta-se a nova história contra o enfoque eminentemente político, orientando-se não pelos acontecimentos, mas por problemas.

<sup>40</sup> Burke (1992, p. 16-17) considera esse o momento em que a reação encetada pela “nova história” passa a ser partilhada em maior escala pelos historiadores latino-americanos e asiáticos, tornando-se tendência dominante. Mesmo reconhecendo a fundamental importância da escola dos *Annales* para a renovação historiográfica, o autor evidencia movimentos semelhantes (contemporâneos da escola de Febvre e Bloch ou anteriores a ela) em marcha na Grã-Bretanha e na Alemanha (ver nota 37, p. 45).

<sup>41</sup> De acordo com Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva (2011, p. 22), “O seu campo de indagação – o seu objeto – envolve *todas* as esferas da existência, e sua função última é a gênese da memória coletiva.”

(embora nem sempre exista consenso ou clareza sobre o que é o “povo”). Novos atores entram em cena, em substituição às grandes figuras: as mulheres, os pobres, os excluídos; outros espaços são visitados: em lugar dos Estados, projeta-se uma história regional, e a objetividade cede lugar ao relativismo. Mesmo frente à ameaça representada pelas correntes pós-modernas, surgidas no bojo do fenômeno da “virada linguística”, a partir da década de 1970,<sup>42</sup> o movimento da nova história segue seu curso, atualizando-se ao sabor da passagem do tempo.<sup>43</sup>

A ampliação dos horizontes da pesquisa, dando a impressão de que sequer existem limites para a ação do historiador<sup>44</sup>, assim como as inovações metodológicas introduzidas pelo movimento, fizeram alargar também o escopo das fontes. É nesse sentido que Jacques Le Goff ([1978] 2011), um de seus principais artífices, seguido de Michel Vovelle ([1978] 2011), aponta o fim da

---

<sup>42</sup> No dizer de Celia Azevedo (2005, grifos nossos), “(...) na vertente pós-moderna ascendente, o historiador apenas *‘inventa’* novos sentidos para o contexto histórico passado, que se dá a conhecer através dos textos selecionados e de seus diálogos intertextuais, os quais são ativados e direcionados pela sua própria *imaginação poética*.” Segundo Carlos Barros (1998, p. 102), o *linguistic turn* em sua versão mais radical implicaria a impossibilidade de apreender a realidade para além do discurso. É nesse contexto que ganham espaço as ideias de teóricos como Hayden White e Jacques Derrida. Veja-se, à guisa de curiosidade, o artigo de White (2011), originalmente publicado em seu livro *The content of the form: narrative discourse and historical representation*, de 1987, a respeito da questão da narrativa na teoria histórica contemporânea, e o estudo de José Antonio Vasconcelos (2005), no qual faz densa análise do panorama intelectual norte-americano do final da década de 1980 aos dias atuais, dedicando-se à relação entre História, pós-modernismo e pós-estruturalismo.

<sup>43</sup> Burke (1992, p. 20) chama a atenção para a provável influência do movimento ecológico sobre a historiografia, de forma análoga ao impacto provocado outrora pelos processos de descolonização e pelo feminismo.

<sup>44</sup> A coletânea organizada por Jacques Le Goff (1995), *A nova história*, permite vislumbrar quão vastos são os temas e objetos de investigação. Reunindo dez diferentes autores, traz capítulos sobre a história das estruturas (Krzysztof Pomian), das mentalidades (Philippe Ariès), da cultura material (Jean-Marie Pesez), dos marginais (Jean-Claude Schmitt), do imaginário (Evelyne Patlagean), além de reflexões sobre a temporalidade (“a história e a longa duração”, de Michel Vovelle) e a antropologia histórica (André Burguière). Ainda no mesmo volume, Jean Lacouture discute a volta do acontecimento (“a história imediata”) e Guy Bois, a relação entre o marxismo e a história nova.

primazia do texto escrito e a incorporação dos registros sonoros, audiovisuais e iconográficos, dos vestígios arqueológicos e da enquete oral. No campo da Arquivologia, a tendência parece ter encontrado sua contrapartida no estímulo à preservação de documentos de gêneros<sup>45</sup> diversos e em diferentes suportes e formatos, motivando reflexões acerca de suas características e dos métodos e técnicas para sua conservação.<sup>46</sup>

Na esteira das transformações, o advento da corrente a que se consagrou chamar micro-história e a valorização crescente dos elementos informais contribuíram para o aumento do interesse sobre os arquivos privados, cujos documentos, no entendimento de Anne Zink (2001), são relevantes para as investigações a respeito de um indivíduo, de uma família ou de um grupo, permitindo ainda compreender o papel de nossos contemporâneos ou das gerações anteriores no curso da história.

---

<sup>45</sup> Convém frisar a diferença entre o conceito de gênero quando encarado sob as ópticas da Arquivologia e da Linguística Aplicada. No âmbito dos arquivos, relaciona-se à “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo” (Bellotto; Camargo, 2010, p. 52), definido como textual, iconográfico, sonoro ou audiovisual. Já no campo dos estudos linguísticos (ver: Costa, 2009; Rojo, 2005), o conceito se refere à estrutura ou forma composicional dos textos (orais ou escritos), correspondendo, em muitos casos, àquilo que em Arquivologia se considera espécie documental.

<sup>46</sup> A descrição, bem como a conservação, de documentos de gêneros que escapam ao textual (usualmente materializado em suporte papel) tornou-se matéria de especialização de diversos profissionais e estudiosos no campo da Arquivologia, motivando a produção de manuais e a publicação de artigos, dissertações e teses. À guisa de curiosidade, ver os estudos de Lopez (2000), acerca da natureza e do estatuto documental dos registros imagéticos, e de Lacerda (2008), a respeito da descrição de arquivos de fotografias. Com relação aos registros audiovisuais, ver o artigo de David Bearman (1992), no qual os define sugestivamente como “documentos que se movem e falam”. Ainda mais controversa é a situação dos objetos (ou artefatos, embora ambos os termos não se mostrem absolutamente adequados para designar aquilo que na Biblioteconomia recebe o nome latino *realia*) em arquivos, explorada por Ana Maria Camargo (2011).



Contudo, também os historiadores não escaparam ao encantamento exercido pelos arquivos pessoais, permitindo-se, em um primeiro momento, sacralizá-los, considerando-os, com alguma ingenuidade, vias de acesso direto à intimidade, ao pensamento e à memória de homens e mulheres ilustres ou anônimos. Porém, logo passaram a questioná-los, pondo em xeque a questão de sua fidedignidade, com base em considerações acerca da *verdade* manifestada pelos documentos, banalizando as fontes de natureza pessoal (Artières; Kalifa, 2002).<sup>47</sup>

As críticas formuladas pelos historiadores e estudiosos de outras áreas, baseadas na percepção de que os documentos produzidos no âmbito da intimidade também carregam intrínsecas as marcas das convenções e práticas sociais, constituindo um complexo jogo de negociações entre o público e o privado, vêm sendo apropriadas por certos teóricos da Arquivologia sem a devida reflexão, desconsiderando-se o fato de que historiadores e arquivistas, por dever de ofício, interpretam seus objetos a partir de referenciais distintos. Enquanto aos primeiros interessa mais o conteúdo dos documentos, aos últimos cabe investigar e explicitar a relação entre atividades ou eventos e seus vestígios materiais, dada a qualidade essencial dos arquivos, retomada em termos muito claros pelo arquivista australiano Harold White (2006): registrar “não só as realizações, mas também os processos pelas quais foram efetuadas”.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> As considerações acerca da verdade dos conteúdos dos documentos de arquivo frequentemente resvalam em seus atributos de “autenticidade” e “imparcialidade”, em geral mal compreendidos por estudiosos e profissionais pouco familiarizados com a teoria arquivística, conforme discutimos anteriormente (ver nota 4, nesse capítulo) .

<sup>48</sup> No dizer de Luciana Duranti (1994), os documentos são a materialização ou a corporificação dos fatos. Segundo Angelika Menne-Haritz (1994), os documentos são os próprios fatos. Geoffrey Yeo (2007), por seu turno, define o arquivo como a representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades.

No jogo entre arquivistas e historiadores, tendo os arquivos como pivô das discussões, abre-se espaço para outros questionamentos além daqueles relativos às distintas percepções da natureza e do valor dos documentos, como a inserção do profissional de História no ambiente das instituições de custódia<sup>49</sup> – problema que resvala em outro mais grave, qual seja, a formação dos profissionais de arquivo no Brasil, conforme ressalta Viviane Tessitore (2011, p.168-169), que, aliado às campanhas de regulamentação da profissão, têm levado ao crescimento do conflito entre graduados e não graduados –, o que foge aos objetivos desse trabalho. Dentre as múltiplas pautas do debate nos interessará a associação que se estabelece, nos dois campos disciplinares, entre os arquivos – sobretudo aqueles originados no âmbito da vida privada – e a memória, tema das reflexões a seguir.

---

<sup>49</sup> O debate, em outros países, é mais antigo e surge relacionado àquilo que vem sendo nomeado, desde a década de 1970, nos Estados Unidos, como “história pública”. Sobre a questão, ver as considerações de Richard Cox (1986) e Terry Cook (2009).

## Capítulo 2

### ARQUIVOS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: PROTAGONISTAS DE UMA CONTROVÉRSIA

---

*El profesor debe dar lo mejor de sí sin más recompensa que el sentimiento del deber cumplido. Debe sembrar copiosamente pues no sabe lo que fructificará.*

**Bernardo Alberto Houssay**

Os arquivos pessoais de professores universitários se encontram no centro de uma controvérsia com implicações diretas sobre o reconhecimento da natureza dos documentos que os compõem e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de abordagem visando ao tratamento documental. Em geral, esses arquivos ostentam vestígios das atividades intermediárias contempladas na consecução de duas funções centrais da carreira docente na universidade, que correspondem ainda a duas das três missões basilares das instituições de ensino superior: a docência e a pesquisa científica<sup>50</sup>, razão pela qual vêm sendo identificados ora como arquivos científicos ora como arquivos universitários, segundo uma propensão manifestada pelos estudiosos e profissionais da Arquivologia.

---

<sup>50</sup> Helen Samuels (1998), em estudo sobre os chamados “arquivos universitários”, entendidos como o conjunto de documentos acumulados em razão do funcionamento e da administração das instituições de ensino superior, chama a atenção para a necessidade de se documentar as atividades implicadas na consecução do ensino, da pesquisa e do serviço à comunidade, tripé em que se sustenta a missão da universidade.

### **Por que rotular os arquivos?**

Designar os conjuntos documentais segundo a área de exercício profissional de seus titulares ou de acordo com o grupo social a que pretensamente representam é tendência não apenas no Brasil, mas também no exterior. Na realidade, trata-se de esforço (não de todo injusto) que visa a diferenciar os arquivos em função de certas características que lhes são próprias e que influem, de maneira mais ou menos decisiva, nos processos de avaliação, arranjo e descrição.

Um exame atento dos números mais recentes de *Archivaria* e *The American Archivist* corrobora a tendência. Fala-se, desse modo, em *women archives*, *afro-american archives*, *queer archives*... Não é difícil perceber que se trata de conceituação antiquada e ambígua. Em primeiro lugar, porque, ao conferir uma “etiqueta” a tais arquivos, assume-se o risco de reafirmar o estigma e o isolamento dos grupos minoritários; em segundo, porque semelhante terminologia não dá conta de categorias mutuamente excludentes.<sup>51</sup>

Da mesma forma, estudiosos e profissionais vêm se referindo, sem grandes questionamentos, aos arquivos “políticos”, “literários”, “artísticos”, “científicos”, “pessoais”, entre outros epítetos. Ana Maria Camargo (2009a) chama a atenção para a impropriedade de tais expressões. Segundo a autora, seria mais adequado falar em arquivos *de* políticos, *de* literatos, *de* cientistas, *desta* ou *daquela* pessoa.

Com efeito, é ridículo supor que todos os documentos que compõem o arquivo de

---

<sup>51</sup> Segundo tal lógica, sob que rótulo enquadrar o arquivo de uma mulher negra e homossexual? A propensão dos arquivistas ao conferir aos arquivos determinados rótulos parece atender à demanda criada pelos estudos acerca da memória, empenhados em construir ou reforçar o senso de comunidade em torno de uma identidade comum baseada nos conceitos de etnia, gênero e orientação sexual, conforme permite vislumbrar a argumentação de Margaret Hedstrom (2010), assunto que abordaremos no capítulo 3.

um escultor sejam, em si, “artísticos”, ou que aqueles acumulados por um padre sejam, em sua essência, “religiosos”, em contraposição aos dos demais homens, que seriam, por sua vez, “laicos” ou “profanos”.

Para Antonia Heredia Herrera (1993, p. 102-103), a qualificação dos arquivos em função de temas ou da área de atuação de seus titulares se insere no quadro de uma tradição de matriz francesa que lhes confere certo estatuto “especial”, resultando em terminologia ambígua incapaz de diferenciá-los quanto à sua natureza pública ou privada. Cumpre notar, o que escapa

à arquivista espanhola, que tais expressões concorrem também para a dissimulação do caráter *pessoal* ou *institucional* dos arquivos, fator fundamental – insistimos – para o entendimento do sentido de sua constituição.

A distinção entre o caráter “público” ou “privado” do organismo produtor ou acumulador dos documentos, embora largamente empregada no cenário arquivístico, pode se revelar pouco elucidativa, dado que na categoria dos chamados arquivos privados incluem-se, indistintamente, tanto aqueles provenientes de instituições quanto os que se originam da vida cotidiana dos indivíduos. Do ponto de vista do tratamento documental, a experiência mostra que os arquivos de empresas privadas pouco diferem daqueles oriundos de órgãos públicos.<sup>52</sup> Isso porque, em um e outro caso, tanto a produção quanto a acumulação de documentos se dá em função de rotinas e processos bem

---

<sup>52</sup> Veja-se, à guisa de exemplo, o estudo de Marcia Pazin Vitoriano (2012).

estabelecidos, ainda que a estrutura organizacional da instituição se altere com o passar dos anos.<sup>53</sup>

Desse modo, a grande diferença entre os arquivos parece residir não no caráter público ou privado da entidade acumuladora, mas em sua natureza *institucional* ou *pessoal*, dado que, dependendo dessa sua condição, as razões e os sentidos da acumulação documental admitem relevante variação. Não retomaremos, em termos aprofundados, as considerações a respeito da lógica de constituição de arquivos por pessoas, objeto das reflexões presentes no primeiro capítulo. Convém apenas frisar que, se em ambiente institucional ela obedece exclusivamente ao critério da *obrigação*, no âmbito da vida privada tal lógica se pauta pela interação de duas forças: a *obrigação* e a *vontade*.

Os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por professores universitários desfrutam de lugar indefinido na teoria arquivística. Com efeito, vêm sendo objeto de estudos relativos tanto aos chamados arquivos científicos quanto aos denominados arquivos universitários, duas vertentes que pouco se articulam na discussão teórica. Buscar compreender a natureza e a lógica de produção e acumulação documentais com vistas ao desenvolvimento de práticas adequadas de tratamento desses arquivos requer, como se percebe, uma abordagem que contemple as especificidades dos arquivos de pessoas e que combine os aportes dos estudos teóricos sobre arquivos científicos e

---

<sup>53</sup> Justamente por essa característica, evidente sobretudo em arquivos públicos, é que certos estudiosos defendem a classificação funcional, mais estável que o método estrutural. Ver, a respeito, a discussão engendrada por Viviane Tessitore (1989).

universitários, procurando entender, em paralelo, como as atividades por eles representadas se organizam.

### **Documentar a docência e a pesquisa**

Os documentos relacionados ao universo da investigação científica tampouco escaparam à rotulação, sendo, usualmente, identificados como “arquivos científicos”, expressão largamente (e, por vezes, inadvertidamente<sup>54</sup>) empregada entre os profissionais da área, a despeito de sua condição controversa no entendimento de certos estudiosos. Segundo Camargo (2006, p. 13), a inadequação do termo remete ao fato de não ser o arquivo, em sua essência, científico, mas decorrente das atividades ligadas à ciência, razão pela qual considera mais pertinente designá-los “arquivos de interesse para a ciência ou para a história da ciência”. Contudo, qualquer arquivo, em sua fase permanente, torna-se interessante para a investigação em diferentes áreas do conhecimento, sem se restringir unicamente aos estudos históricos. É exatamente por esse valor secundário<sup>55</sup> que ostentam, quando já não mais atendem aos objetivos imediatos pelos quais foram originados, que os documentos são preservados em instituições de custódia.

---

<sup>54</sup> Durante os debates ocorridos em evento realizado no Rio de Janeiro (VI Encontro de Arquivos Científicos, 3 a 5 de setembro de 2013), chegou-se a enquadrar os prontuários preenchidos em hospitais universitários na categoria de arquivos científicos. Ao que tudo indica, trata-se de concepção equivocada, dado que tais documentos são produzidos no decurso do atendimento médico, para fins de avaliação e acompanhamento dos tratamentos ministrados e da evolução dos quadros clínicos de pacientes internados. Sua funcionalidade imediata – ou seja, a razão da gênese documental – atende, portanto, à viabilização de atividade relacionada à prestação de serviços à comunidade e sua guarda se dá por motivação administrativa. O uso posterior desses documentos para fins de pesquisa especializada, em qualquer área do conhecimento, não justifica, portanto, seu enquadramento no que se considera arquivo científico.

<sup>55</sup> De acordo com Schellenberg, os documentos de arquivo se revestem de dois valores, quais sejam: “valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados.” (Schellenberg, 2006, p. 180).

Com relação ao esforço de defini-los quanto à sua natureza e composição, são dignas de nota as investidas de Odile Welfelé (2004) e de Thérèse Charmasson (2006) que, em estudos diferentes, chegaram a conclusões bastante semelhantes.

A pesquisadora francesa Thérèse Charmasson (2006) traz o assunto à tona, preocupando-se especialmente com a definição daquilo que se convencionou chamar arquivo científico e sua denominação. Conforme frisa, é recente o interesse pelos ditos arquivos entre a comunidade científica francesa, estimulado no final dos anos 1980 pelos preparativos das comemorações dos aniversários de importantes instituições nacionais dedicadas ao ensino e à pesquisa. Primeiramente identificados como “fontes para o estudo da história da ciência”, esses arquivos compreendem, no entendimento da autora, todas as fontes que “permitem estudar a evolução geral das políticas de pesquisa e ensino científicos, a evolução de uma disciplina particular ou ainda a contribuição deste ou daquele cientista à construção do conhecimento.” (Charmasson, 2006, p. 2, tradução nossa). Como se nota, a ampla definição abre espaço para que diferentes objetos sejam enquadrados, conforme evidenciam os estudos de Charmasson (2006) e Welfelé (2004), sob a rubrica “arquivos científicos”:

1. os arquivos das instituições de tutela do ensino e da pesquisa (ministérios, secretarias, agências de fomento), em geral de caráter público, no caso brasileiro, dotados de documentos de cunho essencialmente administrativo.



2. os arquivos das próprias instituições de ensino e pesquisa (universidades, laboratórios, escolas técnicas, centros especializados), de caráter público ou privado, compostos de documentos oriundos tanto da administração dessas instituições quanto das atividades pedagógicas e investigativas nelas desenvolvidas.
  
3. os arquivos pessoais de cientistas, de cunho pretensamente privado, cujos documentos podem ser representativos não apenas das atividades de pesquisa por eles desempenhadas no âmbito da instituição.<sup>56</sup>

Em face das ambiguidades proporcionadas pela identificação de tais arquivos como “científicos” ou “arquivos de ciência”, convém ponderar sobre a maior pertinência de se referir a eles como “arquivos de instituições científicas”, sejam elas públicas ou privadas, ou “arquivos pessoais de cientistas”, expressões capazes de enunciar de forma mais satisfatória a natureza da acumulação documental em cada caso.

Desde o reconhecimento de sua relevância, os arquivos pessoais vêm motivando estudos e debates entre profissionais e teóricos da Arquivologia, no que toca à

---

<sup>56</sup> Charmasson (2006, p. 3) identifica o potencial informativo dos documentos integrantes de cada uma das três categorias de arquivo. Convém retomar, entretanto, as palavras de Camargo (2003b, p. 14): “A procura de ‘reservas de sentido’ nos documentos pode ser um belo exercício de imaginação ou de futurologia, mas não tem nenhum cabimento no processo de avaliação, sobretudo de material cuja propriedade de autocontextualização é notória.” Ao definir os arquivos científicos contemporâneos, Odile Welfelé (2004, p. 68) os divide em duas categorias, de significado similar ao das três elencadas por Charmasson (2006): de um lado estariam aqueles formados pelas entidades de administração da pesquisa (ministérios e órgãos de tutela) e, de outro, os arquivos da atividade científica propriamente dita, cujos documentos são, em maior escala, concernentes ao trabalho do cientista (exploração, experimentação, teorização).

sua definição e também nos aspectos relativos aos desafios que impõem à prática arquivística com relação às funções de avaliação, arranjo e descrição e também à conservação dos documentos que os compõem. Aspectos jurídicos também devem ser levados em consideração, sobretudo quando o que está em jogo é o direito de acesso aos arquivos e a possibilidade de consulta aos documentos para fins de pesquisa especializada ou mesmo de prestação de contas à sociedade, demanda reforçada no Brasil com a promulgação da Lei de Acesso à Informação<sup>57</sup>, o que discutiremos oportunamente.<sup>58</sup>

Com efeito, os ditos arquivos científicos vêm suscitando debates no seio da comunidade arquivística, figurando como objeto de congressos e tema de publicações.<sup>59</sup> Na literatura especializada produzida no Brasil, merecem destaque os trabalhos de Paulo Roberto Elian dos Santos (2010, 2012) e Maria Celina Soares de Melo e Silva (2007), além da recém-lançada coletânea organizada pelos dois autores (Silva; Santos, 2012). No exterior, além da forte corrente francesa, ancorada no programa *Archives Issues des Sciences Contemporaines* (ARISC), destacam-se também estudos produzidos nos Estados Unidos, entre eles, o manual de Haas, Samuels e Simmons (1985) e as pesquisas

---

<sup>57</sup> Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

<sup>58</sup> Trata-se de debate já bastante explorado entre teóricos e profissionais no exterior, que se debruçam sobre o tema da “*accountability*”, ou seja, da responsabilidade social e da primazia da transparência imputadas aos documentos, às instituições de custódia e aos próprios arquivistas. Ver, sobre o assunto, o artigo de Livia Iacovino (2010), “*Archives as arsenals of accountability*”.

<sup>59</sup> À guisa de exemplo, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, vem promovendo periodicamente, desde 2003, o evento “Encontro de Arquivos Científicos”.

de Helen Samuels (1998) e Tara Zachary Laver (2003) acerca dos arquivos universitários.<sup>60</sup>

Contudo, é preciso notar que os estudos no campo dos arquivos originados no universo da ciência parecem privilegiar sistematicamente as ciências ditas experimentais, em geral ligadas aos campos da biologia ou da biomedicina, em detrimento de outras áreas do conhecimento. A justificativa, segundo argumentação de certos autores, se pautava pelo fato de serem elas desenvolvidas de forma centralizada, em laboratório. Para Odile Welfel (2004), o laboratório é o local, por excelência, em que a ciência se desenvolve. Segundo Latour e Woolgar (1986), é nele que se dá a produção dos fatos científicos. Santos (2012, p.43), por seu turno, o define como “locus da afirmação de trajetórias, que demarca poder e saber científico”. Entretanto, ao se tomar a universidade como ambiente de produção – e transmissão – de conhecimento e de ciência, tal abordagem se mostra insuficiente, dado que é preciso levar em consideração as demais searas em que os professores atuam e executam projetos de pesquisa. Os argumentos apresentados pelos autores que atualmente vêm se dedicando aos chamados “arquivos científicos”, embora pertinentes, denotam – por vezes – concepção estreita do conceito de ciência, tornando injustificada a marginalização das ciências exatas, humanas, sociais e das artes do escopo das discussões.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Sobre arquivos universitários convém ainda destacar a coletânea organizada por Venâncio e Nascimento (2012), *Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa*.

<sup>61</sup> A prevalência das ciências experimentais como objeto de análise se observa também nos estudos de sociologia da ciência, fenômeno talvez decorrente da dificuldade manifestada pelos sociólogos em reconhecer o estatuto científico de seu próprio campo de atuação. Segundo Bourdieu (1983, p. 151), “a dificuldade particular que a sociologia tem em pensar *cientificamente* a

Para compreender os arquivos oriundos da prática científica, cumpre não apenas tomar contato com a literatura especializada, dedicada aos problemas de classificação e descrição dos documentos, como também compreender o que é a ciência e como ela se processa, além da relação estabelecida entre os cientistas e os documentos que produzem.<sup>62</sup> Os estudos de outro campo disciplinar, a sociologia da ciência, são de extrema valia nesta complexa tarefa.

Nesse sentido, os estudos de Paulo Roberto Elian dos Santos (2010, 2012) representam esforço pioneiro no campo da Arquivologia, ao contemplar os ditos arquivos científicos sob a óptica da sociologia da ciência, em ousada e inédita articulação. Com o objetivo de examinar como a atividade científica se organiza – no âmbito das ciências experimentais desenvolvidas em laboratório – o autor percorre a literatura especializada, identificando não apenas os movimentos entre as correntes do pensamento sociológico sobre a ciência, como também propõe um quadro de classificação para os documentos produzidos e acumulados por cientistas no desempenho de suas funções como pesquisadores, o que comentaremos mais adiante.

---

*ciência* relaciona-se com o fato de que ela está situada na parte mais baixa da hierarquia social das ciências.”

<sup>62</sup> A preservação dos arquivos de ciência e tecnologia constitui o interesse central da tese de doutorado de Maria Celina Soares de Mello e Silva (2007). Em seu estudo, que abrange o conjunto de sete instituições de pesquisa vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia na cidade do Rio de Janeiro, a autora analisou a relação estabelecida entre os cientistas e os documentos que produzem no decorrer de sua prática.

O campo dos estudos sobre as ciências, em que a História e a Sociologia mantêm estreita relação, experimentou, entre as décadas de 1970 e 1980, uma intensa renovação, com a inauguração da vertente micro-etnográfica, cujo impacto, no entendimento de Dominique Pestre (1996), pode ser comparado ao movimento de contestação que prevaleceu nos anos 1930 para a História em seu conjunto, guardadas as devidas proporções para uma disciplina de menor amplitude. A redefinição da natureza das práticas científicas derivada dos trabalhos de um grupo composto por sociólogos, antropólogos, filósofos e historiadores que atuou de maneira coordenada até a metade dos anos 1980<sup>63</sup>, trouxe à luz novos objetos de estudo, novos métodos de abordagem, propiciando o surgimento de novas questões.

Nesse sentido, *Laboratory life*, de Bruno Latour e Steve Woolgar, publicado originalmente em 1979<sup>64</sup>, é considerado trabalho seminal da vertente. Com o objetivo de flagrar a prática científica “em se fazendo” – para tomar de empréstimo a expressão de Michel Callon (1989) – os autores propõem uma nova abordagem, pautada pela observação dos trabalhos dos cientistas com um olhar estranho à sua cultura (e, paralelamente, estranho à própria cultura dos historiadores da ciência) e pelo contato direto com o cotidiano do desenvolvimento científico em seu lugar de produção. Em que pese às críticas (e

---

<sup>63</sup> Segundo Pestre (1996), a matriz do movimento é essencialmente britânica, incorporando, posteriormente, pesquisadores de outros países. Os franceses Bruno Latour e Michel Callon, seguidos da austríaca Karin Knorr-Cetina, são notoriamente considerados como principais representantes dessa vertente de estudos, tendo contribuído para dar-lhe um “sabor continental” (Pestre, 1996, p. 4).

<sup>64</sup> O livro recebeu tradução para o português brasileiro apenas no final da década de 1990. Nesse trabalho será utilizada como referência sua segunda edição em inglês, de 1986, lançada pela Princeton University Press.

Pestre (1996, p. 12) aponta para o fato de que os autores se “esquecem” de falar dos “conhecimentos produzidos, do conteúdo, do sentido fabricado pelos atores via um debate de ideias”), suas considerações, fruto de pesquisa de campo desenvolvido em laboratório do *Salk Institute*, na Califórnia, podem ser consideradas valiosas ferramentas para os arquivistas, na medida em que descrevem as rotinas envolvidas nas diferentes etapas que constituem a investigação científica, permitindo ainda vislumbrar a intensa produção documental originada em sua consecução.<sup>65</sup>

A despeito da relevância da vertente micro-etnográfica, estudos anteriores aportam contribuições importantes acerca da definição da ciência e de suas práticas. A abordagem macrosociológica de Robert Merton, desenvolvida entre as décadas de 1930 e 1940, tem como chave de compreensão o conceito de *ethos*, complexo de valores e normas que se constituem em obrigação moral para os homens de ciência, segundo os quais os cientistas se organizam nessa instituição social particular, inserida em uma estrutura social específica (Merton, 2002; Santos, 2010, p. 47). Com foco nos aspectos internos da ciência, Thomas Kuhn (2011) introduz os conceitos controversos de “ciência normal”, “paradigma”, “anomalia” e “revolução científica”, questionados por seus contemporâneos e por gerações posteriores de pesquisadores<sup>66</sup>, possível razão pela qual seu estudo *A*

---

<sup>65</sup> Amann e Knorr-Cetina (1990), por seu turno, dedicam-se a estudar o processo de fixação da prova visual a partir do trabalho com dados em ambiente de laboratório, ou seja, a formulação daquilo que se vê (os dados coletados ou produzidos), transformando objetos flexíveis em objetos “fixos” por meio da visualização colaborativa, expressa pelo diálogo socialmente organizado entre os cientistas, originando a demonstração da evidência em artigos e outros gêneros da literatura especializada, nos quais se empregam estratégias de persuasão.

<sup>66</sup> No dizer de Pierre Bourdieu (1983, p. 151), as teses fundamentais de Kuhn “não têm nada de radicalmente novo, ao menos para os leitores de Bachelard”. Quanto aos objetivos do estudo, o

*estrutura das revoluções científicas* experimenta, ainda hoje, notável (não necessariamente positiva) fama. Entre as críticas, destacam-se aquelas que denunciam a forte influência do trabalho de Ludwick Fleck, publicado quase trinta anos antes, sobre as ideias de Kuhn.<sup>67</sup>

Pierre Bourdieu (1983, 2004), por seu turno, oferece outra chave de compreensão acerca de como se organiza a ciência. Ao explorar a noção de “campo científico”, o sociólogo francês concebe a atividade científica como lugar de luta desigual entre agentes que gozam de posições hierárquicas distintas, em função do capital simbólico – representado, sobretudo, pelo prestígio – acumulado de que dispõem. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, entendida como a capacidade de agir e falar legitimamente e o poder de impor uma definição da ciência. Tal concepção, ao admitir que o funcionamento do campo produz e supõe uma forma específica de interesse, tanto rompe com a noção de uma comunidade articulada tão somente pela “concorrência pura e perfeita das ideias” (Bourdieu, 1983, p. 123) quanto abala a velha oposição internalismo/externalismo presente nos estudos sociológicos quando adverte que

“tentar dissociar o que, na competência científica, seria pura representação social (...) e o que seria pura capacidade técnica, é cair na armadilha constitutiva de toda competência, *razão social* que se legitima apresentando-se como razão puramente técnica” (Bourdieu, 1983, p. 123).

---

sociólogo francês afirma: “nunca se sabe se está descrevendo ou prescrevendo a lógica da mudança científica” (idem).

<sup>67</sup> Convém destacar o fato de que Thomas Kuhn menciona, apenas de passagem, o trabalho de Fleck, afirmando que ele “antecipa” muitas de suas próprias ideias. Diana Obregón (2002) aponta as convergências entre conceitos apresentados em *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (Fleck, [1935] 2010) e *A estrutura das revoluções científicas* (Kuhn, [1962] 2011), mostrando como a tese do norte-americano foi fortemente influenciada pelo estudo do autor polonês. Santos (2010, p. 48), por sua vez, discorre sobre as aproximações entre Kuhn e a sociologia mertoniiana.

É, portanto, nesse espaço essencialmente concorrencial que os atores dotados de maior capital simbólico (ou, no dizer do autor, os “dominantes”) trabalham com vistas à perpetuação da ordem estabelecida, valendo-se de estratégias de conservação. Aos iniciantes (“dominados”), cabem as estratégias de sucessão ou de subversão, essa última mais arriscada, mas capaz de levar à redefinição do monopólio dos princípios de legitimação da dominação (Bourdieu, 1983, p. 137-138).<sup>68</sup>

O arranjo dos documentos oriundos da prática científica, reveladores de suas atividades intermediárias, figura na pauta dos estudiosos dedicados aos arquivos de ciência, cujos trabalhos bebem na fonte da experiência prática e nos estudos empreendidos pelos sociólogos e historiadores das ciências. Joan Haas, Helen Samuels e Barbara Simmons, autoras do manual *Appraising the records of modern science and technology: a guide* (1985), dedicaram-se ao problema tomando por base a documentação acumulada pelo serviço de arquivos e coleções do Massachusetts Institute of Technology (MIT), instituição amplamente reconhecida pela excelência de suas pesquisas e inovações nos campos da ciência e da tecnologia. Preocupadas em oferecer uma estratégia de avaliação que contemplasse, ao mesmo tempo, as atividades mais amplas ligadas à vida pessoal e profissional dos cientistas, bem como aquelas específica e intimamente relacionadas à pesquisa científica e à criação tecnológica, as autoras

---

<sup>68</sup> Cumpre assinalar a influência e a ação dos ditos “dominantes” sobre o sistema de ensino, “único capaz de assegurar à ciência oficial a permanência e a consagração, inculcando sistematicamente *habitus* científicos ao conjunto dos destinatários legítimos da ação pedagógica, em particular a todos os novatos do campo da produção propriamente dito.” (Bourdieu, 1983, p. 138)



estabeleceram as seguintes categorias, traduzidas e sistematizadas no quadro abaixo:

**Quadro 1** – Atividades e subatividades representadas em arquivos de cientistas

<b>Atividades pessoais</b>	Relacionamentos pessoais Gestão financeira Lazer Engajamento político Formação acadêmica
<b>Atividades profissionais</b>	Docência e administração Consultoria e orientação
<b>Atividades ligadas à ciência/ tecnologia</b>	<b>Administração da pesquisa e desenvolvimento</b> Gestão de bolsas e contratos Estabelecimento de prioridades Financiamento e uso de recursos Gestão de pessoal <b>Pesquisa e desenvolvimento</b> Criação de hipóteses/ Esboço Planejamento de experimentos/ Desenho de processos ou produtos Experimentação e análise de dados/ Teste de protótipos e análise de resultados <b>Difusão</b> Comunicação e difusão de resultados/ Elaboração de relatórios técnicos Patenteamento Revisão, crítica e difusão

**Fonte:** adaptado de Haas, Samuels, Simmons (1985).

Em estudo sobre a gênese documental e os procedimentos de organização de arquivos de cientistas, Santos (2012, p. 97-98) propõe um “quadro de funções do

cientista para organização dos arquivos”, adaptado abaixo, baseado na articulação dos aportes teóricos dos estudos acerca da organização da prática científica e na experiência com fundos pessoais custodiados pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro.

**Quadro 2 – Funções desempenhadas pelos cientistas**

<i>Grupo</i>	<i>Atividades / eventos</i>
<b>Vida pessoal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relações familiares, sociais, culturais e associativas</li> <li>- (Gestão do) patrimônio pessoal</li> <li>- Administração doméstica</li> </ul>
<b>Formação e administração da carreira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização de estudos</li> <li>- Realização de estágios</li> <li>- Obtenção de bolsas</li> <li>- Premiações e homenagens</li> </ul>
<b>Pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigação científica associada ou não ao desenvolvimento de tecnologia, em ambientes institucionais</li> <li>- Comunicação / disseminação de resultados</li> <li>- Publicação de artigos</li> <li>- Realização de conferências</li> <li>- Participação em congressos</li> </ul>
<b>Planejamento e administração da pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão de recursos financeiros</li> <li>- Gestão de materiais e infraestrutura</li> </ul>
<b>Docência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino em graduação e pós-graduação</li> <li>- Orientação de dissertações e teses</li> <li>- Participação em bancas e seminários</li> </ul>
<b>Gestão de políticas e instituições científicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formulação e implementação de políticas de C&amp;T</li> <li>- Atuação em altas esferas da administração pública, agências de fomento, fundações e institutos de pesquisa e organismos internacionais</li> </ul>

---

<b>Relações interinstitucionais e intergrupos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Contato com órgãos públicos</li><li>- Representação institucional em missões oficiais, grupos de trabalho, comitês, conselhos editoriais e científicos</li><li>- Prestação de serviços de assessoria ou consultoria a instituições públicas ou privadas</li><li>- Vinculação a sociedades e associações científicas</li></ul>
---	---

---

---

**Fonte:** adaptado de Santos (2012, p. 97-98).

As propostas de Haas, Samuels e Simmons (1985) e de Santos (2012) são fruto do louvável e necessário esforço de estabelecer as grandes categorias consignadas no desenvolvimento da prática científica. Ambas as abordagens partem das ciências experimentais e elegem o laboratório como lugar privilegiado do desenvolvimento científico. Ainda que suas iniciativas representem grande avanço para o tratamento documental, é preciso ter em mente as especificidades das demais áreas do conhecimento em que a pesquisa não acontece de forma espacialmente centralizada, menos sujeita, portanto, a determinadas rotinas e normas protocolares que pautam e regulam o trabalho em ambientes institucionalizados, realidade que influi diretamente na produção e acumulação de documentos por docentes-pesquisadores de diferentes áreas.

Essa pesquisa tem como objeto os arquivos pessoais (ou suas parcelas)<sup>69</sup> de professores da Universidade de São Paulo, atualmente preservados em suas faculdades e institutos. Trata-se de conjuntos documentais divergentes quanto à sua composição e que vêm experimentando, ao longo dos anos, situações radicalmente diversas quanto ao seu processamento técnico e conservação,

---

<sup>69</sup> Mais adiante, analisaremos detidamente a caracterização dos conjuntos documentais identificados no decurso do trabalho de campo, questionando se, de fato, constituem arquivos no sentido estrito do termo.

temas a serem discutidos no capítulo 4. O potencial informativo desses arquivos e coleções reside justamente em seu poder de revelar, com mais ou menos lacunas, a docência e a investigação científica em seus processos de desenvolvimento, evidenciando os movimentos de aproximação e distanciamento entre uma e outra atividade, além de oferecerem testemunho do desempenho de funções administrativas levadas a cabo pelos docentes e dos eventos que constituem sua vida funcional junto à universidade (nomeações, afastamentos, mudanças de cargo e de regime de trabalho). Comportam ainda documentos relativos à identificação formal e à vida estudantil em diferentes níveis de formação, além de outros vestígios de relações sociais, familiares e afetuosas de seus titulares, cuja ligação direta com as atividades de ensino e pesquisa não pode ser facilmente estabelecida à primeira vista.

Documentar a docência e a pesquisa nas universidades é tarefa que exige levar em conta a complexidade das instituições de ensino superior, atentando para o fato de que suas funções encontram contrapartida na ação dos docentes. Fundadas no tripé ensino – pesquisa – extensão, as universidades dispõem de diversas pró-reitorias, superintendências, departamentos e secretarias que devem – embora nem sempre o façam – atuar de forma coordenada no desempenho das atividades administrativas que permitem a consecução de suas funções primordiais. Acrescente-se a esse quadro o fato de comportarem ainda grande número de unidades acadêmicas, além de laboratórios, museus, teatros, cinemas, hospitais, clínicas especializadas e centros de prática esportiva e de

lazer.<sup>70</sup> Documentar seu funcionamento é, como se percebe, um desafio que motiva a criação de órgãos como arquivos centrais e sistemas de arquivo.

A pesquisadora norte-americana Helen Willa Samuels se dedicou à questão, tornando-se referência no assunto. Em seu livro *Varsity letters* (1998), identificou as funções primordiais que considera comuns a qualquer instituição de ensino superior. Em que pese ao fato de seu estudo basear-se na realidade da educação estadunidense, em que não apenas predominam estabelecimentos de natureza privada como também diferem certos procedimentos de gestão e admissão de alunos, sua proposta não perde o sentido quando transposta ao cenário brasileiro, o que não significa que não mereça ser nuançada em certos aspectos.

Segundo a autora, o funcionamento de uma universidade se baseia no desempenho de sete funções básicas, quais sejam: 1) conferir credenciais; 2) transmitir conhecimentos; 3) promover a socialização; 4) realizar pesquisas; 5) sustentar a instituição; 6) fornecer serviços públicos; e 7) promover a cultura. Para abordar o problema dos arquivos de docentes no ensino superior, cabe-nos dedicar atenção a duas das sete atividades elencadas no panorama delineado por Samuels: “transmitir conhecimentos” e “realizar pesquisas”, principais funções desempenhadas pelos professores.

---

<sup>70</sup> No contexto brasileiro, tal realidade se reproduz mais costumeiramente nas universidades públicas, muitas das quais constituem centros de excelência em áreas específicas reconhecidos internacionalmente. Contudo, é preciso ter em mente que nem toda instituição de ensino superior assume a pesquisa e a extensão como parte de sua missão.

A intensidade com que tais atividades são desempenhadas dependerá, entretanto, do valor e do peso conferido pela instituição a cada uma delas. Na Universidade de São Paulo, a exemplo do que ocorre em outras universidades públicas no país, a produção científica é requisito fundamental para a manutenção de um funcionário no cargo de docente, fator que concorre para o acirramento da competitividade e das tensões entre os profissionais.

Contudo, cabe questionar em que medida são elas representadas pelos arquivos institucionais. No caso da USP, poucos são os documentos relativos a essas duas atividades conservados em seus arquivos permanentes. Terminado o semestre letivo, listas de notas e controles de frequência são entregues pelos docentes às secretarias de seus departamentos, onde são processados e armazenados. As provas e monografias de conclusão de disciplinas, principais instrumentos de avaliação, geralmente são devolvidas aos estudantes depois de corrigidas. Programas de curso, com suas respectivas bibliografias, são disponibilizados através dos *sites* dos departamentos, mas sua preservação é instável e depende dos diversos procedimentos adotados em cada unidade acadêmica.<sup>71</sup>

A docência enquanto prática pedagógica, entretanto, não pode ser flagrada na documentação atualmente acumulada pela universidade, constituindo uma

---

<sup>71</sup> Cada unidade da USP conserva tradições próprias que se refletem nas práticas administrativas e na gestão de seus arquivos. Enquanto certos departamentos preservam todas as provas e trabalhos de seus alunos, outros autorizam sua devolução aos estudantes, desde que as notas tenham sido processadas e lançadas nos sistemas corporativos. Com relação aos programas de curso, nem todos os departamentos os disponibilizam em seus *sites* e, em muitos casos, tais documentos podem ser acessados por meio dos Sistemas Júpiter e Janus, dedicados à gestão da vida acadêmica dos alunos de graduação e pós-graduação. Entretanto, não é raro encontrá-los em versões defasadas ou desatualizadas.

lacuna sensível. O mesmo é verdadeiro quando voltamos o interesse às atividades de pesquisa, que, por se revestirem de caráter autoral, trazem à baila a questão da natureza pública ou privada dos arquivos de professores, aspectos de um debate ainda pouco explorado, que abordaremos mais detidamente no capítulo 4.

Ao revisitar o tema dos arquivos universitários, voltando sua atenção em especial para os documentos acumulados por professores, Tara Laver (2003) constatou a escassez de estudos na literatura especializada em língua inglesa. Em extenso levantamento bibliográfico, a autora identificou apenas 22 títulos (entre artigos e livros) acerca de tais arquivos que, mesmo que de maneira marginal, mencionam os arquivos pessoais de docentes.<sup>72</sup> No Brasil, os arquivos de professores também constituem assunto muito pouco explorado entre os teóricos da Arquivologia, conforme pudemos constatar em pesquisa anteriormente realizada.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> A autora realizou o levantamento por meio da base de dados *Library Literature*. Como os registros mais antigos disponíveis na base datavam do ano de 1984, a autora valeu-se também de catálogos impressos, retrocedendo sua busca até o ano de 1936. A referência mais remota encontrada, o artigo “College archives and academic research”, de Clifford K. Shipton, publicado originalmente no volume 27 de *American Archivist*, data de 1968.

<sup>73</sup> Ao longo do ano de 2011, organizamos e descrevemos o arquivo pessoal de Diva Francisca Sgueglia, professora paulista dedicada à educação infantil, pertencente ao Centro de Memória da Educação (Faculdade de Educação – USP), em projeto de iniciação científica orientado pela Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. O levantamento bibliográfico realizado àquela época apontava para a escassez de estudos em Arquivologia voltados para os documentos ligados à prática pedagógica. A *Revista Brasileira de Educação* lançou, em seu número 10, de dezembro de 2005, um dossiê composto de sete artigos relativos aos arquivos escolares, dentre os quais apenas um pauta a discussão pelos conceitos e princípios da Arquivologia. À guisa de curiosidade, ver Campos (2011).

A compreensão do fazer docente no ensino superior passa pelo entendimento da dinâmica do espaço em que ele se desenvolve, seus requisitos e os jogos de forças envolvidos no ambiente universitário, de modo a se vislumbrar o sentido da produção e a lógica da acumulação de documentos que instrumentalizam e viabilizam a tarefa de ensinar. Entre conceber a temática de determinado curso e ministrar a disciplina ao longo de um semestre letivo escondem-se estágios intermediários da prática docente que não se revelam aos olhos dos estudantes e dos administradores das instituições. Tampouco a malha de múltiplos envolvimento pessoais, institucionais e afetivos que se tece no desenrolar da complexa relação ensino-aprendizagem se materializa nos documentos usualmente conservados nos arquivos institucionais. Tais elementos podem surgir representados nos arquivos pessoais dos professores, cujos documentos permitem responder à gama de questões levantadas por Helen Samuels (1998, p. 58-66), ao examinar os problemas em torno do desafio de documentar a docência: quem ensina? O que se ensina? Como se ensina?<sup>74</sup>

A necessidade de levantar, ainda que de maneira panorâmica, o conteúdo dos conjuntos documentais encontrados ao longo do trabalho de campo desenvolvido em cada *campus* da universidade levou-nos – sem pretensão de exaustividade ou de substituir as alternativas propostas por Haas, Samuels e Simmons (1985) ou Santos (2012), apresentadas anteriormente – a conceber um quadro com os seguintes contornos, assumindo a articulação entre docência e pesquisa como atividades desenvolvidas em um mesmo plano, não propensas,

---

<sup>74</sup> Convém notar o potencial informativo dos arquivos pessoais de alunos para responder a tais questões. Seus cadernos e apontamentos podem oferecer pistas valiosas acerca de “como se ensina”, flagrando ainda a contrapartida do processo, ou seja, “como se aprende”.



portanto, à subordinação de uma à outra, e considerando os deveres funcionais previstos no estatuto dos servidores da USP<sup>75</sup>.

### **Quadro 3 – Funções e atividades dos docentes-pesquisadores<sup>76</sup>**

<i>Área de ação</i>	<i>Atividades</i>
<b>Docência e pesquisa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Propor e ministrar disciplinas na graduação e pós-graduação</li><li>• Prestar assessoria a instituições de fomento à pesquisa, periódicos e comissões editoriais</li><li>• Propor a criação ou alteração de estrutura curricular de cursos de graduação e programas de pós-graduação</li><li>• Orientar pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação</li><li>• Participar como avaliador em bancas e concursos</li><li>• Proferir palestras ou ministrar cursos especiais em outras instituições</li><li>• Executar pesquisas<sup>77</sup></li><li>• Participar em congressos e reuniões científicas e/ou organizá-los</li><li>• Vincular-se a associações científicas ou entidades de representação de classe</li><li>• Relacionar-se com os pares</li><li>• Divulgar a ciência e resultados de pesquisa</li><li>• Prestar consultoria a órgãos públicos ou privados</li><li>• Receber homenagens, prêmios e distinções</li></ul>

<sup>75</sup> Estatuto dos Servidores da Universidade de São Paulo (Versão Consolidada), disponível em: <<http://www.usp.br/drh/>>. Acesso: 1 out. 2013.

<sup>76</sup> Este quadro representa uma versão expandida daquele elaborado durante o trabalho de campo realizado em parceria com a equipe do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo envolvida no projeto “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, incorporando atividades não contempladas naquela oportunidade.

<sup>77</sup> Note-se o desnível entre a atividade “executar projeto de pesquisa” e as demais elencadas. A escassez de tempo para a realização do trabalho de campo, frente à quantidade de unidades a mapear e à impossibilidade de realizar leitura aprofundada dos documentos, não nos permitiu identificar de maneira detalhada, como seria desejável, os estágios intermediários da pesquisa científica (identificação de problemas, levantamento de hipóteses, concepção inicial de propostas, levantamento bibliográfico, realização de leituras e fichamentos, condução de experimentos, levantamento e análise de dados, gestão de recursos financeiros, pessoais e de infraestrutura, preparação de relatórios e demais publicações etc.). Retomaremos as condições de realização do trabalho de campo no capítulo 4.

<b>Gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar em comissões, colegiados, congregação ou conselho universitário</li> <li>• Exercer a chefia de departamentos, laboratórios ou núcleos de pesquisa</li> <li>• Dirigir unidades acadêmicas</li> <li>• Exercer a reitoria ou pró-reitoria</li> <li>• Coordenar cursos de graduação ou programas de pós-graduação</li> </ul>
<b>Formação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frequentar cursos em níveis fundamental e médio</li> <li>• Frequentar cursos em nível de Graduação</li> <li>• Frequentar cursos em nível de Pós-Graduação (lato e/ou stricto sensu)</li> <li>• Frequentar cursos livres ou de extensão universitária</li> </ul>
<b>Carreira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Submeter-se a exames ou concursos para ingresso ou progressão na carreira</li> <li>• Requerer a concessão ou o encerramento de auxílios e benefícios</li> <li>• Requerer férias, licença ou afastamento</li> <li>• Requerer aposentadoria ou desligamento do quadro funcional</li> <li>• Representar às autoridades superiores a prática de irregularidades</li> <li>• Responder a inquéritos administrativos ou a diligências, providências e solicitações de autoridades superiores</li> </ul>

Elemento relevante a se considerar é o fato de tais arquivos comportarem, além dos documentos que testemunham ou comprovam o envolvimento de seus titulares no exercício da docência e da investigação científica ou desenvolvimento tecnológico, vestígios materiais de outras facetas da vida do docente-pesquisador. São documentos vinculados às suas relações sociais e familiares, assuntos econômicos, *hobbies*, atividades comunitárias e a própria formação escolar e acadêmica que, mais que permitirem a apreensão de traços característicos da personalidade de quem os acumulou – como sublinha a pesquisadora norte-americana Catherine Hobbs (2001) –, figuram como valiosos

vestígios do contexto social em que se desenvolvem as práticas docente e científica<sup>78</sup>, o que traz à tona a problemática dos critérios de avaliação dos arquivos, com implicações diretas sobre as operações de seleção e descarte de documentos, sobre que materiais vale a pena conservar tendo em vista a construção de uma memória do trabalho realizado pelos docentes e pesquisadores em uma instituição, questões pertinentes que procuraremos abordar mais adiante.

---

<sup>78</sup> Nesse sentido, o trabalho de Gerald Geison (2002) sobre o cientista francês Louis Pasteur figura como feliz exemplo de como a documentação considerada de caráter essencialmente pessoal pode subsidiar estudos que excedem a simples biografia, oferecendo substrato para análises mais complexas e refinadas acerca de uma trajetória de vida.

## Capítulo 3

### ARQUIVOS E MEMÓRIA: UMA RELAÇÃO DELICADA

---

*(...) toda a papelada em ordem, acredito demais em papel, herdei isso da mamãezinha. Agora ela esnoba a papelada antiga mas é tarde, os arquivos não estão nas gavetas, estão na cabeça.*

**Lygia Fagundes Telles**

*"The horror of that moment," the King went on,  
"I shall never, never forget!"  
"You will, though," the Queen said, "if you don't  
make a memorandum of it."*

**Lewis Carroll**

Uma das associações mais frequentes a que os arquivistas recorrem quando desejam justificar a importância de seu trabalho ou seu lugar na sociedade é aquela que se faz entre os arquivos e a memória. Contudo, muitas vezes essa relação é banalizada, servindo apenas como recurso retórico que, sem a devida fundamentação, acaba por produzir efeito contrário ao que se espera: induz ao descrédito em relação tanto ao trabalho desempenhado pelos arquivistas quanto à eficiência das instituições de custódia em conservar, preservar e dar acesso aos documentos sob sua responsabilidade.

Nesse sentido, é possível depreender da fala de certos autores uma quase simbiose entre os dois elementos. Ao examinar o caso dos arquivos pessoais, a arquivista espanhola Joana Escobedo (2006) chegou a defini-los como

repositórios de uma memória dotada de singularidade. Dessa forma, convém questionar se aquilo que as instituições de custódia armazenam é a *memória* das instituições, de determinadas pessoas ou grupos sociais, e se os documentos representam, de fato, a memória de seus criadores. Enfim, os arquivos preservam memória? Documento e memória são uma coisa só?

### **Memória: entre metáforas e representações**

O tema da memória, caro aos estudiosos de diversas áreas do saber, desde há muito intriga a humanidade. Colorido pelos matizes da arte literária, surge representado como faculdade cognitiva, habilidade de gravar fatos, datas, nomes... Ireneo Funes, célebre personagem do escritor argentino Jorge Luis Borges, representa a exacerbação dessa competência, com sua capacidade sobre-humana de reter e recuperar dados de todo o tipo.

Na Antiguidade clássica, a memória era concebida como uma forma de conhecimento. No contexto da lenta e penosa difusão da escrita, a habilidade de lembrar coisas e palavras servia à retórica e à oratória, valendo-se sobretudo do sentido da visão e constituindo uma técnica (a mnemotécnica), uma arte (Yates, 1966). Simônides de Céos, poeta grego, foi um dos primeiros a estabelecer as regras dessa arte, calcadas na criação de imagens mentais e na sua organização em locais, as salas e palácios da memória (Smolka, 2000). Para Platão, contudo, a memória já não figura mais como objeto de uma técnica ou parte da retórica, mas atrelada à realidade. Para o filósofo, ajustar as marcas das impressões sensoriais, gravadas no bloco de cera existente na alma de cada ser humano, à forma da realidade é o caminho para se atingir o conhecimento verdadeiro. Diz-nos ainda,

no *Fedro*, ser a escrita o veneno da memória, mas o remédio para a rememoração<sup>79</sup>.

Mais recentemente, o tema vem estimulando pesquisas também entre neurocientistas, antropólogos, sociólogos, psicólogos, historiadores e outros especialistas, que o tratam sob diferentes prismas, enquadrando-o ora como faculdade cognitiva ora como fenômeno social. Em *The memory process*, coletânea organizada por Suzanne Nalbatian, Paul Matthews e James McClelland (2011), estudiosos de diversas áreas aceitaram o desafio de tratar a questão sob as perspectivas da neurociência e das ciências humanas. A quantidade de artigos permite vislumbrar quão vasto é o tema e as diferentes abordagens possíveis: a permanência elusiva da memória; genética molecular e a consolidação da memória; a plasticidade do cérebro e os processos criativos; o sonho e a construção de significados; neuroimagem, farmacologia e desordens da memória; processo construtivo; conectividade sináptica e processamento emocional; o cérebro e as emoções; normalidade e anormalidade nas memórias pessoais; neuroética; memória autobiográfica na literatura modernista e na neurociência; memória e imaginação nas obras de ficção; a memória no teatro, na música e no cinema... Como bem notou Margaret Hedstrom (2010, p. 164), a caracterização da literatura especializada é desafiadora, dado que o campo dos estudos sobre memória é “amplo e amorfo”.

---

<sup>79</sup> A rememoração, para Platão, opõe-se à memória no sentido da polarização entre verdade e cópia. Seria ela, portanto, simulacro daquilo que verdadeiramente fora fixado na memória.

Entretanto, como observou Meneses (1999), a questão interessa não apenas àqueles que transitam no meio acadêmico: suscita também a atenção da sociedade como um todo, de modo que os Estados, grupos sociais, minorias (étnicas, raciais, sexuais), escolas, agremiações, associações, entidades políticas e empresas têm atuado de maneira cada vez mais efetiva no desenvolvimento de iniciativas de preservação e difusão de suas memórias. Para tanto se valem não apenas da construção de monumentos, memoriais, museus, centros de memória ou de documentação, mas também da ação dos meios de comunicação e, mais recentemente, das redes de relacionamento social pela internet. Para Paolo Rossi (2010, p. 25), uma grande “demanda de passado” e o interesse renovado por temas aparentemente marginais ou superados – como bem observa o autor, “tribalismos, nacionalismos e irredentismos passaram das margens para o centro da história” – encontram-se entre as razões que explicam as “paixões atuais pelo tema”.

O antropólogo francês Joël Candau (2012, p. 111) flagra a contradição, na atualidade, entre a supervalorização da memória e do passado, traduzida na obsessão pelo patrimônio, nas “retromanias” e “museomanias”, fenômeno a que denomina *mnemotropismo*, e a fascinação incontida pelo “tempo real”. A urgência em documentar materialmente o passado – remoto ou imediato – evidencia o estado delicado da memória na contemporaneidade, oscilando entre a efervescência e a crise. Mais que isso, sublinha uma de suas qualidades indeléveis: a efemeridade.

## A memória arquivada?

Os arquivos e a memória experimentam uma estreita, mas penosa, relação. Isso porque a recorrência desses dois elementos surge, muitas vezes, banalizada no discurso dos arquivistas quando desejam justificar seu lugar na sociedade e a relevância de seu trabalho. Com efeito, diversas instituições em todo o mundo atrelam a preservação da memória à sua missão. À guisa de exemplo, o Arquivo Nacional da Austrália se define, em sua página institucional, como “a memória da nação”<sup>80</sup>, coletando e preservando os documentos do governo que refletem a história e a identidade do povo australiano. Da mesma forma, o serviço de arquivo da Universidade de British Columbia, no Canadá, afirma “servir à memória institucional ao identificar, preservar e dar acesso aos documentos de valor permanente da universidade”<sup>81</sup>.

No contexto da veloz e incontida inovação tecnológica, da multiplicação das formas de comunicação *on-line*, do crescimento da produção documental e dos desafios e incertezas que se impõem à produção, ao armazenamento e ao acesso de documentos digitais <sup>82</sup>, as preocupações em torno da memória vão

---

<sup>80</sup> National Archives of Australia. About us. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/>>. Acesso 19 nov. 2013.

<sup>81</sup> University of British Columbia. University archives. Disponível em: <<http://www.library.ubc.ca/archives/>>. Acesso 19 nov. 2013

<sup>82</sup> O conceito de documento digital ainda constitui um desafio para os profissionais da área e as definições oferecidas por diferentes estudiosos e pelos dicionários especializados são divergentes. Richard Pearce-Moses, no *Glossary of archival records terminology*, define os termos *electronic record* e *digital record* como sinônimos: “dados ou informações capturados e fixados para armazenamento e manipulação em sistema automatizado e que requer o uso desse sistema para tornar-se inteligíveis por uma pessoa”, podendo encampar a informação tanto em formato analógico quanto digital (Society..., 2005, tradução nossa). Já que a definição do mesmo autor para *digital document* remete ao procedimento de digitalização de documentos originalmente criados por meio de técnicas tradicionais, entende-se a necessidade, no vocabulário arquivístico inglês, da distinção entre documentos nato-digitais e nato-analógicos (*born digital* e *born analog*), também empregada no



ressurgindo com mais força, ligadas à retórica do “perigo da perda”<sup>83</sup>. Convém retomar as palavras de Angelika Menne-Haritz, quando afirma que os efeitos do desenvolvimento técnico criam insegurança com relação à capacidade de recordar: “Com a nova instabilidade, a preocupação com a memória se torna mais saliente.” (Menne-Haritz, 2001, p. 58, tradução nossa).

Entende-se, assim, o tom alarmista de um relatório preparado pela United States Commission on the Records of Government. Segundo o documento, publicado em meados da década de 1980, as estratégias inadequadas para lidar com documentos eletrônicos – que àquela altura já constituíam problema sério e crescente nos países desenvolvidos – levavam o país a correr o grave risco de perder sua memória, dado que, para os integrantes da comissão, os documentos constituíam não apenas a base da história nacional, mas também contribuía para o senso de comunidade, para a manutenção de uma consciência nacional e

---

Brasil. O *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, por seu turno, define *documento digital* como aquele “codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computadorizado”, e *documento eletrônico* como “gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais.” (Arquivo Nacional, 2005). Chama a atenção, nessa definição, o fato de se tomar – inadvertidamente – formatos (cartão, disquete) por espécies documentais. Mais grave é o entendimento controverso do conceito de *gênero documental*, definido pelo *Dicionário de terminologia arquivística* (Camargo; Bellotto, 2010, p. 52) como “configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo” (audiovisual, iconográfico, sonoro, textual...). Uma carta enviada por e-mail, em que pese ao fato de ser transmitida por meio eletrônico, não deixa de ser documento de gênero textual, assim como uma canção, em formato mp3 e armazenada em disco rígido ou em uma nuvem, não perde sua qualidade de documento de gênero sonoro. Menne-Haritz (2001, p. 58) destaca o fato de que ao mesmo tempo em que os documentos eletrônicos ostentam a volatilidade da comunicação oral, guardam a estabilidade dos documentos analógicos na medida em que podem ser distribuídos a qualquer pessoa, tal qual as cartas em suporte papel e suas cópias. Contudo, a autora sublinha que a comunicação, nesse caso, se torna “menos controlável” por parte do autor, pois sua distribuição é muito mais fácil e necessita menos logística especial.

<sup>83</sup> A aceleração do curso da história, presente nas reflexões de Reinhart Koselleck, a incerteza do futuro frente a leveza do passado, como formulou Remo Bodei, ou ainda a complexidade social, defendida por Danilo Zolo, são ideias que dão lastro à percepção da memória e do passado em perigo, como evidenciou Paolo Rossi (2010, p. 26-27).

para o entendimento da sociedade e da cultura: “sem documentos não há história. E sem história não há o consenso nacional para apoiar o governo” (United States..., 1985, tradução nossa).

Como se nota, no domínio dos arquivos o conceito de memória é comumente empregado em seu sentido de fenômeno social, atrelado à formação e ao reconhecimento da identidade dos indivíduos e de determinados grupos. O que está em jogo, portanto, parece ser a função essencial da memória de manter a coesão interna dos grupos sociais (independentemente de sua amplitude), definindo as fronteiras daquilo que seus integrantes têm em comum, do que decorre o sentimento de pertencimento, tema bastante explorado no campo da Sociologia (Pollak, 1989, 1992) e também em estudos de Psicologia Social (Bosi 1994, 2003).

Assumir a simbiose entre arquivos e memória é, num primeiro momento, algo bastante tentador, sobretudo porque o termo “memória” parece trazer consigo uma carga expressiva de significado. Contudo, tal expressividade é apenas aparente, como costuma ocorrer com certos conceitos que, de tão banalizados, passam a constituir uma espécie de conhecimento tácito ou de sentido. Michael Piggott (2005, p. 306) alerta para o fato de que “lembrar envolve, naturalmente, esquecer”. Diz-nos, ainda, o arquivista australiano: “supõe-se que todos nós sabemos o que memória e a associação entre arquivos e memória realmente significam, sem necessidade de discussão ou definição.” (Piggott, 2005, p. 306, tradução nossa). Para Hedstrom (2010, p. 164), os termos e as condições dessa intrincada relação não são bem compreendidos. Como bem observou Menne-

Haritz (2001, p. 59, tradução nossa), “os arquivos que prestam serviço em alto nível profissional conquistam a imagem de instituições sociais confiáveis.” Sob o risco de fomentar o descrédito em relação ao trabalho desempenhado pelos arquivistas quanto à eficiência das instituições de custódia em preservar e dar acesso aos documentos, convém tentar lançar ao tema um olhar mais crítico.

O surgimento dos arquivos remonta ao advento da escrita. À medida que as sociedades paulatinamente se tornaram cada vez mais complexas, ampliando suas redes comerciais e diplomáticas, fez-se necessário, frente à falibilidade natural da memória (aqui entendida como faculdade cognitiva) humana, perpetuar extenso volume de informações. A intensa atividade comercial exercida pelos sumérios os levou a registrar, sobre tabletes de argila, a movimentação de pessoas, salários, entradas e saídas de rebanhos e mercadorias, com o claro propósito de controlar a gestão de seus negócios. Desenvolveram, em consequência, recintos e aparatos específicos (e sofisticados) para o armazenamento de seus registros, os primeiros documentos de arquivo da história da humanidade (Barraza Lescano, 1996, p. 11-16).

A escrita – e, particularmente, o impresso – permitiu, no dizer de Candau (2012, p. 108), “a possibilidade de estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral.” A durabilidade dos suportes, que não se decompunham naturalmente após o uso, fez com que os documentos outrora produzidos com o intuito de viabilizar ações práticas constituíssem um resíduo passível de ser coletado e preservado. No entendimento de Aleida Assmann (2011, p. 367), é assim que, “a partir do

arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado.”

Contudo, foram os gregos os pais da palavra “arquivo”, empregada para fazer referência tanto aos documentos oficiais quanto aos repositórios e seus administradores. Nos *archeion*, preservavam-se documentos públicos e privados. A importância dos arquivos foi também ressaltada por Aristóteles em seu tratado sobre política, no qual os identificava como uma das instituições fundamentais no estado-modelo (Barraza Lescano, 1996, p. 11-16).<sup>84</sup> A palavra grega *arché*, raiz etimológica de “arquivo”, admite diferentes significados: início, origem, autoridade, repartição pública, escritório público (Assmann, 2011, p. 367), dos quais Jacques Derrida (2001, p. 11) deriva a ambiguidade contida na ligação entre “começo” e “comando”, o princípio da natureza ou da história em concorrência com o princípio da lei.

A institucionalização dos arquivos e a noção de que constituem uma propriedade da nação a serviço de seus cidadãos, tendo em vista a prova e a garantia de seus direitos civis, é, todavia, um advento moderno, ratificado na esteira da Revolução Francesa, no final do século XVIII. Os documentos oriundos da justiça senhorial, os bens eclesiásticos e das ordens religiosas, dos governos provinciais, do judiciário, das corporações, das universidades, os papéis dos príncipes, as propriedades dos emigrantes e os arquivos da coroa passam a pertencer à nação (Delsalle, 1998, p. 134). Aos poucos, por meio de decretos e leis, os arquivos vão

---

<sup>84</sup> Para uma história da Arquivologia, ver Delsalle (1998).

sendo unificados e o arquivo da assembleia se torna o Arquivo Nacional. O movimento é consagrado com a lei de 25 de junho de 1794, que estabelece a centralização dos arquivos na França, com o intuito de criar “um repositório central para toda a nação.” (Delsalle, 1998, p. 134-135)<sup>85</sup>

Entretanto, convém questionar: os documentos – por si sós – são a memória de um indivíduo ou de uma sociedade? Pode-se afirmar que, ao tomar contato com um arquivo, um pesquisador se aproxima da memória de seu titular? Seriam eles, como define Assmann (2011, p. 369), repositórios de conhecimento realocado? É conhecimento – ou memória – o que se preserva num arquivo, ou seria o conhecimento uma construção operada pelos usuários a partir dos documentos que, uma vez empregados na pesquisa, são alçados à condição de fontes? No dizer de Angelika Menne-Haritz (2001, p. 59), a função dos arquivos é prevenir a amnésia. Cumpre frisar essa utilidade primeira dos documentos, que atrela o conceito de memória à faculdade cognitiva de lembrar, de recuperar informações com finalidade prática, já presente no pensamento de Sir Hilary Jenkinson (1937, p. 23) quando define o documento escrito como uma forma de “memória artificial”.

---

<sup>85</sup> Delsalle (1998, p. 115 e seguintes) chama a atenção para o que define como “a primeira regulamentação arquivística moderna”: a cédula real de Felipe II, rei da Espanha e de Portugal. No documento de 1588, produzido no contexto da União Ibérica – momento em que os dois países dominavam uma grande parte do mundo, com possessões na África, na Ásia e na América, o que certamente representava um desafio administrativo –, o rei estabelece as diretrizes para as atividades do arquivo de Simancas no que tange aos objetivos da instituição, seu funcionamento, seu quadro de pessoal e à segurança, definindo-o como um serviço público: “Qualquer pessoa, seja um indivíduo, membro de um município, de uma universidade ou da administração pode ter acesso aos arquivos e requerer cópia de um documento.” (Delsalle, 1998, p. 116, tradução nossa)

Ao tratar do tema dos arquivos pessoais, a arquivista espanhola Joana Escobedo (2006, p. 61, tradução nossa) afirmou serem eles “albergues da memória, uma memória dotada de singularidade”. Catherine Hobbs (2001, 2010), por seu turno, confere a esses conjuntos documentais o poder de representar os traços da personalidade de seus criadores. Em que pese à trajetória de cada arquivo – ou, em outras palavras, o histórico de sua custódia<sup>86</sup> –, mesmo com os acasos que sucedem a morte de seus titulares e as seleções e descartes operados quando de sua transferência para uma instituição, tais afirmações não perdem o sentido, dado que os arquivos geralmente preservam a capacidade de espelhar as atividades de seus criadores.

A pesquisadora canadense Laura Millar (2006) dedicou atenção ao problema, retomando a questão que antes enunciamos: o fato de os arquivistas recorrerem – estrategicamente – à associação entre arquivos e memória para explicar a natureza de seu trabalho, sem, contudo, discuti-la em perspectiva crítica com vistas a incrementar e sustentar a própria prática. Sua preocupação principal gira em torno de um instigante questionamento: a forma como criamos, guardamos e recuperamos a memória pode ser comparada à maneira como produzimos, preservamos e usamos os documentos? Nesse sentido, seriam os arquivos, de fato, nossa memória? (Millar, 2006, p. 106).

---

<sup>86</sup> Trata-se, segundo a terminologia empregada na redação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), da “história arquivística” do conjunto documental, composta por informações sobre a natureza da acumulação, as sucessivas transferências de propriedade e custódia, bem como dados sobre intervenções técnicas realizadas ao longo do tempo, dispersões e eventuais sinistros relacionados à unidade de descrição (Brasil, 2006, p. 34).

A autora prossegue questionando: as fotografias reunidas em um álbum, um diploma pendurado na parede ou o programa de um congresso são, por si sós, nossa memória das atividades ou dos eventos que motivaram sua produção e acumulação? (Millar, 2006, p. 111). Para responder a questão, Millar julgou necessário examiná-la sob o prisma de cinco fatores: o processo de recordar carrega consigo uma seletividade que lhe é intrínseca; o fato de que os documentos servem como gatilhos para a memória, mas não são, eles mesmos, a memória em si; o lugar ocupado pelas emoções nas recordações e sua ausência nos documentos; o papel desempenhado pelo presente na recordação do passado; e, finalmente, a diferença entre lembrar e saber, intimamente relacionada com a diferença entre duas modalidades da memória, quais sejam, a memória semântica – geralmente identificada como o conhecimento tácito, ligada ao domínio das palavras, nomes e conceitos – e a memória episódica, relacionada ao registro dos eventos e experiências vivenciadas pelo sujeito que recorda, definida, com efeito, como a habilidade consciente de refletir sobre a vida e recuperar experiências e emoções do passado. Debruçando-se sobre a literatura especializada, sobretudo no campo da neurociência e da psicologia, Millar definiu os documentos como gatilhos para os processos de memória, pedras de toque das quais um indivíduo (ou um grupo social) se serve quando deseja ressuscitar ou revisitar uma experiência vivenciada no passado.

Nesse sentido, convém retomar a definição exemplarmente concisa e perspicaz da arquivista alemã Angelika Menne-Haritz (2001, p. 59, grifo nosso), quando afirma que “os arquivos não armazenam a memória, mas oferecem a possibilidade de *criar memória*”. Ou seja, o que está em jogo, nos arquivos, não é

exatamente aquilo que o conteúdo dos documentos guarda de supostamente verdadeiro em relação ao passado, mas a(s) possibilidade(s) de leitura e de interpretação desses conteúdos, permitindo, por meio do exercício de (re)elaboração, a construção de novas conexões e de novas abordagens, bem como a formulação de hipóteses de reconstituição do passado, típicas da pesquisa histórica. A memória, portanto, não está dada nos arquivos. É ela fruto de um *trabalho* (Bosi, 1994, p. 26), de uma elaboração executada conscientemente pelos usuários, em consonância com as demandas por determinados sentidos do passado, num processo enraizado no presente.<sup>87</sup>

Nas sociedades contemporâneas, o conceito de memória se reveste de dois valores distintos, comercial e simbólico, atrelados aos arquivos. O *valor simbólico* se relaciona, em larga instância, com a identidade de comunidades e grupos sociais. Como notou Margaret Hedstrom (2010, p. 166), os estudos sobre memória coletiva, que a assumem como construção social, põem em evidência as necessidades atuais de grupos e indivíduos por significados particulares do passado, abrindo espaço para discussões sobre como e por quem essas necessidades são identificadas e sobre o papel desempenhado pelos arquivistas, pelas instituições de custódia e pelos documentos na construção da memória social.

---

<sup>87</sup> Para Ecléa Bosi (1994, p.26), a inerência da vida atual ao processo de reconstrução do passado deve ser entendida como a grande conquista comum das reflexões de Frederic Charles Bartlett e de Maurice Halbwachs, ambos os autores empenhados em “fixar a pertinência dos ‘quadros sociais’ e das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança.” (Bosi, 1994, p. 25)



Tem sido frequente, sobretudo no exterior, onde o tema da responsabilidade social (*accountability*) é uma das reivindicações mais pungentes, rotular os arquivos em função dos grupos ou etnias que supostamente representam. Os números mais recentes de *Archivaria* e *The American Archivist*, dois dos principais periódicos da área, bem como as publicações nos grupos de discussão e mesas-redondas da *Society of American Archivists*, são ilustrativos da tendência. Tem-se falado, nesse sentido, em *women archives*, *afro-american archives*, *archives of color*, *queer archives*, num movimento que explicita como as causas sociais vêm se tornando uma pauta arquivística. Na África do Sul, por exemplo, busca-se, também por meio dos arquivos, fazer justiça àqueles que tanto sofreram com um dos mais rigorosos regimes de *apartheid* no mundo.<sup>88</sup> No Brasil, os arquivos das instituições ligadas à ditadura militar, sobretudo os órgãos de repressão e censura, são alvo de amplo interesse não apenas de estudiosos, mas também das pessoas que vivenciaram aquele que talvez tenha sido o mais sensível evento de nossa história recente.<sup>89</sup> Como se nota, a questão se confunde com outro problema, qual seja, a pretensa missão dos arquivos (e dos arquivistas) de promover a justiça social.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> Verne Harris, diretor do serviço de pesquisa e arquivo do *Nelson Mandela Centre of Memory*, vem se dedicando ao tema. Veja-se, à guisa de exemplo, seu artigo “*Jacques Derrida meets Nelson Mandela: archival ethics at the endgame*”, publicado originalmente no volume 11 de *Archival Science*, em 2011. Ver referências.

<sup>89</sup> Ações sociais também foram levadas a cabo em torno da preservação de documentos do período militar – como o Projeto Brasil Nunca Mais, encabeçado por representantes da Igreja Católica – e da investigação de práticas de violação dos direitos humanos, como a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012.

<sup>90</sup> Sem nos desviarmos de nosso problema principal – a relação entre arquivos e memória – cabe levantar um questionamento latente: cabe aos *arquivistas* reparar injustiças históricas? Ou seu papel seria, ao garantir a polissemia natural dos documentos por meio de procedimentos adequados de arranjo e descrição, o de permitir que os documentos possam ser utilizados *inclusive*, dentre outras possibilidades, em favor de causas sociais?

Vale sublinhar, entretanto, que as instituições arquivísticas não atuam sozinhas na delicada missão de preservar e transmitir a memória de Estados, indivíduos, grupos sociais e manifestações humanas. Tampouco se caracterizam como dispositivos medulares, indispensáveis. Michael Piggott (2005, p. 307) atentou para a não centralidade dos arquivos, observando que, por vezes, as tradições orais, as cerimônias e até mesmo a paisagem desempenham papel mais importante que os documentos no desencadeamento de processos de rememoração. Some-se ainda a função dos monumentos, do patrimônio arquitetônico, das datas, dos costumes, das regras de interação, do folclore, da música e das tradições culinárias como “pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos” (Pollak, 1989, p. 3). Em suma, os documentos de arquivo desempenham papel coadjuvante – embora em muitos casos sejam, de fato, os protagonistas – nos processos de representação, autorização e modelagem da memória, em consórcio com outros mediadores e equipamentos culturais.<sup>91</sup>

Paulatinamente também as organizações começam a descobrir o apelo da memória e a importância dos documentos de arquivo. No final da década de 1960, uma violenta guerra civil entre o governo da Nigéria e a região separatista de Biafra devastou o território, dizimando um milhão de pessoas e forçando a dispersão dos sobreviventes. No movimento de reconstrução do país, findo o

---

<sup>91</sup> Nesse sentido, vale chamar a atenção para o surgimento de uma escola de pensamento arquivístico à qual Piggott (2005, p. 309) denomina “social”, “societária” ou ainda “arquivização” (*archivalization*), representada sobretudo nas figuras de Terry Cook e de Eric Ketelaar. Ver, por exemplo, “*Archival Science and postmodernism: new formulation for old concepts*” (Cook, 2001) e “*Archivalisation and archiving*” (Ketelaar, 1999).

conflito, diversas empresas participaram das licitações lançadas para a realização de obras de infraestrutura. Instalada havia muitos anos naquela região, a Dumez, empresa francesa de engenharia civil, fora responsável pela construção de diversas pontes e estradas, preservando em seus arquivos, em Paris, os documentos (estudos e plantas) relativos a tais obras por muitos anos além do prazo exigido por lei, o que lhe permitiu acumular conhecimentos específicos sobre a geografia e o solo da região que seus concorrentes não detinham. Justamente por esse diferencial, pode ela conquistar diversos negócios, apresentando orçamentos vantajosos, e concluir as obras em prazo inferior àqueles estabelecidos nos contratos (Delmas, 2010, p. 33).

Como se percebe, imprime-se atualmente à memória também um *valor comercial*, possibilitando capitalizar saberes e a experiência adquirida, o que se mostra fundamental para a solução de conflitos, problemas técnicos, questões jurídicas e também para a elaboração de estratégias mercadológicas. Grandes empresas vêm, nos últimos anos, percebendo a relevância do “capital intelectual”, traduzido nos bens intangíveis<sup>92</sup> da organização, envolvendo, como pontua Silvana Goulart (2013, p. 495), “o conhecimento e a aprendizagem organizacionais, a competência, a experiência.”

---

<sup>92</sup> No campo da ciência da informação, as discussões sobre tangibilidade e intangibilidade se voltam para as noções de documento e de bem cultural, associadas ao registro de informação em suporte físico. Se, como defende Ocampo (1991), documento é tudo aquilo a que se atribuem determinados significados, seriam também os bens culturais intangíveis (transmitidos pelos costumes e pela oralidade) objetos daquela ciência (cf. Dodebei, 2011). Convém notar, entretanto, que a definição de documento formulada por Ocampo, no início dos anos 1990, corresponde em boa medida àquilo que historiadores afinados com o movimento da Nova História (em curso desde a primeira metade do século XX, com a escola dos *Annales*) defendiam décadas antes. No alargamento do espectro de interesses e temas da pesquisa (veja-se, por exemplo, o despontar da história das sensibilidades, do corpo, das ideias, do cotidiano, das mentalidades, das paisagens...), também se expande o leque de documentos de que se pode valer o historiador, tanto que certos teóricos preferem hoje falar em “informação historiográfica” em lugar de “fonte” (Aróstegui, 2006, p. 489).

A gestão da informação e, conseqüentemente, dos documentos e demais objetos em que ela se inscreve, compete aos centros de memória, unidades cada vez mais estabelecidas em instituições públicas e privadas, imbuídas da constituição, do tratamento técnico e da difusão de um acervo orgânico, capaz de refletir as funções da organização desde a sua criação. No dizer de Goulart (2013, p. 496), também “cabe a busca de documentos que não têm necessariamente *status* arquivístico – por serem ligados às atividades-fim, ou seja, não são viabilizadores da ação, mas seu produto final – assim como os produzidos pelos técnicos e sem obrigatoriedade de guarda legal nos arquivos da organização.”

Contudo, a manutenção desses centros – que mobiliza investimento específico não apenas em infraestrutura mas também em pessoal capacitado – está sujeita a vicissitudes de ordens diversas, cabendo aos seus profissionais provar, diariamente, o papel crucial dos serviços de informação como instrumentos de gestão, coadjuvantes nas ações administrativas, nas tomadas de decisão e na elaboração de estratégias de *marketing* visando à difusão e projeção da marca junto aos consumidores. Elos fracos das correntes corporativas, ainda entendidos em muitos casos como serviços supérfluos, estão os centros de memória geralmente ameaçados, no que toca à continuidade de sua existência, em conjunturas de crises financeiras e contenção de despesas.

Como sublinha Silvana Goulart (2013, p. 497), cumpre aos centros de memória “devolver à sociedade uma memória engendrada na organização e que não deixa de ser também uma memória social”, objetivo partilhado, ao menos no discurso,

pelos arquivos e demais instituições encarregadas da preservação de documentos.

As celebrações costumam oferecer condições propícias para a criação de projetos específicos e o desenvolvimento de ações com objetivo de resgatar e preservar a memória de comunidades ou instituições, mobilizando a atuação de determinados equipamentos culturais, como os museus, as bibliotecas e, também, os arquivos e centros de memória. Lembremos, apenas à guisa de exemplo, a sensação causada com a exposição pública da carta de Pero Vaz de Caminha, durante a comemoração dos quinhentos anos da chegada dos portugueses ao Brasil, e os sentidos sobre ela projetados (“primeiro documento de identidade do Brasil”, “nossa certidão de nascimento”...). As comemorações trazem, pois, à baila a problemática da criação de projetos memorialísticos, sob a égide de três palavras-chave, quais sejam, *resgate*, *recuperação* e *preservação*, que pressupõem, no entendimento do historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1999, p. 12), “uma essência frágil que necessita de cuidados especiais para não se deteriorar ou perder uma substância preexistente.”

Em tempos de efemérides marcantes, costuma aflorar a consciência sobre “a impossibilidade de preservação integral do passado e a ansiedade da perda” (Hollós, 2010, p. 31) e a necessidade de se criar uma memória – em detrimento de outras –, o que não deixa de configurar um exercício de destilação de determinada autoimagem (Meneses, 1999, p.13). Trata-se de um desafio que acarreta implicações de ordens técnicas, éticas e ideológicas. Quando os arquivos se tornam protagonistas no processo de construção da memória institucional,

essas implicações trazem à tona dilemas sobre que materiais preservar e como difundi-los, tornando-os bens acessíveis ao público. É preciso observar a função social dos arquivos e a responsabilidade intrínseca aos projetos memorialísticos, tendo em mente que os documentos “nos permitem *construir* a memória, refiná-la, corrigi-la ou ratificá-la sempre que necessário.” (Menne-Haritz, 2001, p. 59, tradução e grifo nossos)

A natureza dos vestígios materiais do passado, alguns nascidos documentos de arquivo e outros alçados a tal condição, por seu potencial informativo como testemunho do passado, coloca em pauta a problemática de sua jurisdição pública ou privada, além de questões metodológicas e operacionais visando ao tratamento documental. São problemas que, à luz dos resultados de trabalho de campo realizado nas unidades acadêmicas da USP, pretendemos discutir a seguir.

## Capítulo 4

### OS ARQUIVOS DE PROFESSORES-PESQUISADORES NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

---

*Como então esses dois tempos, o passado e o futuro, existem, se o passado não existe mais e o futuro ainda não existe? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, se não se fosse se juntar ao passado, não seria tempo, mas eternidade. Portanto, se o presente, para ser tempo, deve unir-se ao passado, como podemos declarar que existe, se não pode existir senão deixando de existir? Tanto que o que nos autoriza a afirmar que o tempo existe é sua tendência para deixar de existir.*

**Santo Agostinho**

Como preservar a memória de uma instituição? Qual o valor das ações nesse sentido para o conhecimento de sua própria história? Aos oitenta anos de existência, pode-se considerar a Universidade de São Paulo uma instituição sem memória. As recentes iniciativas de sua pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, que desde 2012 vem lançando editais para o financiamento de projetos ligados ao tema e à preservação de acervos, dão lastro à afirmação e revelam o interesse atual da universidade em seu patrimônio.

Contudo, em que consiste a faceta documental do patrimônio da Universidade de São Paulo e qual a sua relevância para a pesquisa científica nas mais diversas áreas do conhecimento? Em seu conjunto, abrange não apenas a documentação gerada e acumulada pela USP no desempenho de suas funções administrativas, como também de fundos de arquivo e coleções de documentos que adquire por

meio de compra ou doação, custodiados por seus institutos, faculdades, bibliotecas, centros de documentação e memória, além de grupos de pesquisa e laboratórios.

Parte desse patrimônio é representada pelos arquivos pessoais de seus ex-professores, aposentados ou falecidos, e ações de preservação desses materiais vêm sendo empreendidas em diversas unidades acadêmicas, ainda que de maneira muitas vezes acanhada, raramente formalizada e sem obedecer a critérios ou diretrizes comuns no que tange à avaliação e descrição dos documentos. Não raro, surgem da boa vontade de um docente em atividade ou de algum funcionário, cioso e consciente da importância que tais documentos possam ter para a instrução de futuras gerações de alunos e professores ou para celebrações e efemérides. Por vezes encaradas como meras demonstrações de saudosismo, há quem veja em tais iniciativas apenas a faceta do culto à figura de um antigo diretor ou professor ilustre de determinada faculdade que, inclusive, nomeia – a título de homenagem – o espaço em que seus documentos são armazenados. Como veremos, a relevância dos arquivos pessoais transcende a relação que mantém com a memória de seus criadores, assumindo função social mais abrangente.

### **A Universidade de São Paulo**

Vinte anos depois da fundação da Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo, um dos principais artífices de sua criação, escreve longo balanço da trajetória da instituição. Inaugurada em 1934, na esteira dos humores que se sucederam à derrota militar e política dos paulistas na Revolução



Constitucionalista, a USP representava um projeto diferente daquele que presidia as outras duas universidades brasileiras, situadas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, que não passavam, no entendimento do educador, da reunião dos institutos pré-existentes voltados para a formação instrumental de profissionais sobretudo nas áreas do Direito, da Engenharia e da Medicina:

“Mas, antes dessa iniciativa do governo provisório em 1931<sup>93</sup>, e mesmo da criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, e da do Rio de Janeiro, em 1920, já nos batíamos em São Paulo por uma Universidade que tivesse, como eixo de gravitação de todo o sistema, uma Faculdade destinada a ser um centro de cultura filosófica e literária e foco poderoso de atividades científicas. Foi a de São Paulo, criada em 1934, a primeira desse tipo que se fundou no País.” (Azevedo, 1954, p.95).

Com efeito, a campanha pela criação de uma universidade em São Paulo remonta, com maior ênfase, ao início da década de 1920 e faz parte das investidas de determinado grupo de intelectuais alijados da vida política no que tange à administração dos negócios públicos. Àquela época, São Paulo ganhava traços marcantes de metrópole, projetando-se com força no cenário nacional como polo de desenvolvimento econômico, alimentado sobretudo pela grande concentração de imigrantes e de seus descendentes que nutriam, por sua vez, os quadros da indústria em expansão, o comércio e a prestação de serviços. A conversão do carnaval em festa popular; o apelo das novas modalidades esportivas; corridas no Jockey Club, torneios de futebol e tênis, matinês dançantes; o boom editorial, representado na multiplicação de editoras e livrarias, dos jornais e das revistas; a construção de novas praças e parques; a invasão dos cinemas, dos bondes; a proliferação dos monumentos e das exposições de arte... A polifonia

---

<sup>93</sup> Trata-se do Estatuto das Universidades Brasileiras, elaborado pelo ministro da Educação Francisco Campos, documento “em que a idéia da Universidade, como a entendemos, revestiu significado profundo, tomou corpo e forma e abriu perspectivas á organização do verdadeiro ensino universitário.” (Azevedo, 1954, p. 95).

arquitetônica e urbanística, fruto da especulação cafeeira – em contraste com os inúmeros cortiços e bairros pobres, sujeitos às enchentes, à repressão policial e à violência, como demonstra Nicolau Sevcenko (1992) – contribui para formar o cenário de uma “exposição universal bizarra”, palco onde se desenrola a vida cotidiana em uma cidade que começa a se perceber grande, animada pelo ideal de um espírito jovem, em constante movimento.

Se nos planos da economia, da urbanização e da cultura a tendência era de expansão, de diversificação, o terreno da política era ainda bastante restrito, graças à ação do Partido Republicano Paulista, o único regularmente organizado e que se debatia, num processo de fechamento interno, para neutralizar as fraturas e os conflitos entre suas facções. Como observa Fernando Limongi (1989, p. 113), não havia, “à época, qualquer chance de carreira fora do situacionismo.” Em 1917, membros de uma “elite cultural”, oriundos das camadas urbanas educadas, especialmente alunos e professores da Faculdade de Direito, que enfrentavam a dificuldade de ingressar na vida política, reúnem-se na Liga Nacionalista. Muitos deles estiveram a frente dos debates que culminariam, anos mais tarde, na criação da Universidade de São Paulo.

É justamente esse grupo, que anseia maior inserção política, que assume a questão da educação como ponto central em seu programa. Trata-se de projeto mais amplo, no qual o que está em jogo é a “luta pela liderança do aparelho educacional paulista e a direção a ser imprimida à sua expansão.” (Limongi, 1989, p. 128)

Tampouco se pode pensar a criação da universidade sem considerar o panorama educacional paulista nos anos que antecederam o projeto. Ao longo da Primeira República, a educação secundária não fora alvo de investimento sistemático por parte do governo, abrindo espaço para a iniciativa privada e para as tradicionais organizações religiosas, que preparavam a elite para a continuação dos estudos em nível superior.<sup>94</sup> O que havia, portanto, era algum investimento na escola básica (primária) e no ensino normal, que vai crescendo à medida em que também crescem a população e, conseqüentemente, a oferta de vagas<sup>95</sup>. O desequilíbrio então se dá pela incapacidade da Escola Normal da Praça, única do estado destinada a formar professores para o magistério, em acompanhar a expansão do ensino primário, o que abriu espaço para a contratação de não-normalistas (Tanuri, p. 101-102). Apenas a partir de 1910, é que a escola normal se expande, e o faz rapidamente, sobretudo no interior do estado, momento em que se põe em marcha um aumento significativo nos gastos públicos no setor educacional.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> De acordo com Limongi (1989, p. 130), até 1930 havia no estado apenas 3 ginásios públicos, instalados na capital, em Campinas e em Ribeirão Preto. Em 1920, enquanto a rede oficial registra 764 matrículas nesses estabelecimentos, as escolas particulares somam aproximadamente 9.000 inscrições.

<sup>95</sup> Tanuri (1979, p. 76-77) observa que o primeiro surto de expansão do ensino primário se dá logo nos primeiros anos da República, acompanhando a posição preeminente que São Paulo conquistava nos cenários político e econômico. De 1872 a 1907, o número de estabelecimentos públicos e privados de ensino primário sobe de 11.520 pra 98.710, sendo que a taxa de absorção experimenta crescimento de 14 para 32 alunos por 1.000 habitantes.

<sup>96</sup> Se em 1890, os gastos nesse setor (em milhares de contos) somavam 1,1, em 1910 o investimento é dez vezes maior. Em 1920, chega a 25,9, batendo a marca de 77 mil contos em 1930. Os dados, reunidos por Limongi (1989, p.135) demonstram que o investimento público em educação mais que dobra a cada década, superando, a partir de 1910, os gastos em saúde, força pública e subsídio à imigração.

Os normalistas assumem, antes da criação da universidade, um papel fundamental na formação das novas gerações de alunos no ensino primário, além de demonstrarem versatilidade, “atuando na imprensa, escrevendo ensaios e críticas literárias, dirigindo revistas e auxiliando diretamente na expansão do mercado editorial” (Limongi, 1989, p. 136). Contudo, o rápido aumento do número de escolas normais, ocasionado pela ampliação da rede pública de educação primária, não só gerou excedente de professores, como alimentou uma clivagem no seio da categoria profissional. Enquanto os alunos da Escola Normal da Praça ostentavam o prestígio e apoiavam-se sobre o peso de seus diplomas, aqueles oriundos de outras escolas – muitos dos quais filhos de imigrantes, provenientes de meios sociais mais modestos e que projetavam na carreira docente alguma possibilidade de ascensão social – buscavam compensar o menor brilho de sua formação com a experimentação de novos métodos e estratégias de ensino. Serão eles os elementos engajados na renovação pedagógica em São Paulo, num movimento ao qual se consagrou chamar Escola Nova.

A ascensão dos escola-novistas se dá logo em 1920, quando da reforma educacional empreendida por Sampaio Dória, à época diretor geral da instrução pública. Professor da Escola Normal da Praça, Dória se utilizou, estrategicamente, da renovação pedagógica como meio de se afirmar naquela instituição, onde dividia, desde 1914, a cadeira de pedagogia, psicologia, metodologia e educação cívica com Ciridião Buarque, docente responsável pela disciplina havia trinta anos (Limongi, 1989, p. 138).

Apesar da bandeira levantada a favor da erradicação do analfabetismo, embora suas ações tenham evidenciado que a educação básica não fora de fato privilegiada, Sampaio Dória concentrou energias no incremento burocrático e no fortalecimento do sistema de formação de professores. Em sua reforma, inverteu a lógica com que pensa o sistema de ensino, dando maior atenção ao topo que à base: seu projeto previa a criação de uma Faculdade de Educação – inicialmente chamada de Faculdade de Filosofia, Letras e Educação (Limongi, 1989, p. 140) –, embrião da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas que seria de fato fundada quatorze anos mais tarde.

Ao longo de toda a década de 1920, anos em que, como se percebe, a questão da educação motivava intensos debates (convém lembrar que à reforma de Sampaio Dória, seguiram-se mais duas, em 1925 e 1927, encabeçadas por representantes da vertente “tradicionalista”), é possível acompanhar, pela imprensa, os movimentos na campanha não só a favor da escola básica, mas, sobretudo, pela criação de uma universidade em São Paulo. As páginas de *O Estado de São Paulo* serviram de veículo para a propagação das ideias de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Jr. e outros intelectuais e educadores, numa batalha que não deixa de ser uma disputa política.

A oportunidade de fundar em São Paulo uma universidade não só era tema recorrente nos jornais, que com isso colocavam a questão na pauta do dia da opinião pública, como também causa estimulada por membros ligados a instituições como a Sociedade de Educação e o Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, entre os quais George Dumas e Paul Fauconnet (Limongi, 1989, p.

147), tendo sido o primeiro o responsável pela ideia de se criar uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como “núcleo animador do espírito universitário”<sup>97</sup>, como recorda Lourenço Filho em depoimento a Heládio Antunha (1976, p. 286).

Ao contexto econômico global especialmente delicado do final da década de 1920, marcado pela crise do capitalismo ocasionada pela quebra da bolsa de Nova York, em 1929, somou-se, no Brasil, conjuntura política conturbada, com o movimento conhecido como Revolução de 1930, que levou, por meio de golpe de estado, Getúlio Vargas à presidência da República. Nesse período, como observa Limongi (1989, p. 151), os debates em torno da criação da universidade em São Paulo se arrefecem. A espera pela convocação de novas eleições, frente ao governo provisório de Vargas, mais a insatisfação da aristocracia cafeeira paulista, que via, nesse regime, sua influência política decair, levaram a uma onda de insatisfação que ganharia corpo na Revolução Constitucionalista de 1932.

Se na luta contra Getúlio Vargas os paulistas perderam pelas armas, venceriam pelo espírito. A situação política, econômica e social de São Paulo no cenário nacional, como polo de desenvolvimento industrial e de crescente urbanização, somada aos problemas no campo da educação, enfrentados desde há muito, demandavam a criação de uma instituição de ensino superior diversa daquelas já existentes, comprometida com a formação de uma elite intelectual capacitada

---

<sup>97</sup> Segundo Lourenço Filho, “foi mesmo ele, Dumas, quem escolheu os primeiros professores franceses a serem contratados depois da criação da Universidade.” (Antunha, 1976, p. 287)

para abastecer os quadros da escola secundária que, por sua vez, educaria os futuros dirigentes do estado e da nação.

Em torno de Júlio de Mesquita Filho, diretor de *O Estado de São Paulo*, formou-se um grupo de intelectuais e educadores – a “comunhão paulista ilustrada” –, muitos dos quais anteriormente vinculados à Liga Nacionalista e engajados no movimento escola-novista, que debatia, na redação do jornal, as diretrizes e a orientação do projeto de uma universidade paulista.<sup>98</sup> Sob influência das ideias renovadoras sobre a educação, plasmadas em uma visão democrática do ensino e de sua adaptação à ciência, o projeto da Universidade de São Paulo contemplou uma instrução humanista, com a intenção de formar primeiro o homem para, assim, formar o profissional. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras constituiria a célula-mãe do empreendimento, incumbida de cumprir semelhante missão.

Vislumbrava-se, com a fundação de uma universidade, concebida como lócus da investigação científica por excelência, dos altos estudos, da cultura livre e desinteressada, o caminho para uma organização democrática e para a recuperação da hegemonia paulista no cenário nacional. A criação da USP, assim, tanto respondia ao intento de aparelhar o estado após a Revolução de 1932 quanto ao jogo de interesses dos educadores paulistas pelo controle do setor educacional. As justificativas para tamanha iniciativa encontraram respaldo no orgulho bandeirante – num momento em que a própria identidade paulista

---

<sup>98</sup> Compuseram a comissão de elaboração do projeto: Julio de Mesquisa Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Jr., Sampaio Dória, Agesilau Bitancourt, Vicente Rao, Fonseca Telles, Cristiano Altenfelder Silva e Henrique Rocha Lima (Witter, 1984, p. 11).

encontrava-se abalada pelo surto de crescimento do estado, e mais especificamente da cidade, e pela derrota militar na luta contra Vargas – e no ideal de uma certa “superioridade espiritual” dos paulistas frente ao desafio de instalar, no estado, uma instituição de grande porte, como retoma Júlio de Mesquita Filho, em aula inaugural na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto:

“Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a hegemonia que durante longas décadas desfrutamos no seio da Federação. *Paulistas até a medula, herdamos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária á execução dos grandes empreendimentos.* Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras á independência e da Regência á República, do que a Universidade?” (O pensamento..., 1958, grifo nosso)

Finalmente instituída pelo interventor federal no estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, por meio do decreto 6.283, a Universidade de São Paulo surgia em 25 de janeiro de 1934, data especialmente simbólica – o aniversário da cidade –, tendo como objetivos precípuos:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência;
- b) transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida;
- c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística;
- d) realizar a obra social de vulgarização da ciência, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferência, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres.



Àquela altura, São Paulo, como outros estados do país, já contava com certo número de instituições de ensino superior, voltadas especialmente para a formação profissional. A mais antiga delas, a Faculdade de Direito, fora fundada ainda no Império, em 1827. A ela se somavam a Escola Politécnica, cuja criação remonta a 1893, a Escola Agrícola Prática de Piracicaba (atual Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), de 1901, e a Faculdade de Medicina, implantada em 1912.<sup>99</sup> Segundo o projeto arquitetado por Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo e outros intelectuais, essas diversas faculdades e escolas superiores deveriam se agrupar em torno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), concebida como viga mestra da universidade. Em 1934, a USP iniciou suas atividades com as seguintes unidades:

- Faculdade de Direito
- Faculdade de Medicina
- Faculdade de Farmácia e Odontologia
- Escola Politécnica
- Instituto de Educação
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais
- Escola de Medicina Veterinária
- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
- Escola de Belas Artes

---

<sup>99</sup> Em 1934, além das instituições citadas, também funcionavam em São Paulo o Liceu de Artes e Ofícios (criado em 1876), a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (fundada em 1886, daria origem, em 1946, ao Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP), o Museu Paulista (criado no mesmo ano em que a Escola Politécnica e incorporado à universidade em 1963), a Escola Livre de Farmácia de São Paulo (inaugurada em 1898, que mais tarde se desmembraria nas Faculdades de Odontologia e de Ciências Farmacêuticas), o Laboratório de Higiene de São Paulo (fundado em 1918, embrião da Faculdade de Saúde Pública) e o Instituto de Veterinária (de 1919, atual Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia).

Além disso, contava com o apoio de outras instituições para a ampliação de ação e ensino: Instituto Biológico, Instituto Butantan, Instituto de Higiene, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Museu Paulista e Serviço Florestal.<sup>100</sup>

O processo de incorporação das faculdades pré-existentes, contudo, não se deu sem percalços e conflitos:

“Pouco antes do início das obras [de ampliação do edifício da Faculdade de Medicina para a instalação de laboratório da FFCL], em junho de 1937, um grupo de alunos resolveu depredar e jogar abaixo o andaime que estava sendo montado. Houve o comparecimento da imprensa e principalmente alguns jornais vespertinos divulgaram o acontecimento com fotos e grandes títulos, bem como com declarações dos futuros médicos do tipo: ‘não admitimos a invasão dos ‘filósofos’. Fora daqui, o prédio é nosso’. Evidentemente estávamos longe da existência do espírito universitário preconizado pelos fundadores da USP.” (Senise, 2006, p. 31).

Em depoimento concedido em documentário produzido pela Univesp-TV, o médico Domingos Lerário, ao recordar o episódio, compara a inserção dos alunos da FFCL na Faculdade de Medicina a uma “invasão de carcinoma” (Nascimento..., 2008). A repercussão do fato, entretanto, levou os diretores da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Medicina a se demitirem de seus cargos. Em assembleia, os estudantes de medicina deliberaram pedir ao governo a mudança da FFCL para outras instalações, além de criar comissão de alunos para execução da medida (O conselho..., 1937).

Começava assim a “peregrinação” da Faculdade de Filosofia, com suas sucessivas

---

<sup>100</sup> A essas instituições, listadas no decreto de fundação, somaram-se, em momentos diferentes e em caráter complementar, o Instituto de Rádio “Arnaldo Vieira de Carvalho”, a Assistência Geral a Psicopatas, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, a Escola Livre de Sociologia e Política, a Escola de Polícia, o Instituto de Eletrotécnica e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (A Universidade, 1935; Campos, 1954, p. 113-114).

mudanças de endereço, operando em edifícios inadequados. O “espírito universitário” preconizado pelos fundadores da universidade – pautado pela iniciativa de trabalho e de pesquisa, pela união e solidariedade de professores, auxiliares de ensino e dos antigos e atuais alunos, materializando-se na proximidade dos edifícios, na centralização administrativa, na criação de cursos comuns, nos regimes de seminários, centros de debates e trabalho em cooperação, na prática de atividades sociais comuns e de esportes em clubes universitários e jogos atléticos (São Paulo, 1934, título VII, art. 46) –, via-se à deriva, revelando sua fragilidade, apontada por um arguto observador nas páginas de um jornal carioca: “Forjar uma universidade apenas com artigos e parágrafos é uma tarefa estéril. A lei paulista chegou mesmo ao apuro de decretar o espírito universitário.” (Pessoa, 1934).

Ao professor Ernesto de Souza Campos coube a missão de encontrar novo abrigo para a faculdade. Suas iniciativas nesse sentido culminaram com a compra do palacete Jorge Street, na Alameda Gleite, onde foram instaladas as seções de Ciências Naturais, além da administração e dos cursos da área de humanidades, que pouco tempo depois foram transferidos para o edifício do Instituto de Educação, na Praça da República (Senise, 2006, p. 32-33) e que, mais tarde, foram instalados na Rua Maria Antonia, de frente para os fundos do Mackenzie.

No entendimento de Florestan Fernandes (1984, p. 33), a integração entre a FFCL e as demais unidades é um dos elementos que compõe a “grande mentira” ou o mito que se criou em torno da universidade. Detentoras de tradição e de poder, atuaram as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito – que viam a si

próprias como “os verdadeiros núcleos dinâmicos do sistema de ensino” – como articuladoras da “resistência a formação de uma universidade integrada e multifuncional.”

Nesse sentido, é possível depreender da fala do professor Eurípedes Simões de Paula, em seu discurso como paraninfo da turma de licenciados de 1951, certa desilusão com relação à existência de um espírito universitário pautado pela convivência pacífica e pelo intercâmbio de ideias, além dos deslocamentos sucessivos enfrentados pela Faculdade de Filosofia, após o incidente ocorrido na “Casa de Arnaldo”:

“Depois disso fomos expulsos pelos estudantes da Faculdade de Medicina, fato que revelou ser o espírito universitário pura fantasia. Da Politécnica precisamos nos retirar também. Isso que, naquela ocasião, recebemos tão mal, foi um bem: tivemos que procurar casa própria. Aí começou uma verdadeira via crucis para a Faculdade. Mudamos as Letras para a Alameda Gleite, depois de passar por um casarão onde hoje está a Biblioteca Municipal, e dela saímos para dar lugar aos laboratórios de Ciências Naturais, rumando em seguida para o 3º andar do Instituto de Educação Caetano de Campos, onde permanecemos por mais 10 anos. Os cursos de Física e Matemática espalharam-se também, cada um foi instalado em casas completamente inadequadas para o ensino. A Faculdade desagregara-se, mas continuava coesa e unida pelo espírito de luta de professores e alunos.” (Faculdade..., 1952)

Como sublinha o historiador José Sebastião Witter (1984, p. 102), foi apenas com a fundação da USP e a primazia conferida à sua recém-inaugurada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “que se teve a preocupação com a formação de um conhecimento desvinculado de profissionalização e da atividade prática”.

Para tanto, procurou-se compor um quadro de professores estrangeiros atuantes em diversas áreas do conhecimento, jovens pesquisadores inspirados pela aventura de aportar em um novo país e nele implantar os cursos de uma

universidade recém-nascida. Designado pelo interventor Armando de Salles Oliveira, Teodoro Ramos, primeiro diretor da FFCL, estabeleceu contato com pesquisadores em diversos países da Europa, contratando pessoalmente os primeiros docentes. Da França vieram filósofos, sociólogos, historiadores e geógrafos; de Portugal, filólogos e literatos. Da Itália e da Alemanha, países que àquela altura vivenciavam a expansão das ideologias fascista e nazista, chegaram matemáticos, físicos, geólogos e biólogos – muitos dos quais judeus ou casados com judias –, para ministrar disciplinas que comportavam menor carga de conteúdo ideológico.

A importação de professores estrangeiros causou polêmica, trazendo para as páginas dos jornais argumentos contra e a favor da estratégia.<sup>101</sup> Poucos eram os docentes brasileiros, até porque, àquela época, o número de profissionais formados no Brasil altamente qualificados para o ensino universitário era ainda insuficiente.

A busca por um saber “desinteressado”, representado na pesquisa científica e na experimentação, pautou a matriz dos cursos oferecidos na FFCL. Instalados no edifício da Faculdade de Medicina, na Avenida Doutor Arnaldo, os laboratórios dos cursos de História Natural contavam com bancadas equipadas com instrumentos e instalações especiais de água, energia elétrica e gás. O professor Paschoal Senise, aluno da primeira turma do curso de Química, narra em suas memórias o encantamento exercido pela maneira inovadora de ensinar do

---

<sup>101</sup> Veja-se, à guisa de curiosidade, Witter (1984, p. 73 e seguintes).

professor alemão Heinrich Rheinboldt, voltada para a demonstração empírica e para a familiarização com a rotina do ambiente de laboratório.<sup>102</sup> Da mesma forma testemunha o geógrafo Aziz Ab'Saber sobre sua primeira aula no curso de geografia: uma excursão a Sorocaba, Salto e Campinas, cujo objetivo era treinar, na prática, o olhar dos alunos para a percepção da paisagem<sup>103</sup>, algo que transparece também nas palavras de Pierre Monbeig, professor da missão francesa:

“Enfim, posso parecer-lhe pedante ou nacionalista, mas nós tínhamos a incumbência e responsabilidade de divulgar a cultura francesa. Eu adorava ajudar os jovens a descobrir seu próprio país, que eles pouco conheciam. Eu os ensinava a ver suas próprias paisagens, o que era emocionante.” (Monbeig, 1984).

A fundação da universidade foi, com efeito, um acontecimento na cidade. As aulas, ministradas por docentes estrangeiros, foram um chamariz para os membros da aristocracia paulistana, que lotaram o auditório da Faculdade de Medicina para acompanhar as preleções. Como relembra Fernand Braudel, procuravam os professores “para falar da França, para contar suas passagens por Paris, todos muito mimados.” (Braudel, 1984).

“Minhas primeiras aulas foram dadas em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal O Estado de São Paulo, e diversos grã-finos que deixava, carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado, um homem de enorme finesse e que possuía uma fantástica coleção de pinturas. Muitos vinham só para se distrair.” (Braudel, 1984).

---

<sup>102</sup> “Toda ênfase era posta nos trabalhos práticos de laboratório. Desde o início as tarefas eram absolutamente individuais e os alunos deveriam acostumar-se a fazer tudo com as próprias mãos, até mesmo proceder à limpeza do vasilhame, furar uma rolha de cortiça ou dobrar um pequeno tubo de vidro.” (Senise, 2006, p. 25-26).

<sup>103</sup> Depoimento concedido ao programa “Nascimento das Universidades”, produzido pela Univesp-TV. Ver referências.

Em suma, era chique frequentar a universidade. Contudo, se no primeiro ano as aulas da FFCL atraíram grande número de ouvintes, no ano seguinte seus diretores depararam com turmas esvaziadas.<sup>104</sup> Na virada para o ano letivo de 1935, a evasão estudantil constatada atingiu a marca dos 80%. Dos 182 inscritos no ano anterior, apenas 37 renovaram suas matrículas. Limongi (1989, p. 159) atribui o fato à forma como foram selecionados os alunos da primeira turma: 91% deles foram dispensados de prestar o vestibular, por apresentarem diploma superior ou atestado de matrícula em instituição semelhante. Tratava-se de uma clientela, como permite vislumbrar a afirmação de Braudel, interessada mais em divertir-se, ilustrar-se, frequentar aquele foco de vida social e vivenciar a novidade, do que, de fato, obter uma formação que lhes proporcionasse alternativas profissionais.

Ao longo dos anos iniciais da universidade, em especial da FFCL, seus diretores tiveram de enfrentar a falta de interesse da sociedade pelos cursos oferecidos e o baixo número de alunos que pleiteavam ingresso. Como medida, trataram de manter frouxos os requisitos para admissão, dispensando candidatos dos exames vestibulares, nos moldes do que fora praticado no ano anterior. Em 1935, na tentativa de engrossar o contingente de 123 novos alunos inscritos, a USP abriu suas portas aos professores primários, por meio de “comissionamento”<sup>105</sup>:

---

<sup>104</sup> A primeira turma da FFCL foi iniciada em julho de 1934. Cursos como os de química e história natural, que dependiam da instalação de laboratórios com infraestrutura especial, iniciaram suas atividades em 1935 (Senise, 2006, p. 18).

<sup>105</sup> Por meio da prática do comissionamento, mais que atrair novos alunos, a universidade logrou, ainda que isso não figurasse como seu objetivo explícito, incorporar ao seu corpo discente expressivo número de mulheres. Das 4 primeiras turmas da FFCL, diplomaram-se 107 alunos do sexo masculino e 80 do sexo feminino, 56 das quais eram comissionadas. (Com base nos dados apresentados por Limongi, 1989, p. 175).

“Percorrendo, uma por uma, as salas [do Instituto de Educação] em que se encontravam, em exames, professores normalistas, inscritos para cursos de aperfeiçoamento e especialização, falei-lhes da Faculdade de Filosofia, do seu papel no sistema universitário, da variedade de seus cursos e das perspectivas que abriam para novos estudos, em diversos domínios de conhecimentos. (...) O resultado não se fez esperar. Reabertas, segundo minha proposta, as inscrições na Faculdade de Filosofia e prestados os exames exigidos por lei, foram matriculados *condicionalmente* numerosos normalistas (...). Salvou-se, com essa medida, a Faculdade em perigo.” (Azevedo, 1954, p. 95).

Nesse esquema, permitia-se sobretudo àqueles que lecionavam no interior do estado vir para a capital, onde frequentariam os cursos da Faculdade de Filosofia, sem prejuízo de seus vencimentos. Dessa forma, foi possível iniciar o ano letivo de 1935 com 218 novos alunos matriculados.<sup>106</sup> No ano seguinte, a estratégia alterou-se, especialmente pela precariedade jurídica inerente à prática do comissionamento, pois a matrícula dos alunos recrutados por meio desse expediente dependia da aprovação do Conselho Nacional de Educação. Passou-se, assim, à concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino secundário, cujos excedentes foram distribuídos aos alunos já matriculados na própria FFCL, o que lhes permitia dedicação integral aos estudos e à pesquisa (Limongi, 1989, p. 161).<sup>107</sup>

Com a prática do comissionamento e a distribuição de bolsas de estudo entre estudantes dos cursos secundários, a clientela da Universidade de São Paulo foi

---

<sup>106</sup> Dos 100 professores primários inscritos, 85 foram selecionados. Assim, o número total de estudantes da USP, em seu segundo ano de funcionamento, chegou a 255. (Limongi, 1989, p. 160).

<sup>107</sup> Senise (2006, p. 50-51) chama a atenção para a escassez de recursos orçamentários nos primeiros anos da universidade. Segundo o autor, a situação mudou sensivelmente com a criação das agências de fomento, nas décadas de 1950 e 1960. Destaque-se ainda, nesse período, a atuação de organismos internacionais, como a Fundação Rockefeller, com doações e auxílios em forma de bolsas no exterior e atendimento aos laboratórios de pesquisa.



ganhando novos contornos e feições. Foram esses alunos, oriundos de realidades mais modestas, carentes de formação básica esmerada, que contribuíram de maneira decisiva para a consolidação da universidade nos anos que se seguiram à sua fundação. Pouco a pouco, formavam-se novos intelectuais, recrutados em meios sociais mais humildes, muitos dos quais imigrantes ou descendentes de imigrantes que viam, no ensino superior, uma oportunidade de ascensão social.<sup>108</sup> Justamente pelo fato de sua manutenção na universidade estar condicionada ao rendimento acadêmico, foram eles os que mais se destacaram na assiduidade e no aproveitamento dos estudos, apresentando menores índices de evasão. Muitos foram, logo após a conclusão de seus cursos, incorporados ao quadro funcional da instituição, como assistentes dos catedráticos, tornando-se professores à medida em que os contratos dos docentes vindos nas missões estrangeiras iam chegando ao fim.

Como se percebe, a FFCL, sobretudo em seus primeiros anos de funcionamento, dedicou-se a formar uma nova geração de intelectuais, oriundos das classes sociais mais modestas, que comporiam mais o quadro de docentes da própria universidade do que as cadeiras do ensino secundário. A formação da elite, da aristocracia paulista, coube, antes e depois da Faculdade de Filosofia, às chamadas faculdades “profissionais” pré-existentes à USP, para as quais se dirigiam os jovens saídos das melhores escolas, as mesmas faculdades – de Direito, de Engenharia e de Medicina – em que estudaram seus pais (Limongi, p. 166).

---

<sup>108</sup> Em suas 4 primeiras turmas, os alunos com sobrenomes imigrantes representam 68% dos diplomados (Limongi, 1989, p. 174).

- Fogo! A Maria Antonia está pegando fogo. Água, pessoal, água, pelo amor de Deus!
- Fogo, fogo! A Faculdade pegou fogo! Todo mundo tem que sair. Não pode haver mais mortos. (Chauí, 1984, p. 5).

Nos primeiros dias de outubro de 1968, bombas, coquetéis molotov e tiros de metralhadora invadem a Rua Maria Antonia. O tocante relato de Marilena Chauí (1984), somado às notícias veiculadas pelos jornais da época, são testemunhos do conflito entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e do Instituto Mackenzie, que assumiu proporções de tragédia. O incêndio da faculdade e a morte de um estudante secundarista de 20 anos, que tentava chegar ao prédio do Mackenzie, foram o saldo de uma batalha que durou dez horas (Um morto..., 1968, p. 12).

O “ano que não terminou” – para tomar de empréstimo a expressão do jornalista Zuenir Ventura (2008) – marcou a transferência da FFCL para a Cidade Universitária, no bairro do Butantã. A ditadura militar recrudesceu a repressão, instalando um clima de apreensão e medo entre alunos e professores, que se faria aumentar após o decreto do Ato Institucional nº 5, em dezembro. No meio acadêmico, os debates sobre a perspectiva de uma reforma do ensino e da reestruturação da universidade, em pauta desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, fruto do acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID), estavam na ordem do dia:

“[...] decorridos mais de trinta anos e, apesar do desenvolvimento das instituições existentes e da criação de novas instituições, o panorama não foi essencialmente alterado, no sentido de continuarmos a ter uma Universidade simbólica, constituída pela agregação de instituições de

caráter essencialmente profissional e que continuam isoladas no espaço e no tempo. Não foi possível realizar o processo de integração das diversas instituições, no organismo universitário que se ambicionou criar.” (Mathias, 1967)

Estava em jogo uma questão capciosa até os dias de hoje: a autonomia universitária. Ao longo da década de 1960, grupos de trabalho e comissões especiais foram criados para debater a questão. Desses movimentos decorrem dois documentos fundamentais para a reestruturação da universidade: o chamado “relatório Ferri” e os Estatutos de 1969, que passariam a vigorar a partir de 1970 (Motoyama, 2006, p. 156).<sup>109</sup> Com a reforma, viriam o fim das cátedras e a implantação dos departamentos, a matrícula semestral e centralizada, a extinção dos exames de segunda época<sup>110</sup>, além da criação de plano de carreira para os docentes (Eis como..., 1970). A reestruturação da universidade acarretou críticas que perduraram no discurso de seus professores. Para o físico Mário Schenberg, significou a tentativa de implantar, no Brasil, o modelo da universidade americana, sem debates profundos e de forma radical (Os alunos..., 1984). Eduardo de Oliveira França, por seu turno, viu na reforma o sacrifício da individualidade das instituições em nome do ideal de unidade, coesão e uniformidade, defendendo a universidade não como foco de simetria, mas de diversidade e de liberdade de organização (Escolas tradicionais..., 1984).

---

<sup>109</sup> Muitos são os documentos que ampararam a reforma universitária, conforme analisa Heládio Antunha (1974, p. 186-221), em sua tese de livre docência, defendida em 1971. Dividem-se em dois grupos: relatórios preliminares (do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária; da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (MEC-USAID); o relatório Meira Mattos e o Memorial para a Reestruturação da Universidade de São Paulo, também conhecido como Relatório Ferri) e a legislação (Leis 4464/64, 5539/68 e 5540/68; decretos-lei 53/66, 252/67 e 477/69; decretos 229/67, 464/69, 465/69 e portaria 149-A/69).

<sup>110</sup> As mudanças no que tange aos critérios de aprovação resultaram em protestos por parte dos estudantes. Em portaria baixada pelo reitor, o regime semestral foi alterado, instituindo-se o exame de recuperação apenas para os alunos reprovados “por nota”. Manteve-se inalterada, entretanto, a exigência de frequência mínima a 75% das aulas.

Por meio da reestruturação, a Universidade buscava adequar-se às demandas de seu tempo e, sobretudo, solucionar problemas que desde há muito já se faziam presentes na trajetória da instituição, como a pressão pelo número de vagas e a insuficiência do número de professores, fatores conjunturais somados aos problemas estruturais, como a falta de integração entre os departamentos e o crescimento contínuo das classes, segundo denunciou um grupo de professores. (Nos anos..., 1974).

Com a reforma de 1970, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, “menina dos olhos” dos fundadores da universidade, na qual projetaram a difícil – e malograda – missão de inspirar e promover o “espírito universitário” que nunca chegou a se concretizar nos moldes idealizados, foi desmembrada para dar origem à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, concentrando os departamentos de Filosofia, Ciências Sociais, História, Geografia, Linguística, Letras Orientais, Letras Clássicas e Vernáculas e Línguas Modernas. As antigas cadeiras de Química, Física, Matemática e História Natural se reorganizaram em novos institutos, cada um com diversos departamentos.

A “modernização” da USP, identificada, no dizer de Marilena Chaui (1984, p. 5), “com a eficácia produtivista e com a divisão administrativa dos conhecimentos”, evidenciava-se no novo espaço concebido para sua instalação, a Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, no bairro do Butantã. Longe do burburinho do centro da cidade, foco da vida cultural paulistana na década de 60, alguns edifícios – “sóbrios e pesados quadrados, retângulos, medrosamente

agarrados ao solo” (Chaui, 1984, p.5) –, esqueletos de prédios e barracões pré-fabricados começam a abrigar as faculdades e institutos:

“O isolamento é a regra. Cada unidade, centrada em si mesma, nada sabe do que vai pelas outras. A informação não circula, as idéias não se comunicam. Sem a bela quietude recolhida do claustro, sem o vívido burburinho da cidade, uma favela habitada por pequenos funcionários, num extremo, a Escola de Polícia, na entrada, agora cercada de grades e portões, ergue-se o campus universitário: poucos transeuntes, muitos carros e muitas motos, de quando em vez, um ônibus. Nele não há lazer nem relação com o mundo circundante. Apressadas, as pessoas o atravessam rumo ao trabalho, uma divindade taylorista tendo tomado todas as precauções para que aí reine o ritmo de uma empresa. [...] ‘Antigamente, universitários se encontravam nas catedrais. A gente se encontra no saguão do Banespa.’” (Chaui, 1984, p.5).

Não foram, contudo, a reforma ou a mudança para a Cidade Universitária os elementos responsáveis pelo fim de um “espírito universitário” que jamais existiu para além do decreto em que fora preconizado ou pelo isolamento das faculdades e institutos, problema que, desde a fundação da USP, nunca foi solucionado a contento. Hoje, porém, o campus do Butantã é diferente daquele que Marilena Chaui viu nascer, mais habitado e, talvez, mais integrado ao cotidiano da cidade. Os meios de colaboração entre os docentes e pesquisadores se aperfeiçoaram, embora a integração ainda não tenha alcançado sentido pleno.

Aos oitenta anos, a Universidade de São Paulo ostenta um porte talvez jamais sonhado por seus criadores. Operando em sete cidades<sup>111</sup>, reúne 42 unidades de

---

<sup>111</sup> São elas: Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos e São Paulo. A lista dos *campi*, disponível no *site* da instituição, exclui o recém-inaugurado *campus* de Santos. Ainda no estado de São Paulo, mantém bases, centros e estações especializadas, hospitais e museus nas cidades de Anhembi, Araraquara, Boracéia, Cananéia, Cubatão, Itatinga, Itirapina, Itu, Piraju, Rio das Pedras, Salesópolis, São Sebastião, Suzano, Ubatuba e Valinhos. Na cidade de Monte Negro, em Rondônia, funciona o Instituto de Ciências Biomédicas (ICB-5) e em Londrina, no estado do Paraná, está a Estação Experimental Agrozootécnica Hildegard Georgina Von Pritzelwits, pertencente à Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz e vinculada à USP. Ver: USP Mapas. Disponível em: <<http://www.usp.br/mapas/home.html>>. Acesso: 6 mar. 2014.

ensino e pesquisa, 6 institutos especializados, 4 hospitais e 4 museus. Além disso, conta com 46 bibliotecas, espaços e atividades culturais (Estação Ciência, Centro Universitário Maria Antônia, Paço das Artes, Cinema, Orquestra, Teatro, Centro de Práticas Esportivas), programas especiais (A Universidade e as Profissões; Universidade da 3ª idade), creches, escola de nível fundamental e médio, escolas técnicas (Escola de Arte Dramática e Colégio Técnico de Lorena) e editora. 5.860 docentes, 99% dos quais com título de doutor, suprem a demanda dos 249 cursos de graduação e 239 programas de pós-graduação, frequentados por mais 92.000 alunos matriculados (Universidade de São Paulo, 2013). Figurando nos principais *rankings* internacionais, a USP se consolida como uma das instituições de maior prestígio no Brasil e no mundo.<sup>112</sup>

Em uma instituição de grande porte, como a Universidade de São Paulo, os arquivos se destacam como elementos cruciais para a consecução das práticas administrativas e a eficiência de suas ações. Constituída de inúmeras pró-reitorias, superintendências, departamentos e secretarias, que devem atuar de maneira coordenada, a Universidade procura, por meio de seu Sistema de Arquivos<sup>113</sup>, controlar e regular a tramitação do grande volume de processos

---

<sup>112</sup> A USP ocupa a 147ª posição no *Academic Ranking of World Universities*; 31ª colocação no *Webometrics Ranking of World Universities*, aparecendo em 1º lugar entre as instituições da América Latina e dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No ranking do *The Times of Higher Education*, a USP ficou entre as 250 melhores universidades do mundo, figurando na 11ª colocação entre as universidades dos países dos Brics e outras 17 economias emergentes. Foi considerada a universidade brasileira que mais publicou artigos científicos pelo *SIR World Report*, figurando em 5º lugar no ranking mundial. Para mais resultados em avaliações no Brasil e no exterior, ver: “80 anos de excelência”, disponível em <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/>>. Acesso: 10 fev. 2014.

<sup>113</sup> Institucionalizado em 1997, o Sistema de Arquivos da USP é controlado pelo Arquivo Geral da Universidade de São Paulo, tendo por finalidade “a administração da produção arquivística [...] desde a geração ou recepção dos documentos [...] até o seu destino final” (Reitoria..., 2008).

gerados.<sup>114</sup> Muitos desses documentos, em sua fase permanente, assumem valor para a pesquisa retrospectiva, permitindo contar a história da universidade sob determinados ângulos.<sup>115</sup>

Contudo, os documentos gerados por força das ações administrativas não são capazes de cobrir certos aspectos da vida universitária. A docência e a pesquisa, atividades finalísticas da instituição, as quais abordamos no segundo capítulo, não podem ser flagradas com relação aos seus estágios intermediários, suas atividades-meio, ou seja, aquelas desempenhadas com a intuito de viabilizar sua concretização. É nos arquivos pessoais, estranhos à administração da universidade e que, por isso mesmo, ainda não figuram na pauta de suas prioridades ou de suas políticas de preservação de acervos, que as fontes para reconstituir tais atividades podem ser encontradas. A existência de tais arquivos, atestada por mapeamento extensivo realizado nessa pesquisa, abre um horizonte vasto e complexo de debates.

### **Mapeando os arquivos pessoais de professores e pesquisadores na Universidade de São Paulo**

Os arquivos são frutos inalienáveis da existência humana e do funcionamento das instituições. Compostos por documentos os mais variados, são instrumentos fundamentais para a consecução das atividades cotidianas nas diversas esferas de ação dos indivíduos. Quando deixam de cumprir essa funcionalidade

---

<sup>114</sup> Em 2013, tramitaram na USP 144.376 processos e 35.199 protocolados. Agradecemos a Marli Marques de Souza Vargas, do Arquivo Geral da Universidade de São Paulo, pela informação.

<sup>115</sup> Os processos de contratação – por exemplo –, preservados pelas seções de recursos humanos, são fontes importantes para recompor a trajetória de um docente, desde o início de sua vida funcional, no que tange à sua atuação e à progressão na carreira.

primordial, adquirem outra utilidade e se revestem de nova função social: passam a constituir prova ou testemunho dos propósitos a que outrora serviram, assumindo condição de fontes privilegiadas para a pesquisa retrospectiva.

Ao longo de suas carreiras, professores e pesquisadores acumulam grande quantidade de documentos em suas salas e laboratórios. A rotina muitas vezes intensa de trabalho e a dedicação quase permanente de alguns fazem com que, nesses espaços, acumulem também documentos ligados à vida privada, testemunhos de suas relações familiares, afetivas e da administração doméstica. O que ocorre, todavia, com esses conjuntos documentais, não raro volumosos e multifacetados, quando os docentes deixam de integrar o quadro funcional da instituição? Essa questão serviu de mote à pesquisa e deu lastro à justificativa de se proceder ao mapeamento da existência desses arquivos (ou parcelas de arquivos, como discutiremos mais adiante) pessoais nas diversas faculdades e institutos que compõem a Universidade de São Paulo, com o objetivo de oferecer um diagnóstico da realidade observada no que toca às iniciativas de preservação documental e um instrumento de pesquisa que, em seu caráter genérico, fosse capaz de localizar os acervos e dar a conhecer, ainda de que de forma panorâmica, seus conteúdos e outras informações técnicas a respeito da custódia, da conservação e da difusão dos documentos junto ao público.

Convém frisar que, como objeto dessa pesquisa, elegemos inicialmente apenas os arquivos dos docentes já aposentados ou falecidos. A introdução de novo regime



de colaboração, instituindo a figura dos “professores seniores”<sup>116</sup>, nos levou, inicialmente, a excluí-los de nosso escopo, isso porque, uma vez que ainda se encontram em atividade, seja ministrando aulas nos cursos de graduação ou pós-graduação seja orientando pesquisas, seus arquivos constituem fundos abertos, cujos documentos se encontram, em tese, sob uso constante. Contudo, ao longo da pesquisa, recebemos contato de docentes enquadrados em tal categoria, dispostos a colaborar com o projeto. Especificamente nesses casos, seus arquivos, em caráter excepcional, foram identificados e incorporados ao guia.<sup>117</sup>

Como vimos, a USP, ao longo de seus oitenta anos de existência, assumiu um porte talvez muito maior do que conceberam seus criadores. Tendo em vista o tamanho da instituição, a tarefa assumiu feições de um desafio de grandes proporções, mobilizando denso esforço para cobrir o maior número de unidades que compõem a universidade, em oito cidades nas quais opera atualmente. A proposta inicial começou a ser elaborada no final de 2011, tendo sido submetida à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) no ano seguinte, recebendo sua aprovação e auxílio financeiro para a viabilização do projeto.

---

<sup>116</sup> Ao aposentar-se, por tempo de serviço ou por idade, o docente pode, mediante convite, optar por assinar um termo de colaboração com a Universidade de São Paulo, mantendo-se em atividade na graduação e na pós-graduação e conservando (em algumas unidades) o direito de dispor de um escritório em seu departamento. Seu enquadramento funcional, neste caso, passa de “professor” para “professor sênior”. Cf. Resolução 6073, de 1º de março de 2012. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6073-de-1o-de-marco-de-2012>>. Acesso em 5 abr. 2013.

<sup>117</sup> Tratam-se dos professores Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi (FEA), Anna Maria Pessoa de Carvalho (FE), Antonio Carlos Coelho Campino (FEA), Berta Lange de Morretes (IB), Edison Castilho (FEA), Edmundo Ferraz Nonato (IO), Kenetiro Suguio (IGc) e Setembrino Petri (IGc). Fizemos ainda outra concessão, com relação aos acervos de dois docentes que se deligaram voluntariamente de seus cargos.

De antemão, pudemos localizar iniciativas pontuais de preservação de acervos de professores e pesquisadores em diferentes unidades da USP. Foram os casos do Instituto de Estudos Brasileiros, do Centro de Apoio à Pesquisa “Sérgio Buarque de Holanda”, do Centro de Memória da Educação, do Centro de Memória da Faculdade de Saúde Pública e do Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”, que divulgam abertamente suas atividades por meio da internet. Entretanto, muitas outras ações semelhantes ainda não gozam de publicidade ou de qualquer grau de institucionalização. Tivemos como pressuposto, portanto, que as iniciativas de preservação de arquivos desenvolvidas na universidade não poderiam ser localizadas de forma remota, fazendo-se imperativo o trabalho de sondagem presencial.

A disposição geográfica das faculdades e institutos nos levou a recolher informações em diferentes lugares, inclusive nos *campi* situados no interior do estado de São Paulo, e configurou um fator complicador e um desafio a superar. É possível observar que em trabalhos de natureza semelhante, a coleta de dados se dá, frequentemente, pela aplicação de questionários, enviados por correio ou por e-mail, delegando a terceiros a incumbência de registrar as informações.

Ana Célia Navarro de Andrade, Simone Fernandes e Viviane Tessitore (2004), historiógrafas da Central de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, responsáveis pela metodologia adotada para a elaboração do *Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil*, comentam os contratempos e inconvenientes decorrentes da opção pelos questionários. Além da inexatidão,

das omissões e da inconsistência presentes nas respostas oferecidas, isso quando os questionários chegam a ser devolvidos aos seus remetentes, nada garante que a exaustividade almejada seja, de fato, alcançada. Considerando os problemas proporcionados por semelhante método de coleta de dados e, ao mesmo tempo, cientes da dificuldade da tarefa a que nos propusemos, acreditamos ser o trabalho de campo, pautado pela visita presencial a todas as faculdades e institutos da universidade e orientado por roteiros de observação padronizados e bem formatados, a alternativa mais adequada aos nossos objetivos.

É fundamental destacar o papel desempenhado pelo Arquivo Geral da Universidade de São Paulo (AG-USP) na realização desse trabalho. Partilhando de interesses e preocupações comuns às nossas, o Arquivo Geral reuniu, em meados de 2012, quando nossa proposta já tramitava junto à FAPESP, um grupo composto por integrantes oriundos de diferentes unidades acadêmicas para elaborar a proposta do projeto “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”<sup>118</sup>, estudo exploratório que previa o mapeamento de arquivos de professores nas unidades compreendidas nos limites da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. Pôde-se, assim,

---

<sup>118</sup> O projeto foi elaborado conjuntamente por Ana Maria de Almeida Camargo (FFLCH), Dina Elisabete Uliana (FAU), Elisabete Marin Ribas (IEB), Johanna Wilhelmina Smit (ECA, AG), José Francisco Guelfi Campos (FFLCH), Lílían Miranda Bezerra (AG) e Silvana Karpinski (MAC), tendo sido apresentado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária em agosto de 2012. O trabalho de campo, realizado no *campus* do Butantã entre março e agosto de 2013, por equipe composta de quatro estagiários divididos em dois turnos, foi acompanhado e coordenado por José Francisco Guelfi Campos e Lílían Miranda Bezerra.

promover o encontro e o intercâmbio de duas pesquisas distintas, cujos objetivos eram, em parte, semelhantes.<sup>119</sup>

A colaboração com o Arquivo Geral, além de respaldo institucional à nossa pesquisa, ofereceu a rica oportunidade de aprofundarmos discussões sobre a metodologia de trabalho, em constante exercício de reflexão. Contando com a organização e a estrutura do AG-USP, pudemos ainda participar de maneira ativa no desenvolvimento do banco de dados *Docere*, destinado ao registro das informações coletadas durante o trabalho de campo. Em seu módulo de consulta, aberto ao público, permite a qualquer interessado o acesso às fichas de identificação dos acervos.<sup>120</sup> Por meio dos relatórios gerados pelo banco de dados, foi possível tabular e processar os dados coletados ao longo da pesquisa de maneira mais ágil e precisa.

Com o intuito de imprimir maior coerência ao levantamento de dados, elaboramos fichas padronizadas. O formulário de diagnóstico do acervo (apêndice A) é dividido em 4 áreas (identificação, tratamento/custódia,

---

<sup>119</sup> O projeto desenvolvido pelo AG-USP, no qual atuamos ativamente, teve como objetivo mapear apenas as unidades localizadas no *campus* do Butantã, oferecendo, como produtos finais, um guia (disponibilizado na internet) e um relatório, apresentado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), entidade financiadora da iniciativa. Nosso estudo, por seu turno, objetiva mapeamento extensivo a todos os *campi*, representado em guia dos acervos, além de diagnóstico circunstanciado, comportando discussões teóricas sobre arquivos pessoais, arquivos de ciência e a questão da memória como fenômeno social e missão institucional.

<sup>120</sup> As fichas relativas aos arquivos localizados na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” foram disponibilizadas quando da conclusão do projeto desenvolvido pelo Arquivo Geral, em março de 2014, no site <http://www.usp.br/arquivogeral>. Após a defesa desta dissertação e de sua publicação no Banco de Teses da USP, as informações relativas aos acervos custodiados pelas demais unidades serão incorporadas ao banco *Docere*, visando ao amplo acesso público.

conservação/ acesso e observações) e composto por 16 campos, destinados ao registro das seguintes informações:

**Quadro 4** – Descrição dos campos contemplados no formulário de diagnóstico do acervo

<i>Área</i>	<i>Campo</i>
Identificação	<b>Titular</b> Nome completo do decente responsável pela acumulação dos documentos.
	<b>Caracterização</b> <sup>121</sup> Natureza do conjunto documental (fundo ou coleção), segundo denominação conferida pelo órgão responsável pela custódia.
	<b>Datas-limite</b> Datas do documento mais antigo e do mais recente, indicadas em anos exatos ou em décadas.
	<b>Extensão</b> Quantidade de documentos, expressa em número de unidades ou metros lineares.
Tratamento/ custódia	<b>Estágio de organização</b> Etapa do processo de organização física dos documentos Opções: organizado, organização em andamento ou não organizado.
	<b>Instrumentos de pesquisa</b> Tipo de instrumento de pesquisa disponível, indicativo do nível de descrição existente Opções: base de dados, catálogo, guia, inventário, listagem ou não há.
	<b>Meio de divulgação</b> Forma pela qual os instrumentos de pesquisa são difundidos junto ao público. Opções: eletrônico (com ou sem possibilidade de acesso remoto), impresso ou outra (especificar).
	<b>Data de aquisição</b> Ano em que se deu a transferência dos documentos para a instituição responsável pela custódia.
	<b>Forma de aquisição</b> Procedimento pelo qual se realizou a transferência dos documentos. Opções: compra, doação, permuta, legado ou outra (especificar).
	<b>Instrumentos legais</b> Documento com valor jurídico que comprova a transferência do

<sup>121</sup> No desenvolvimento do trabalho de campo, percebemos a inviabilidade de caracterizar os acervos quanto à natureza da acumulação, por motivos que serão expostos mais adiante.

	acervo para a instituição de custódia. Opções: contrato, termo de doação, testamento, não há ou outro (especificar).
	<b>Histórico da custódia</b> Informações relativas à natureza da acumulação, sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas e eventuais dispersões.
Conservação/ acesso	<b>Estado de conservação</b> Condição física dos documentos, determinada a partir do grau de comprometimento da legibilidade de seu conteúdo. Opções: bom, regular, ruim.
	<b>Condições de acesso</b> Possibilidade de consulta aos documentos. Opções: livre, parcialmente restrito ou restrito.
	<b>Localização</b> Detalhamento do local em que os documentos se encontram armazenados (unidade, prédio/bloco, departamento/laboratório, sala/andar).
	<b>Responsabilidade</b> Nome e contato do funcionário encarregado pelo armazenamento ou pela preservação dos documentos.
Observações	<b>Observações</b> Espaço de preenchimento opcional, destinado ao registro de informações relevantes não contempladas nos campos anteriores.

Para o levantamento das espécies documentais que compõem os arquivos ou coleções mapeados, criamos outra ficha (apêndice B), anexa ao formulário de diagnóstico do acervo. Em formato de planilha, comporta espaço para registro das espécies, associadas às atividades das quais se originaram, quais sejam:

- **Docência/pesquisa:** consideradas atividades articuladas, detalhadas em 14 subatividades:
  - a) propor e ministrar disciplinas;
  - b) assessorar conselhos, programas, comissões, órgãos de fomento, periódicos etc.;
  - c) propor cursos, alterações em estrutura curricular ou organização de programas de pós-graduação;

- d) orientar alunos de graduação ou pós-graduação;
  - e) participar (como avaliador ou candidato) em bancas e concursos;
  - f) proferir palestras ou cursos em outras instituições;
  - g) executar projeto de pesquisa;
  - h) solicitar apoio à pesquisa;
  - i) participar de congressos e reuniões científicas ou organizá-los;
  - j) vincular-se a associações científicas ou profissionais;
  - k) manter o *networking* (relacionar-se com os pares e colegas de trabalho)
  - l) publicar;
  - m) prestar consultoria a instituições públicas ou privadas;
  - n) receber prêmios e distinções.
- **Gestão:** participar em colegiados, chefiar ou coordenar departamentos, programas de pós-graduação, serviços, órgãos, etc.
  - **Identificação:** documentos de identificação pessoal.
  - **Discência:** cursos e atividades de formação escolar ou acadêmica, cursos livres, de extensão universitária ou de atualização profissional.

Dado o prazo limitado para a realização da pesquisa, não foi possível identificar de maneira pormenorizada o contexto de certos documentos que não revelam, à primeira vista, seu vínculo com as atividades elencadas (geralmente ligados à vida privada, ao relacionamento familiar, à administração doméstica, aos cuidados com a saúde e ao exercício de *hobbies* e atividades de lazer). De toda forma, procuramos registrar sua existência na planilha de levantamento de espécies documentais.

## **Retrato de um quadro fragmentário**

Por meio de suas faculdades e institutos, a Universidade de São Paulo tem se dedicado a colecionar arquivos pessoais como forma de amparar a pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento. Contudo, as iniciativas de preservação de arquivos mantidas pelas diferentes unidades da USP vêm sendo desenvolvidas de forma dispersa e raramente formalizada, sem obedecer a diretrizes comuns ou a um programa regular, compondo um quadro fragmentário que contribui, em última instância, para o isolamento de tais práticas, incrementado pela pouca publicidade de que gozam entre alunos, pesquisadores e funcionários da universidade, que não raro as desconhecem.

Se, por um lado, certas faculdades contam com seus próprios centros de memória ou de documentação, por outro, é comum encontrar arquivos pessoais de antigos professores – hoje já desligados do quadro funcional – depositados junto às bibliotecas, identificados muitas vezes sob a rubrica de “coleções especiais”<sup>122</sup>. Considere-se ainda a atuação dos núcleos de pesquisa e laboratórios sediados na universidade, que constituem acervos nos quais também se inserem arquivos ou coleções de docentes. O panorama atual da situação das iniciativas de preservação da memória desenvolvidas na USP contribui para que os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da universidade permaneçam obscurecidos em uma zona de penumbra, relegados a uma condição marginal incompatível com a relevância que assumem para as pesquisas nos campos da História da Ciência e da Educação e também em outras

---

<sup>122</sup> Não se incluem, nessa categoria, as coleções da produção científica docente (PCD), compostas de livros e reproduções de separatas de trabalhos de autoria de professores da universidade, atendendo a resolução específica do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi).



áreas do saber, colocando em evidência um problema complexo: a ausência de uma política memorial, necessária a uma instituição do porte e do prestígio da Universidade de São Paulo.

Ao longo do trabalho de campo, realizado entre março de 2013 e fevereiro de 2014, foram visitadas as seguintes unidades:

- **Bauru**  
Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)
- **Itu**  
Museu Republicano “Convenção de Itu” (MR)
- **Lorena**  
Escola de Engenharia de Lorena (EEL)
- **Piracicaba**  
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)
- **Pirassununga**  
Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA)
- **Ribeirão Preto**  
Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP);  
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP); Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP); Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP);  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP); Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP);  
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP)

- **São Carlos**

Escola de Engenharia de São Carlos (EESC); Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU); Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC); Instituto de Física de São Carlos (IFSC); Instituto de Química de São Carlos (IQSC)

- **São Paulo**<sup>123</sup>

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH – USP Leste); Escola de Comunicações e Artes (ECA); Escola de Educação Física e Esporte (EEFE); Escola de Enfermagem (EE); Escola Politécnica (EP); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU); Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF); Faculdade de Direito (FD); Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA); Faculdade de Educação (FE); Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); Faculdade de Medicina (FM); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ); Faculdade de Odontologia (FO); Faculdade de Saúde Pública (FSP); Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE); Museu de Arte Contemporânea (MAC); Museu de Zoologia (MZ); Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG); Instituto de Biociências (IB); Instituto de Ciências Biomédicas (ICB); Instituto de Energia e Ambiente (IEE); Instituto de Estudos Avançados (IEA); Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); Instituto de Física (IF); Instituto de Geociências (IGc); Instituto de Matemática e Estatística (IME);

---

<sup>123</sup> As unidades localizadas na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira” foram visitadas em colaboração com o Arquivo Geral da USP. O Museu Paulista (MP) não pôde ser visitado, em razão de seu fechamento por tempo indeterminado para a realização de obras de infraestrutura.

Instituto de Psicologia (IP); Instituto de Química (IQ); Instituto de Relações Internacionais (IRI); Instituto Oceanográfico (IO)

Das 49 unidades visitadas, apenas 16 dispõem de centro de memória, centro de documentação ou museu, nem sempre dedicados exclusivamente à guarda de acervos de docentes ou à preservação da memória da instituição.

**Quadro 5** – Núcleos de preservação de memória nas unidades visitadas

<i>Unidade</i>	<i>Escopo das atividades</i>
Escola de Enfermagem (EE)	<b>Centro de Memória da Enfermagem Ibero-Americana</b> Centraliza a guarda de objetos e documentos importantes para a história da enfermagem paulista e brasileira.
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP)	<b>Centro de memória</b> Custodia documentos administrativos, além de coleções particulares.
Escola Politécnica (EP)	<b>Centro de memória</b> Preserva documentos de natureza administrativa.
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)	<b>Museu e Centro de Ciências “Luiz de Queiroz”</b> Custodia documentos e objetos de natureza diversa, ligados à história da unidade.
Faculdade de Direito (FD)	<b>Museu</b> Destinado a exposições ligadas à história do Direito.
Faculdade de Educação (FE)	<b>Centro de Memória da Educação</b> Preserva acervos significativos para a história da educação no Brasil, entre eles, arquivos de docentes da própria unidade.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)	<b>Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”</b> Custodia fundos e coleções de natureza diversa, incluindo acervos pessoais de docentes da Faculdade de Filosofia.
Faculdade de Medicina (FM)	<b>Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”</b> Preserva objetos e documentos ligados à história da faculdade e à atuação de seus professores e pesquisadores.
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP)	<b>Museu Histórico</b> Preserva objetos e documentos de natureza administrativa, além daqueles gerados por atividades de extensão e serviço à comunidade.

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)	<p><b>Museu de Anatomia</b> Desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão de serviços à comunidade, nas áreas de morfologia e anatomia animal.</p> <p><b>Museu histórico</b> Reúne documentos e objetos ligados à história da faculdade.</p>
Faculdade de Saúde Pública (FSP)	<p><b>Centro de memória</b> Destinado à preservação de arquivos e coleções de professores da unidade.</p>
Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)	<p><b>Centro de documentação</b> Preserva arquivos e coleções ligados às áreas de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.</p>
Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)	<p><b>Museu da Computação</b> Reúne objetos ligados à história da computação no Brasil.</p>
Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)	<p><b>Serviço de Arquivo</b> Custodia fundos e coleções de natureza diversa, ligados a diversas áreas do conhecimento, entre eles acervos de docentes da universidade.</p>
Instituto de Física (IF)	<p><b>Centro de memória</b> Reúne fundos e coleções ligados à história do instituto, entre eles acervos de docentes.</p>
Instituto de Psicologia (IP)	<p><b>Centro de memória</b> Custodia documentos de natureza diversa, ligados à história do instituto.</p>
Instituto Oceanográfico (IO)	<p><b>Museu Oceanográfico</b> Realiza exposições com o objetivo de difundir a ciência dos oceanos e as pesquisas desenvolvidas no instituto.</p>
Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE)	<p><b>Serviço Técnico de Gerenciamento da documentação</b> Custodia documentos administrativos, coleções e acervos pessoais.</p>
Museu Republicano “Convenção de Itu” (MR)	<p><b>Setor de documentação textual e iconografia</b> Custodia documentos produzidos pela instituição, bem como outros de origem pública e privada, além dos documentos do Arquivo Histórico Municipal de Itu.</p>

O reduzido número de unidades que contam com estrutura destinada à preservação de documentos e objetos <sup>124</sup> revela o estágio incipiente da preservação da memória institucional. Cumpre destacar a falta de

<sup>124</sup> Excluem-se desse escopo os serviços de arquivo permanente, muitas vezes vinculados às seções de protocolo, em que pese à diferença de suas competências.

reconhecimento institucional de que gozam esses “lugares de memória”, funcionando, quase sempre, sem apoio financeiro das unidades a que se vinculam. A falta de investimento sistemático tem levado, por sua vez, à manutenção de espaços físicos inadequados e à composição de quadros funcionais não especializados, o que se reflete nos procedimentos adotados para a conservação, descrição e difusão dos acervos.

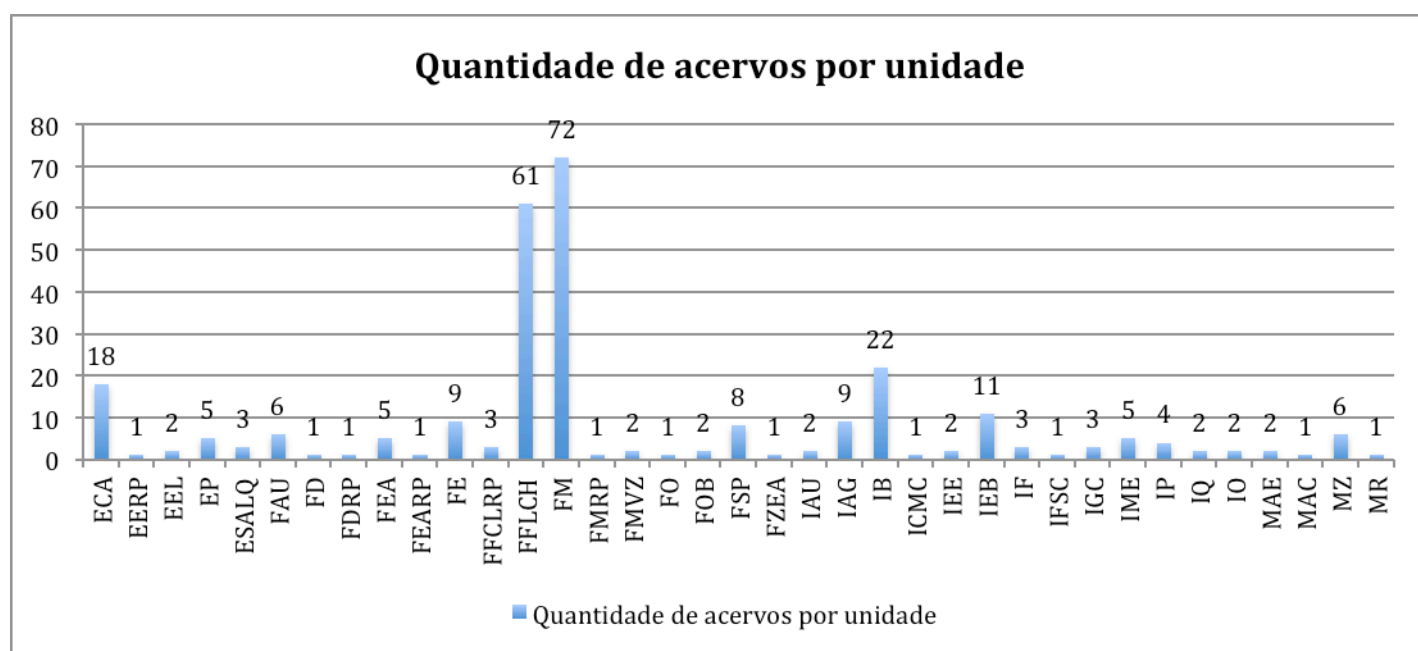
Considerando o caráter exploratório de que se reveste a pesquisa e seu objetivo de realizar mapeamento tão exaustivo quanto fosse possível das iniciativas de preservação da memória da docência e da pesquisa, pudemos detectar a existência de 280 conjuntos documentais outrora pertencentes a docentes, de acordo com os critérios anteriormente apresentados, em 37 das 49 unidades visitadas.

Para mensurar a extensão dos conjuntos documentais em questão, procuramos levar em consideração os padrões utilizados em cada caso. Em certas unidades, que já dispõem de acervos organizados, a quantidade é geralmente expressa em número de documentos. Em outras, pelo número de pastas nas quais os documentos são armazenados. Nos casos em que os arquivos ou coleções não dispunham de qualquer nível de tratamento técnico ou cujos responsáveis ainda não procederam à contagem do número de unidades documentais, procuramos medir – quando possível – sua extensão em metros lineares. Os diferentes padrões de medida hoje adotados na universidade, além de dificultar uma visão mais acurada do volume de documentos, indica a carência de diretrizes comuns que norteiem o tratamento documental. Dessa forma, o conjunto dos acervos de

docentes desligados do quadro funcional, atualmente armazenados na USP, perfaz o total de 1.468 metros lineares, somados a 37 pastas e mais 87.584 unidades documentais.

A grande quantidade de conjuntos documentais, em contraste com o reduzido número de espaços especialmente dedicados à custódia, evidencia sua dispersão entre diversas estruturas e ambientes das faculdades e institutos da Universidade de São Paulo: bibliotecas, depósitos, laboratórios, salas de professores e secretarias:

**Gráfico 1** – Quantidade de acervos por unidade



**Quadro 6** – Quantidade de acervos por local de guarda

<i>Local de guarda</i>	<i>Quantidade de acervos</i>
Biblioteca	20
Centro de memória ou documentação	55
Depósito	21
Disperso	1
Laboratório/núcleo de pesquisa	41
Museu	76
Gabinete de professor	28
Secretaria	17
Arquivo	11
Setor de expediente e protocolo	1
Setor de documentação (em museu)	9

Um dos elementos de maior importância para os arquivistas e também para os usuários é o *histórico da custódia*, também chamado, segundo a terminologia adotada na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), de *história arquivística*. Trata-se de informação fundamental, devendo constar em qualquer instrumento de pesquisa<sup>125</sup>, pois contextualiza tecnicamente o acervo desde a sua produção e acumulação até a custódia, assinalando sucessivas transferências de propriedade, intervenções, dispersões e eventuais perdas ou danos relativos à unidade de descrição. Pouco se sabe sobre a história arquivística dos acervos de docentes hoje preservados na Universidade de São Paulo. A isso se deve, em parte, o fato de muitos deles (aproximadamente 60%) gozarem de condição excepcional com relação à forma como foram “adquiridos”.

Os dados coletados mostram que a transferência de arquivos e coleções de professores e pesquisadores se dá, preferencialmente, por duas vias: uma delas é a doação, realizada pelo próprio titular ou por seus herdeiros; a outra, de caráter

<sup>125</sup> Segundo a NOBRADE, a história arquivística compete aos níveis 0 (acervo da entidade custodiadora) e 1 (fundo) de descrição.

mais controverso e delicado, é a *remanescência*: ocorre quando, ao se aposentar, o docente simplesmente não recolhe os documentos que acumulou em seu local de trabalho ou, quando falece, seus herdeiros não tomam semelhante iniciativa. Dessa forma, os acervos permanecem na instituição, uma vez que os funcionários nem sempre sabem que procedimento adotar e que importância lhes atribuir.

#### **Quadro 7 – Formas de aquisição**

<i>Forma de aquisição</i>	<i>Quantidade de acervos</i>
Compra	0
Doação	96
Não se aplica <sup>126</sup>	9
Documentação remanescente	175

A informalidade que permeia a transferência desses acervos para a universidade se faz notar por mais dois aspectos. Um deles diz respeito ao conhecimento das datas de aquisição, ou seja, quando o arquivo ou coleção foi transferido para a instituição que hoje responde pela custódia ou simplesmente pelo armazenamento dos documentos, dado que, como vimos, as iniciativas mais ou menos regulares de preservação documental são escassas e localizadas. 152 dos 280 acervos não dispõem de qualquer registro relativo à data de aquisição. Em outros casos, existem registros (nem sempre precisos) ou a informação nos foi fornecida “de memória” pelo funcionário que acompanhou o processo de transferência ou que atualmente se encarrega da guarda dos acervos.

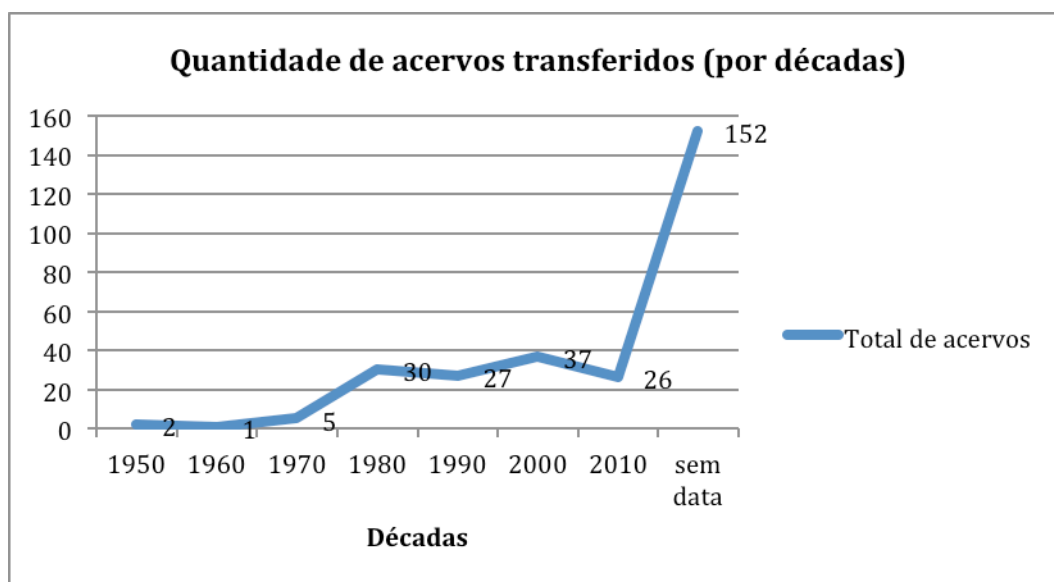
---

<sup>126</sup> A opção “não se aplica” foi utilizada nos para os arquivos de professores seniores, dado que seus acervos não foram transferidos à universidade, pois seus titulares se encontram em atividade.



Dessa maneira, pode-se afirmar – fazendo sempre a ressalva de que o número de acervos sem data de aquisição conhecida representa pouco mais de 50% do total – que a existência de arquivos de professores e pesquisadores, formalmente transferidos ou simplesmente deixados na universidade após o desligamento funcional de seus titulares, constitui um problema recente, na medida em que entre as décadas de 1950 e 1970, apenas 8 acervos dessa natureza foram adquiridos. O número sobe para 30, na década de 1980, atingindo o pico de 37 aquisições na década de 2000.

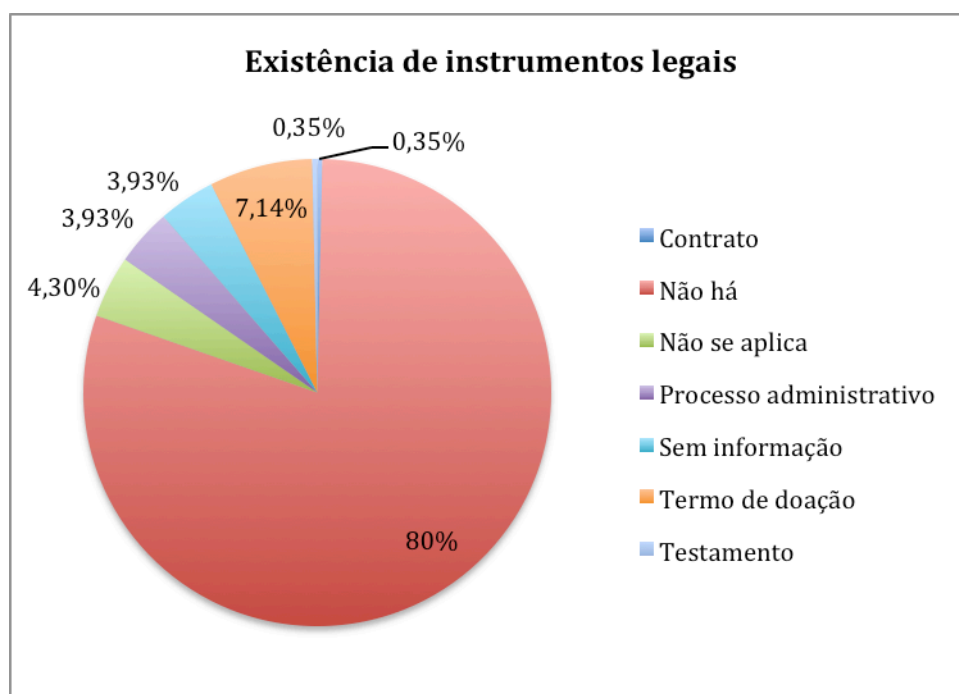
**Gráfico 2** – Quantidade de acervos transferidos (por décadas)



O outro elemento que torna patente a informalidade das aquisições recai sobre a existência de instrumentos legais que as comprovem. As transações realizadas são, em geral, frágeis do ponto de vista jurídico. Em 80% dos casos, nenhum tipo de instrumento legal (contrato, termo de doação, testamento...) foi celebrado quando da transferência dos acervos, tornando instável o direito de posse sobre

eles<sup>127</sup>. A situação se torna ainda mais delicada quando os acervos em questão já se encontram organizados ou em processo de organização e descrição, ações que demandam investimento de recursos humanos e financeiros que podem ser perdidos caso a propriedade dos arquivos seja contestada.

**Gráfico 3 – Existência de instrumentos legais**



A realidade encontrada nas diferentes unidades da USP, no que tange à existência de acervos pessoais de docentes e à sua preservação, abre espaço para discussões mais amplas sobre temas fundamentais. Em primeiro lugar, cumpre questionar a caracterização desses conjuntos documentais quanto à natureza da acumulação. Ao longo dessa seção, utilizamos – de maneira capciosa e indiscriminada – os termos “arquivo”, “coleção”, “conjunto documental” e

<sup>127</sup> Caso representativo é o do arquivo de Oswald de Andrade. Doado ao IEB no início da década de 1970, permaneceu sob custódia do instituto até 1984, quando foi requisitado pela família do titular e posteriormente vendido à Universidade Estadual de Campinas (Universidade..., 2010, p. 225).

“acervo”. Não se trata, contudo, de negligência ou de menosprezo pela terminologia arquivística, mas sim da impossibilidade de definir nosso objeto em termos precisos. Por seu caráter exploratório e pela ampla abrangência desse estudo, não tencionamos realizar exame aprofundado dos conjuntos documentais, tampouco a contextualização pormenorizada de seu conteúdo. Em face de um problema crescente, que atinge a quase totalidade das faculdades e institutos da universidade, o propósito da pesquisa era o de, em primeiro lugar, reconhecê-lo para obter um primeiro diagnóstico dessa realidade complexa e multifacetada.

Desde a década de 1980, certos estudiosos vêm dedicando atenção ao tema da *identificação arquivística*. Considerada função de caráter preliminar e necessário para a consecução das demais etapas do tratamento documental (classificação, avaliação, descrição) e também para o planejamento da produção de documentos, ainda constitui assunto pouco explorado de maneira sistemática, surgindo pulverizado na literatura especializada, geralmente atrelado a estudos de caso, como salienta Ana Célia Rodrigues (2012, p. 199). Se tomarmos por base apenas a definição oferecida pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005, p. 104), qual seja, “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual”, poderíamos afirmar que nossa iniciativa constitui, com efeito, um trabalho de identificação arquivística. Entretanto, a sucinta definição acaba por obnubilar o caráter complexo e criterioso da identificação arquivística, entendida como tarefa de pesquisa densa e exaustiva sobre o órgão produtor e seus documentos.

Sem qualquer pretensão de esgotar a questão, e tendo em vista a amplitude de nossa análise e o tempo limitado para a realização do estudo, procuramos apontar, de maneira genérica, os documentos que compõem cada acervo, atrelando-os aos seus contextos originários<sup>128</sup>. A medida oferece, portanto, uma visão panorâmica, podendo ser considerada um *primeiro esforço* em torno da identificação arquivística. Contribui como fator complicador da iniciativa o fato de lidarmos com conjuntos documentais de natureza pessoal (cuja dinâmica de produção e acumulação difere, em sua essência, daqueles de origem institucional, como procuramos demonstrar no capítulo 1) que, por mais que ostentem aspectos comuns no que toca às atividades desempenhadas por seus titulares, guardam discrepâncias quanto aos tipos de documentos acumulados e às atividades que extrapolam o universo da docência e da pesquisa. Se, por um lado, para essas duas atividades pudemos estabelecer categorias indicativas de seus estágios intermediários, por outro, não foi possível, nesse momento, adotar procedimento semelhante para aquelas relacionadas aos cargos de gestão e ao relacionamento entre os titulares com a instituição, no que tange à administração da carreira, nem para as atividades profissionais exercidas fora do ambiente universitário. Esforços nesse sentido merecem ser aprofundados no momento de se propor uma política institucional voltada para a preservação de arquivos pessoais de professores.<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Procuramos identificar os documentos quanto às suas espécies. Contudo, tendo em vista diferentes situações surgidas no trabalho de campo, formatos, tipos documentais e objetos foram também contemplados.

<sup>129</sup> Nesse sentido, chegamos a propor, no segundo capítulo, o aprofundamento dessas atividades, assinalando subatividades que as compõem (ver quadro 3, p. 73).

Será imprescindível, na continuidade dos esforços que esse estudo enseja, proceder ao adensamento da identificação dos acervos, não apenas para caracterizá-los quanto à sua natureza como também para definir, com base em estudo mais aprofundado dos tipos documentais e das atividades que representam, critérios de avaliação. A caracterização dos acervos aqui mapeados deverá obedecer a procedimento rigoroso, de modo a definir se de fato constituem arquivos, ou seja, conjuntos orgânicos, solidários, em que os documentos são produtos da ação de seus criadores no desempenho de atividades rotineiras, sendo portanto capazes de representá-las, ou se formam, em sentido oposto, coleções artificiais, formadas por documentos de proveniência diversa, a partir de critérios variados, geralmente temáticos. Esse esforço deverá lançar balizas sólidas para a denominação adequada dos acervos, algo que, atualmente, obedece a parâmetros divergentes.<sup>130</sup>

Para além da caracterização dos conjuntos documentais quanto à natureza da acumulação, outra questão se coloca: nos dias atuais, o acesso à informação se coloca na pauta das discussões que atingem a sociedade como um todo e, especialmente, a classe arquivística. Na esteira do movimento, concorrem as demandas formuladas pela sociedade da informação em torno do conceito de *accountability* (termo que ainda não encontra correspondente definido na língua

---

<sup>130</sup> À guisa de exemplo, pode-se citar os conjuntos documentais preservados no Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”, da Faculdade de Medicina. Atualmente identificados como *fundos*, seus documentos foram, em sua quase totalidade, reunidos pelo próprio professor Lacaz, com o intuito de compor o acervo do museu por ele idealizado, razão pela qual seria mais apropriado considerá-los coleções.

portuguesa, mas que poderíamos traduzir por “responsabilidade social”),<sup>131</sup> do acesso aberto à literatura especializada, da ciência aberta...<sup>132</sup> A “cibercultura”, como frisou Alberch Fugueras (2003), ao preconizar acesso livre e gratuito ao mundo do conhecimento, vem operando transformações na administração pública, no que tange à difusão de informações e documentos, colocando em evidência o acesso como direito democrático intimamente ligado à garantia da transparência com relação à ação dos agentes públicos e ao funcionamento das instituições.

Promulgada em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), tem impulsionado o debate em torno da abertura dos arquivos e mobilizado discussões entre os profissionais e estudiosos da área.<sup>133</sup> Nos termos da lei, o termo informação é definido como “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato” (capítulo I, art. 4º, inciso I). Para efeitos desse trabalho, cumpre considerar que a lei incide sobre os órgãos públicos, bem como as autarquias (categoria em que se enquadra a Universidade de São Paulo), fundações públicas, sociedades de economia mista e entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos

---

<sup>131</sup> A versão em português do *Multilingual archival terminology*, do Conselho Internacional de Arquivos, contempla o vocábulo em inglês, definindo-o, com base no glossário de Richard Pearce-Moses, publicado pela Society of American Archivists, como a “capacidade de explicar, justificar ou responder por ações ou decisões pelas quais um indivíduo, uma organização ou um sistema é responsável. Geralmente traduzido como ‘responsabilização’.” Ver referências.

<sup>132</sup> Para Gomes (2013, p. 310), “as ideias de conhecimento aberto e ciência aberta estão referidas ao uso, pelos cientistas, das oportunidades oferecidas pela web tanto para o desenvolvimento de rotas de acesso aberto à literatura formal quanto para tipos variados de comunicação informal.”

<sup>133</sup> O debate sobre o acesso aos arquivos é, contudo, bem mais antigo. Para uma retrospectiva da legislação sobre o tema, ver o artigo de Georgete Medleg Rodrigues (2011).

públicos, com vistas a fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência e do desenvolvimento do controle social da administração pública.

A observância às prescrições da LAI com relação à difusão dos documentos é assunto que abordaremos mais adiante. Por enquanto, vale ressaltar que, evidentemente, a possibilidade de acesso à informação pressupõe não apenas a organização física dos arquivos bem como sua descrição e o bom estado de conservação dos documentos. As condições inadequadas de trabalho em diversas unidades e a carência de diretrizes para o tratamento técnico se refletem também nos dados que apontam os estágios de organização física dos acervos e a existência de instrumentos de pesquisa.

**Quadro 8** – Estágios de organização dos acervos

<i>Estágio de organização</i>	<i>Quantidade de acervos</i>
Não organizado	106
Organizado	91
Organização em andamento	83

**Quadro 9** – Existência de instrumentos de pesquisa

<i>Tipo de instrumento de pesquisa</i>	<i>Quantidade de acervos</i>
Base de dados	13
Catálogo	34
Guia	28
Inventário	2
Listagem	100
Não dispõem de instrumentos de pesquisa	120

Foram considerados organizados os conjuntos documentais que dispunham de alguma ordenação física, com vistas a facilitar o armazenamento e o manuseio

dos documentos, o que não implica que tenham sido, de fato, objeto de trabalho fundamentado nas técnicas e procedimentos preconizados pela Arquivologia ou que disponham de instrumento de pesquisa consolidado.

Cumprir destacar que a quantidade de acervos cujo processo de organização se encontra em andamento não deve fazer supor que se trata de movimento em marcha na universidade como um todo. Dos 83 arquivos ou coleções enquadrados em tal condição, 72 compõem o acervo do Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”, da Faculdade de Medicina. Os demais, encontram-se preservados no Museu Republicano “Convenção de Itu”, nas bibliotecas da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto e do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, no centro de memória da Faculdade de Educação, no centro de memória da Faculdade de Saúde Pública, no Instituto de Estudos Brasileiros, no Instituto de Física e no Laboratório de Informações e Memória do Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes. Ou seja, das 37 unidades que dispõem de acervos de professores, apenas 9 vêm se dedicando regularmente às atividades que compõem o tratamento documental.

Observar os tipos de instrumentos de pesquisa existentes nos permite vislumbrar o aprofundamento do processamento técnico e o nível de descrição praticado em cada acervo. A diferença entre a quantidade apresentada no quadro 9 e o número total de acervos se deve, com efeito, ao fato de certos arquivos ou coleções contarem com mais de um tipo de instrumento de pesquisa, voltados ora para a descrição panorâmica do conjunto documental, mesmo que



este ainda não disponha de tratamento técnico, como é o caso do guia ou das listagens preliminares, ora para a descrição pormenorizada de determinadas séries – ao que se presta o inventário – ou das unidades documentais (catálogos). Dos instrumentos de pesquisa existentes, 117 encontram-se disponíveis em meio eletrônico (com ou sem possibilidade de acesso remoto) e 63 são divulgados apenas em meio impresso. Nem todos podem ser acessados por usuários em potencial, pois servem, em muitos casos, como instrumentos de gestão, cuja funcionalidade é, basicamente, atender às demandas dos profissionais que atualmente se dedicam aos acervos.

Dos 280 acervos mapeados nessa pesquisa, 169 estão, atualmente, abertos para pesquisa, contra 103 de acesso restrito e 8 cujo acesso está sujeito a restrições parciais impostas pelos responsáveis pela custódia.

### **Apontamentos em torno de uma política institucional: à guisa de conclusão**

Como vimos, a Universidade de São Paulo conta com expressivo número de arquivos e coleções de docentes. São 280 acervos, presentes em 37 das 49 unidades visitadas, sendo que apenas 16 delas dispõem de centro de memória ou museu, nem sempre dedicados exclusivamente à preservação de arquivos de professores. Os números e as discrepâncias entre os procedimentos adotados em cada unidade ratificam a ausência de um projeto memorial e a carência de políticas específicas voltadas para a aquisição e preservação desses acervos.

Atualmente, a política de preservação da memória institucional contempla a produção bibliográfica dos docentes, bem como as teses e dissertações

defendidas na universidade, em cumprimento a resoluções específicas; informação sobre processos administrativos, controlada pelo sistema Proteos e gerida segundo diretrizes formuladas pelo Sistema de Arquivos (SAUSP); e registros de transações administrativas realizadas por meio de sistemas corporativos (Apolo, Marte, Júpiter, Janus etc.).

Não se trata, contudo, de um problema exclusivo da Universidade de São Paulo. Outras universidades no Brasil vêm desenvolvendo projetos voltados para a preservação da memória institucional, privilegiando, sobretudo, materiais bibliográficos e documentos administrativos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, mantém a Divisão de Memória Institucional, vinculada ao seu Sistema de Bibliotecas. Por meio dessa iniciativa, busca viabilizar mecanismos para o diagnóstico, a identificação, a assessoria técnica e a difusão de acervos documentais escritos, iconográficos, cartográficos, arquitetônicos, artísticos e orais que representem a história e a memória da instituição.<sup>134</sup> Entretanto, grande parte de seu acervo se constitui de livros, periódicos, teses e anais de eventos, conforme consta na base Minerva.<sup>135</sup>

Algo semelhante ocorre na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que por meio de sua “Coleção Memória Intelectual” busca preservar teses, dissertações, monografias, livros, periódicos, e outros documentos produzidos

---

<sup>134</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. Memória Institucional da UFRJ. Disponível em <<http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>>. Acesso: 25 mar. 2014.

<sup>135</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. Base Minerva. Catálogo da coleção Memória UFRJ. Disponível em: <[http://fenix2.ufrj.br:8991/F?func=find-b&request=memoria+ufrj&find\\_code=wcl&local\\_base=mufri%20](http://fenix2.ufrj.br:8991/F?func=find-b&request=memoria+ufrj&find_code=wcl&local_base=mufri%20)>. Acesso: 25 mar. 2014.

na universidade, relativos à vida institucional nos campos administrativo e de pesquisa e extensão. O desenvolvimento do projeto é de competência da Biblioteca Central, conforme determina a resolução que o instituiu em 1986.<sup>136</sup> Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a preservação da memória institucional fica a cargo do Museu da UFRGS, que mantém coleções de fotografias e artefatos, além do chamado “acervo das Alices”, que compreende o ateliê de duas artistas plásticas (Alice Soares e Alice Brueggemann), uma delas ex-professora da universidade.<sup>137</sup>

Como se percebe, os documentos gerados no dia-a-dia da docência e da pesquisa, atividades finalísticas das instituições de ensino superior, não figuram entre as preocupações das políticas atuais. Na cultura vigente, cadernos de campo, apontamentos, projetos de pesquisa, pedidos de verba às agências de fomento, planos de aula, materiais didáticos – entre tantos outros documentos – são considerados parte do “patrimônio pessoal” dos docentes e pesquisadores, razão pela qual não são reconhecidos institucionalmente como parte dos acervos das universidades. Quando os professores se aposentam ou falecem, funcionários das unidades acadêmicas se deparam com um conjunto documental, muitas vezes extenso, sem saber que destino lhe dar e qual importância lhe atribuir.

No exterior, as universidades se preocupam, há algum tempo, em documentar suas atividades, estendendo a noção de memória institucional não apenas aos

---

<sup>136</sup> Universidade Federal de Minas Gerais. Coleção memória intelectual da UFMG. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/colecoes-especiais/memoria-intelectual-ufmg>>. Acesso: 25 mar. 2014.

<sup>137</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Museu da UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/museu/acervo/sobre>>. Acesso: 25 mar. 2014.

seus arquivos administrativos mas também aos acervos de seus professores, ex-alunos e funcionários. As ações que desenvolvem podem servir de parâmetro para o estabelecimento de uma política para instituições congêneres.

Vejam os alguns exemplos. Primeira colocada no *2013 Academic Ranking of World Universities*, a Harvard University busca documentar a vida intelectual, cultural, administrativa e social da universidade desde sua fundação até os dias atuais. Por meio de seu University Archives, coleta, organiza, preserva e dá acesso aos arquivos administrativos, publicações, teses e artigos premiados, arquivos pessoais – nos quais se incluem aqueles de seu corpo docente, administradores e alunos, além de coleções familiares –, arquivos de instituições associadas (clubes de alunos, associações de profissionais ativos e aposentados, organizações comunitárias nacionais e internacionais parceiras da universidade), além de documentos não produzidos pela universidade, mas que contribuam para o conhecimento acerca da instituição e das comunidades vizinhas.

Também a Stanford University compõe o acervo da Divisão de Coleções Especiais e Arquivo Universitário por meio de transferências de documentos de seus escritórios e departamentos, doações de arquivos de professores, de organizações estudantis e de alunos.<sup>138</sup> Para tanto, conta com diretrizes específicas, dirigidas a cada tipo de doador. Ao reconhecer os arquivos dos membros de seu corpo docente como fontes vitais de informação sobre a história

---

<sup>138</sup> Stanford University Libraries. Special collections & university archives. Transferring your records. Disponível em: <<http://library.stanford.edu/spc/university-archives/transferring-your-records>>. Acesso: 25 mar. 2014.

da docência, da pesquisa e da administração universitária, elenca os materiais considerados de particular interesse, quais sejam,

- Correspondência
- Notas de aula, programas de curso (*syllabi*), bibliografias, apostilas e outros materiais preparados para utilização em sala de aula
- Diários de pesquisa e apontamentos
- Conferências e outros documentos decorrentes do envolvimento em organizações profissionais
- Atas de reunião, agendas e apontamentos
- Material audiovisual, incluindo fotografias e negativos, filmes, entrevistas, fitas de áudio e vídeo
- Propostas de bolsa e relatórios (apenas versões finais)
- Currículos profissionais e biografias
- Uma cópia de cada trabalho publicado

Convém observar que a instituição, ao orientar futuros doadores, explicita critérios éticos e legais que compõem sua política de formação de acervo. Nesse sentido, reconhece que os arquivos de seus professores são de propriedade de seus titulares e que devem, portanto, ser transferidos ao arquivo universitário por meio de um termo de doação (*deed of gift*). Visando à proteção da intimidade dos indivíduos retratados nos documentos, recomenda aos docentes que excluam do conjunto a ser doado as cartas de recomendação e pareceres emitidos em processos de revisão da permanência de outros professores. Além disso, reconhece as preocupações dos doadores com relação à privacidade e à

confidencialidade do conteúdo de seus documentos, oferecendo auxílio para a avaliação e estabelecimento de restrições de acesso aos documentos sensíveis.<sup>139</sup>

Nem todos os arquivos universitários no exterior se dedicam, contudo, à preservação de documentos que escapam ao contexto administrativo. É o caso do arquivo da University of California–Berkley, que recolhe documentos produzidos pelas unidades que compõem a universidade, respeitando o ciclo vital dos documentos, privilegiando documentos que se enquadram na fase permanente, em especial aqueles produzidos há mais de cinco anos. Dessa forma, aceita documentos relacionados à história, às funções e às atividades da instituição em razão de seu valor administrativo, fiscal, legal ou histórico.<sup>140</sup> Embora custodie coleções de ex-professores compostas por documentos relativos às suas atividades de docência e pesquisa, a University of Connecticut vem igualmente privilegiando, nos últimos anos, apenas os documentos ligados às atividades de gestão desempenhadas pelos membros de seu corpo docente.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Stanford University Libraries. Special collections & university archives. For faculty. Disponível em: <<http://library.stanford.edu/spc/university-archives/transferring-your-records/faculty>>. Acesso: 25 mar. 2014.

<sup>140</sup> University of California-Berkley. The Bancroft Library. University archives. Records transfer guidelines. Disponível em: <<http://bancroft.berkeley.edu/collections/uarc/transfer.html>>. Acesso: 25 mar. 2014.

<sup>141</sup> O alto número de docentes e o grande volume de projetos de pesquisa por eles desenvolvidos, em contraste com o reduzido espaço físico disponível para armazenamento, tem levado o arquivo universitário a recusar documentos gerados pela pesquisa, dado que as teses, livros e artigos que exprimem seus resultados finais já se encontram disponíveis na biblioteca central, segundo nos relatou a arquivista Betsi Pittman, durante visita técnica que realizamos, em novembro de 2013, ao Thomas J. Dodd Research Center, unidade responsável pela custódia de coleções especiais e do arquivo universitário na University of Connecticut.

Tom Hyry, Diane Kaplan e Christine Weideman (2002), da seção de arquivos e manuscritos da biblioteca da Yale University, compartilharam a experiência por eles desenvolvida naquela instituição em artigo que mereceu um título sugestivo: “Embora pareça loucura, há um método”.<sup>142</sup> De forma ousada, os autores combinaram aportes de distintas correntes do pensamento arquivístico, criando um modelo que, em que pese ao alto potencial de inovação, acaba por assemelhar-se a um mosaico metodológico incapaz de solucionar um grave problema de caráter ético implicado na política memorial que formularam: o fato de privilegiar *pessoas* em lugar das *funções* por elas desempenhadas. Um de seus pontos-chave é a definição, *a priori*, dos doadores “que valem a pena”, entre o corpo docente da universidade, feita com o auxílio de um conselho formado por professores da instituição, de maneira afinada com os interesses temáticos do repositório. Submeter a avaliação da qualidade da carreira dos professores a uma comissão formada por seus pares, além de comprometer a imparcialidade da tomada de decisão, concorre para a reafirmação de um entendimento controverso da questão da memória, conferindo valor apenas à “prata da casa”.

Os exemplos acima apontam um problema fundamental a ser encarado quando da elaboração de uma política institucional de preservação de arquivos de professores na Universidade de São Paulo. Trata-se da definição do escopo e do conteúdo desses acervos, respondendo a algumas questões – de que maneira se pretende documentar a atuação do corpo docente? Quais atividades devem ser contempladas? Quais os documentos mais representativos? –, tendo em mente

---

<sup>142</sup> O título original do trabalho, publicado no número 65 de *The American Archivist*, é: “‘Though this be madness, yet there is method in’t’: assessing the value of faculty papers and defining a collecting policy”. Ver referências.

que as respostas refletirão o entendimento da própria instituição a respeito da relevância de suas atividades finalísticas; do conceito de ciência e da organização do trabalho no contexto universitário.

A representatividade dos documentos com relação às atividades de docência, pesquisa e gestão pode ser considerada parâmetro para a avaliação dos arquivos e coleções, mas não deve servir como camisa de força. Um entendimento mais amplo da atividade científica implica seu reconhecimento como prática social, produzida em ambientes específicos – a universidade, o laboratório, o campo –, sob contato e influência constantes de fatores externos, entre os quais o próprio contexto social e familiar de seus agentes. Diante disso, qual o sentido de recolher apenas documentos produzidos em âmbito institucional, desconsiderando aqueles que, apesar de não ostentarem à primeira vista sua ligação com o universo da docência e da pesquisa, podem constituir fontes auxiliares para a compreensão das estratégias, das opções intelectuais e do envolvimento de seus criadores com a universidade?

Outro aspecto relevante da discussão é caracterizar os doadores em potencial. Nessa pesquisa, privilegiamos os docentes aposentados e falecidos, fazendo algumas concessões e incorporando alguns professores seniores (aposentados em atividade) e dois docentes que se desligaram voluntariamente de seus cargos, sem imputar juízos de valor com relação a suas carreiras. Nada garante que o arquivo de um professor que gozou, ao longo de sua carreira, de maior sucesso editorial ou que atingiu maior prestígio e os degraus mais altos da carreira docente seja, de fato, mais representativo que o arquivo de um docente que não



se submeteu, por opção ou por força das circunstâncias, a concursos de titularidade ou livre-docência. Nessa tomada de decisão, a ênfase deve recair, portanto, não sobre a representatividade do nome do doador em potencial, mas sobre as atividades retratadas em seus documentos. Para tanto, o escopo das atividades contempladas pela política memorial deverá estar claramente definido.

Os arquivos só podem cumprir a função social de que se revestem quando contam com tratamento técnico adequado e se encontram abertos para a consulta. Nesse sentido, é preciso estabelecer diretrizes gerais para a descrição documental, o que não implica, necessariamente, a elaboração ou adoção de uma norma. Como bem assinalou Menne-Haritz (2001, p. 64), as normas buscam prescrever a forma correta de trabalhar, mas não indicam as situações em que funcionam melhor. Trata-se, portanto, de estabelecer orientação metodológica capaz de imprimir coerência ao conjunto de operações que compõem o trabalho arquivístico, visando a facilitar o compartilhamento dos resultados e, ao mesmo tempo, garantindo a flexibilidade desejável para contemplar as especificidades de cada arquivo. Da qualidade que se imprima à descrição documental depende a garantia de acesso aos arquivos e aos documentos que os compõem. A adoção de ferramentas comuns para a descrição documental e de um instrumento de pesquisa único – como o inventário dinâmico dos arquivos espanhóis<sup>143</sup> –, disponível pela internet, pode representar uma alternativa viável para a difusão dos acervos.

---

<sup>143</sup> O Portal de Archivos Españoles (PARES) disponibiliza ao usuário ferramentas comuns de busca para dez diferentes arquivos sob competência do Ministerio de Cultura, Educación y Deporte. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>>. Acesso: 25 mar. 2014.

Questões éticas e legais deverão ser observadas, à luz dos tipos de documentos presentes em cada acervo e das informações neles inscritas. Um dos aspectos relevantes nessa discussão são as fronteiras movediças entre o caráter público ou privado de certos documentos. Ao organizar um evento e solicitar apoio financeiro a uma agência de fomento, um professor é obrigado a realizar o pedido em seu próprio nome, informando, para tanto, dados pessoais como número de seu CPF, endereço, telefones... Quando liberada, a verba é depositada em uma conta corrente em seu nome e ele se torna responsável pela gestão do dinheiro, respondendo pelo bom ou mau uso dos recursos. Entretanto, convém considerar que organizar eventos é parte de suas atribuições enquanto docente-pesquisador ou chefe de departamento ou de laboratório, cargos de gestão que ocupa na universidade. Trata-se de atividade de suma importância não só para a constituição de seu currículo profissional, mas também para a projeção da universidade entre outras instituições e para o intercâmbio de ideias, experiências e resultados, essencial para o avanço da pesquisa científica. A quem pertencem os documentos gerados em função do processo de auxílio para a consecução dessa atividade?

Situação análoga ocorre com documentos produzidos pela pesquisa. O fato de seus resultados finais se revestirem de caráter autoral faz supor que se configurem como documentos de caráter essencialmente privado. Em contrapartida, para chegar aos resultados e descobertas que apresenta, o pesquisador utiliza não apenas a infraestrutura, mas também os recursos humanos e financeiros da universidade e das agências de financiamento. A

questão ressurge: a quem cabe o direito de posse sobre os documentos representativos das atividades-meio e das atividades finalísticas da investigação científica? Ao pesquisador, ao departamento, ao laboratório, à universidade? Sendo a universidade uma instituição pública, os documentos das pesquisas ali desenvolvidas deveriam assumir, por extensão, caráter público? (Campos, 2013, p. 159)

Johanna Smit e Regis Lattouf (2013), em evento sobre arquivos científicos, abordaram a situação dos documentos da pesquisa científica na óptica da Lei de Acesso à Informação (LAI).<sup>144</sup> Considerando o projeto de pesquisa como documento análogo aos processos administrativos, os autores propõem sua análise levando em conta três aspectos que julgam relevantes, quais sejam, a natureza das informações, a fase de desenvolvimento do projeto e a proteção da documentação por leis específicas.

Segundo a interpretação de Smit e Lattouf (2013), são considerados de interesse coletivo – acessíveis, portanto, por meio de solicitação – os documentos e informações relativos aos objetivos, aos responsáveis e à equipe do projeto, bem como à participação de agências de fomento e outras instituições. Dados sobre os recursos financeiros constituem objeto de interesse público, devendo ser divulgados na internet, segundo o preceito da transparência ativa. Classificados como de acesso restrito estão o currículo dos pesquisadores e os documentos relacionados à criação intelectual do projeto.

---

<sup>144</sup> Ainda não publicado, o texto da conferência foi gentilmente cedido pelos autores, aos quais dirigimos nossos agradecimentos.

Muitos dos arquivos que compõem o escopo desse estudo apresentam grande variedade de tipos documentais relacionados às pesquisas desenvolvidas pelos professores da Universidade de São Paulo, capazes de representar desde a concepção do projeto até seus resultados finais, passando pelos estágios intermediários inerentes à sua consecução (solicitação de auxílios, gestão de recursos financeiros, condução de experimentos, coleta de dados, realização de leituras, preparação de relatórios e publicações...).

Será necessário, portanto, considerar a especificidade desses documentos, atentando para a proteção de informações relativas aos produtos das pesquisas, observando não só o conteúdo da LAI, mas também a legislação específica sobre direitos autorais e, eventualmente, os códigos de ética profissionais. Nem todo projeto concluído implica necessariamente a produção de resultados aptos para defesa ou publicação. Resultados passíveis de aproveitamento para pesquisas subsequentes ou correlatas, considerados não defensáveis ou não publicáveis, devem ser classificados em grau de sigilo. Já aqueles não passíveis de aproveitamento, e que escapam ao âmbito de investigação da entidade em que foi produzido, caracterizam-se como de interesse público, devendo ser divulgados mediante solicitação, o que em nada inviabiliza sua divulgação ativa por parte da instituição (Smit; Lattouf, 2013). Importa observar, nesse aspecto, que os dados não passíveis de aproveitamento em uma determinada área da investigação científica podem assumir grande relevância para pesquisadores de outros campos disciplinares, percepção que, não raro, escapa aos cientistas na relação que estabelecem com os documentos que produzem.

A proteção das informações pessoais, também preconizada pela LAI, é outro aspecto a considerar no tratamento de cartas de recomendação e pareceres emitidos por um docente na condição de assessor *ad hoc* de comissões editoriais de periódicos, editoras e agências de fomento. Trata-se de documentos produzidos sob condição de sigilo, mas que não deixam de revelar o posicionamento de seu produtor com relação aos temas de interesse em sua área de atuação, elemento relevante para estudos posteriores. Caberá definir se esses documentos deverão ser excluídos dos arquivos em que se inserem ou se o acesso será permitido, desde que se tarjem as informações sensíveis. Questão semelhante se aplica aos documentos ligados estritamente a aspectos da vida pessoal do titular (diários íntimos, cartas de amor, petições de divórcio...) que, por ventura, integrem os arquivos e as coleções.

Como vimos, muitos arquivos e coleções de professores vêm sendo objeto de iniciativas de preservação e difusão nas diferentes unidades da USP, muitas das quais são levadas a cabo em ambientes inadequados, em razão da falta de investimentos sistemáticos e de mão de obra especializada. Uma política institucional a ser criada deve contribuir para retirar esses acervos e os profissionais a eles dedicados da zona de penumbra em que atualmente se encontram.

A situação aponta para a necessidade de se refletir a respeito da criação de estruturas e espaços físicos especialmente destinados para a conservação de documentos de arquivo, assegurando sua manutenção por meio de dotação

orçamentária e regulamentando investimentos de agências de fomento e o patrocínio de instituições privadas. Ainda que operem em condições não ideais, dado o elevado custo de manutenção que acarretam, que possam ao menos assegurar a integridade e a legibilidade dos suportes e dispor de ambiente adequado ao estabelecimento de uma rotina de atendimento aos usuários. A centralização da guarda física dos documentos é outro ponto sensível do debate. Dado o apreço que certas unidades – muitas delas mais antigas que a própria universidade – demonstram por sua própria história, seria lícito retirar-lhes os documentos, sonhando-lhes, assim, o direito à preservação de sua própria memória? Talvez o caminho seja, justamente, o da centralização das diretrizes e normativas, bem como da prestação de assessoria técnica e treinamento especializado por um órgão da universidade. O Arquivo Geral (AG-USP), por sua missão de preservar a documentação administrativa de valor permanente e a memória da instituição, parece figurar como o órgão mais indicado para a tarefa, que deverá ser desenvolvida – frise-se – a partir de intenso e amplo debate e em colaboração com cada unidade da USP, numa discussão que envolve os funcionários dedicados à preservação dos acervos, historiadores, arquivistas e profissionais das áreas do Direito e da Tecnologia da Informação, de modo a contemplar as especificidades dos diversos arquivos, bem como as diferentes culturas vigentes nas faculdades e institutos.

Imprescindível será a contratação de profissionais especializados ou o desenvolvimento de programas de treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários em atividade não apenas para a execução de procedimentos de conservação, como também para os outros aspectos que envolvem o tratamento

documental. Estes profissionais deverão estar aptos a avaliar, selecionar, descartar, acondicionar e descrever os documentos, além de elaborar instrumentos de pesquisa, sempre em conformidade com os princípios arquivísticos. Estas operações deverão, a bem do perfeito funcionamento de um sistema integrado de busca, ser desempenhadas em consonância e harmonia entre os diferentes institutos e seus centros de memória, bibliotecas e outros órgãos destinados à preservação de documentos.

Angelika Menne-Haritz (2001) define de maneira clara a função das instituições arquivísticas ao caracterizar o acesso como seu objetivo e propósito, elemento sem o qual a custódia não se justifica. Contudo, sua plena realização depende não apenas dos meios necessários, como também de atitude institucional, representada por políticas específicas.

Arquivos abertos significam disponibilidade de respostas às questões e aos interesses manifestados pelos usuários. Cumpre reconhecer que nos arquivos pessoais de professores reside a possibilidade latente de construir memórias e reconstituir, sob diferentes ângulos e matizes, a história da Universidade de São Paulo por meio daqueles que, com a força de seu trabalho, contribuíram para dotá-la de prestígio e de importância.

## Parte II



## **SOBRE O INSTRUMENTO DE PESQUISA**

---

Os arquivos, em sua fase permanente, só podem cumprir a função social de que se revestem quando acessíveis aos usuários. Nesse sentido, os instrumentos de pesquisa adquirem importância fundamental, uma vez que representam o conteúdo dos arquivos, permitindo ao consulente vislumbrar os limites daquilo que pode ser encontrado e selecionar, de antemão, os materiais que lhe parecem relevantes segundo os objetivos e os recortes de sua investigação.

Como observou Heloísa Bellotto (2006, p. 177), “a execução de instrumentos de pesquisa não é [...] tarefa fácil”. Cabe ao arquivista a árdua missão de estabelecer o elo entre os documentos e seus contextos originários, com o objetivo de promover, de maneira ampla e aberta, a consulta aos arquivos e o uso efetivo dos documentos, segundo as mais variadas indagações dos pesquisadores. Em distintos graus e amplitudes, guias, inventários e catálogos buscam identificar, localizar, resumir ou transcrever fundos, grupos, séries e peças documentais (Camargo; Bellotto, 2010, p. 55).

Ao guia compete a descrição sumária dos fundos, enquanto outros tipos de instrumentos de pesquisa descem ao nível das séries e das unidades documentais. Nesse instrumento, panorâmico por excelência, devem constar informações sumárias relativas à entidade produtora, às datas-baliza, à extensão e ao nível de tratamento técnico, bem como ao escopo dos documentos que compõem o fundo e às condições de acesso.

O guia que aqui apresentamos é fruto do trabalho de campo realizado nas unidades da Universidade de São Paulo, em seus diferentes *campi*, e atende ao objetivo de identificar e localizar conjuntos documentais remanescentes nas faculdades, institutos e outros órgãos que compõem a USP, deixados por professores que já romperam seus vínculos funcionais com a instituição, bem como aqueles adquiridos, sobretudo por doação, e que hoje integram formalmente o acervo da universidade.

Trata-se, contudo, de um instrumento de pesquisa que guarda certas particularidades com relação aos seus congêneres. Talvez não cumpra o papel primordial de *assegurar* o acesso aos arquivos que descreve, isso porque as diversas iniciativas de preservação hoje levadas a cabo na USP atendem a diferentes estágios de desenvolvimento e a circunstâncias peculiares de funcionamento. Nem todos os órgãos da universidade dispõem de espaço adequado, pessoal especializado e rotinas bem estabelecidas de atendimento aos pesquisadores. Há que se considerar ainda o fato de que muitos dos acervos aqui referenciados se encontram armazenados em salas e depósitos aos quais o acesso é restrito.

Nosso objetivo, portanto, é o de localizar espacialmente, nas diferentes faculdades, institutos e museus, a existência de acervos de ex-professores, muitos deles ignorados pela própria comunidade uspiana, chamando a atenção não apenas para seu potencial informativo, mas também para a forma como vêm sendo processados (quando o são), oferecendo uma visão panorâmica

suficientemente ampla para despertar o interesse por esses conjuntos documentais que contêm flagrantes de episódios da vida científica brasileira, da história institucional, da vivência universitária e da produção intelectual de seus titulares.

As limitações naturais do meio impresso nos levaram a organizar o guia de forma simples. Os acervos estão agrupados em função de sua localização, servindo como referência o *campus*, o nome da unidade e o departamento ou setor em que se encontram. Cada unidade custodiadora foi numerada sequencialmente, em função do que também foram numerados os acervos, permitindo sua localização por meio do índice onomástico. Convém frisar que a unidade tomada como referência para o agrupamento dos fundos corresponde à entidade responsável por sua custódia ou armazenamento físico. Desse modo, é possível encontrar, por exemplo, documentos outrora pertencentes a um professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) ou de um docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Convém ressaltar que optamos por não atualizar a grafia dos nomes próprios e por utilizar, sempre que possível, sua forma completa, por vezes distinta daquela adotada pelo docente em suas publicações e pela qual se tornou conhecido no meio acadêmico. As datas limites foram estabelecidas em função dos dados oferecidos pelos responsáveis pela custódia, quando dispunham de tal informação. No caso de acervos volumosos, sem qualquer nível de tratamento técnico, optamos por expressá-las preferencialmente em décadas, haja vista à

impossibilidade de contemplar cada unidade documental. Critério semelhante foi utilizado para mensurar o volume dos conjuntos documentais, expresso em número de unidades, número de pastas ou metros lineares, segundo a prática usual em cada órgão custodiador.

A disparidade dos critérios poderá imprimir a este instrumento aparente falta de padronização. Entretanto, fizemos questão de manter essa característica, que ao leitor atento evidenciará a discrepância existente, na Universidade de São Paulo, quanto aos procedimentos adotados para o tratamento de fundos e coleções.

Os dados aqui apresentados foram reunidos em duas etapas. Na primeira delas, trabalhamos em colaboração com o Arquivo Geral da Universidade de São Paulo, que desenvolveu projeto de temática semelhante, embora seu universo de atuação estivesse espacialmente concentrado nos limites da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”. Num segundo momento, percorremos as demais unidades localizadas na cidade de São Paulo (Zona Leste e “quadrilátero da saúde”) e aquelas localizadas nos *campi* do interior do estado.

A parceria com o Arquivo Geral nos permitiu utilizar o banco de dados *Docere* para o registro das fichas de identificação dos acervos, preenchidas durante o trabalho de campo. Em seu módulo de consulta, disponível no *site* da instituição<sup>145</sup>, o banco permite ao usuário proceder à busca de forma mais dinâmica, utilizando filtros específicos, e visualizar as séries documentais que

---

<sup>145</sup> O banco de dados *Docere*, bem como materiais de apoio à consulta (manual de utilização do banco, repertório de endereços das unidades e lista de termos preferenciais adotados para denominação de objetos, espécies, formatos e tipos documentais) estão disponíveis em: <<http://www.usp.br/arquivogeral/>>.

compõem cada acervo. Nesta apresentação impressa, optamos por restringir a representação do conteúdo dos acervos às categorias indicativas dos grupos funcionais em que se enquadram os documentos, revelando seus contextos de produção e acumulação.

Nem todos os acervos aqui relacionados estão, por ora, disponíveis para consulta, e muitos deles sequer se encontram organizados ou dispõem de instrumentos de pesquisa próprios e consolidados. Entendemos que nossa iniciativa constitui, além de estímulo a novas aquisições, um alerta à sociedade e à comunidade de estudantes, pesquisadores, funcionários e administradores da universidade sobre o risco de perda (pelas condições inadequadas de conservação) ou extravio (em face da informalidade que caracterizou a aquisição de muitos desses acervos) de uma documentação relevante, motivando ações institucionais em torno da criação de políticas específicas, algo de que a USP ainda carece.

## GUIA DOS ACERVOS DE PROFESSORES-PESQUISADORES NAS UNIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

---

### BAURU

#### 1 Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB)

##### Biblioteca

##### 1.1 Daniel Hugo Retief

*Datas-limite:* déc. 1960-1990

*Extensão:* 24 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa.

*Histórico da custódia:* o titular, professor da University of Alabama, foi professor visitante na Faculdade de Odontologia de Bauru, onde lecionou no curso de pós-graduação em dentística. Doou seus documentos após retornar aos Estados Unidos

Organizado, dispõe de base de dados e listagem.

*Acesso:* livre

*Responsável:* Cybelle Fontes (sbd@fob.usp.br)

##### Departamento de Dentística, Endodontia e Materiais Odontológicos

##### 1.2 Alceu Berbet

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 3 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa.

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no departamento após o afastamento do doente, por problemas de saúde, entre 2003 e 2004

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Suely Bettio (srbettio@fob.usp.br)

### ITU

#### 2 Museu Republicano “Convenção de Itu” (MR)

##### Arquivo

##### 2.1 Edgar Carone

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 25 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional

*Histórico da custódia:* a biblioteca e o arquivo pessoal do titular foram adquiridos pelo Banco Itaú, em transação intermediada pela professora Eni de Mesquita Samara, então diretora do Museu, e posteriormente doados à USP

Organização em andamento, dispõe de listagem (correspondência) e catálogo (jornais)

*Acesso:* livre

*Responsável:* Anicleide Zequini (arqmrci@usp.br)

### LORENA

#### 3 Escola de Engenharia de Lorena (EEL)

##### Departamento de Engenharia Química

##### 3.1 Gilberto Luis Jardim Pinto da Silva

*Datas-limite:* déc. 2000

*Extensão:* 1,5 metro linear

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala do titular após seu falecimento

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Maria Lúcia da Silva

(micaetano@dequi.eel.usp.br)

Grupo de Segurança e Medicina do Trabalho

3.2 Carlos Eduardo Vernes Mack

*Datas-limite:* déc. 1980-2010

*Extensão:* 2,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos forma acumulados pelo titular durante sua atuação à frente do Grupo de Segurança e Medicina do Trabalho e permaneceram armazenados na unidade após sua aposentadoria

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Laércio Siqueira (laercio@demar.eel.usp.br)

## **PIRACICABA**

### **4 Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ)**

Biblioteca setorial do departamento de Economia, Administração e Sociologia

4.1 Érico da Rocha Nobre

*Datas-limite:* déc. 1790

*Extensão:* 2.000 documentos

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o acervo foi acumulado pelo titular ao longo de sua carreira e doado à biblioteca pela família, após seu falecimento

Organizado, dispõe de base de dados

*Acesso:* livre

*Responsável:* Luciane Cipriano (biblioteca.les@usp.br)

Departamento de Zoologia

4.2 Salvador de Toledo Piza Júnior

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 5.656 documentos

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o acervo foi doado pelo titular, tendo sido o termo de doação oficializado em 1987. Os documentos foram transferidos após o falecimento do docente

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Adilson Paschoal (adpascho@usp.br)

Museu de Ciências, Educação e Artes “Luiz de Queiroz”

4.3 Philippe Westin Cabral de Vasconcelos

*Datas-limite:* déc. 1900-1970  
*Extensão:* 3 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos para o Museu Luiz de Queiroz por iniciativa do professor Antonio Roque Dechen, à época diretor da ESALQ  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Edno Dario (museulq@usp.br)

## **PIRASSUNUNGA**

### **5 Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA)**

Departamento de Medicina Veterinária

#### 5.1 Luís Fernando Laranja da Fonseca

*Datas-limite:* déc. 1980-2000  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram em um depósito após o desligamento do docente  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Alessandra Terassi (vnpfmz@usp.br)

## **RIBEIRÃO PRETO**

### **6 Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (ERP)**

Centro de Memória

#### 6.1 Glete de Alcântara

*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 9 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados, por desejo expresso da titular, após seu falecimento  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Mara Oliva (mara@eerp.usp.br)

### **7 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP)**

Biblioteca

#### 7.1 Antonio Junqueira de Azevedo

*Datas-limite:* déc. 1980-2000  
*Extensão:* 7.000 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* ainda em vida, o titular manifestou interesse em doar seu acervo, armazenado em sua residência. A transferência se concretizou após o falecimento do docente  
Organização em andamento, dispõe de base de dados (material bibliográfico)  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Edneia Rocha (edneia@usp.br)

### **8 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP)**

Departamento de Economia



- 8.1 Maurício Jorge Pinto de Souza  
*Datas-limite:* déc. 2010-2013  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no departamento após o falecimento do titular. Os livros que integravam o conjunto documental foram doados à biblioteca e incorporados ao seu acervo. Parte dos documentos foi encaminhada à família do docente  
*Organizado,* sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Sandra Astorino (rec@fearp.usp.br)

## **9 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP)**

Departamento de Psicologia

- 9.1 Geraldo Romanelli  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 400 documentos (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o acervo foi doado pelo titular após sua aposentadoria  
*Organizado,* dispõe de listagem  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Jacqueline Correa (secretaria.pos@ffclrp.usp.br)
- 9.2 Paul Stephaneck  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 400 documentos (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o acervo foi doado ao departamento após o falecimento do docente  
*Organizado,* dispõe de listagem  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Jacqueline Correa (secretaria.pos@ffclrp.usp.br)
- 9.3 Zélia Maria Mendes Biasoli Alves  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 400 documentos (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o acervo foi doado ao departamento após o falecimento da docente  
*Organizado,* dispõe de listagem  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Jacqueline Correa (secretaria.pos@ffclrp.usp.br)

## **10 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP)**

Museu Histórico

- 10.1 Miguel Rolando Covian  
*Datas-limite:* déc. 1950-1980  
*Extensão:* 4.080 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* ainda em vida, o titular manifestou interesse

em doar os documentos que mantinha em sua sala ao departamento de Fisiologia. A biblioteca pessoal foi posteriormente incorporada, por doação da família do docente. A coleção foi armazenada em diversos ambientes no campus antes de ser transferida, em 2008, para a atual sede do museu

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: livre

Responsável: Robson Escudeiro (robson@fmrp.usp.br)

## **SÃO CARLOS**

### **11 Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU)**

Centro de Documentação

#### 11.1 Admir Basso

*Datas-limite:* déc. 1980

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupo:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo próprio titular, professor aposentado da Escola de Engenharia de São Carlos

Organizado, dispõe de listagem

Acesso: livre

Responsável: Cleverci Malaman (iau.cedoc@sc.usp.br)

#### 11.2 Jorge Osvaldo Caron

*Datas-limite:* déc. 1970-1990

*Extensão:* 6,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela família do titular

Organizado, dispõe de listagem

Acesso: livre

Responsável: Cleverci Malaman (iau.cedoc@sc.usp.br)

### **12 Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC)**

Biblioteca

#### 12.1 Achille Bassi

*Datas-limite:* déc. 1960-1970

*Extensão:* 200 documentos (aprox.)

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos, anteriormente armazenados no departamento, foram encaminhados à biblioteca

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

Responsável: Glaucia Cristianini (biblio@icmc.usp.br)

### **13 Instituto de Física de São Carlos (IFSC)**

Biblioteca

#### 13.1 Bernhard Gross

*Datas-limite:* déc. 1930-2000

*Extensão:* 10 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação

*Histórico da custódia:* o titular foi professor visitante no IFSC. O acervo foi doado pela família, após seu falecimento

Organizado, dispõe de base de dados (material bibliográfico)

Acesso: livre

Responsável: Ana Mara Prado (bib@ifsc.usp.br)

## SÃO PAULO

### 14 Escola de Comunicações e Artes (ECA)

Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

14.1 Maria Nazareth Ferreira

*Datas-limite:* 1984 – 2007

*Extensão:* 1,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no centro de estudos após o desligamento da titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa.

Acesso: livre

Responsável: Prof. Dennis de Oliveira (dennisoliveira@uol.com.br)

Departamento de Biblioteconomia e Documentação

14.2 Dinah Aparecida de Mello Aguiar Población

*Datas-limite:* 1969 – 2001

*Extensão:* 13 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela própria titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

Responsável: Prof. José Fernando Modesto da Silva (fmodesto@usp.br)

14.3 José Teixeira Coelho Netto

*Datas-limite:* 1981-2001

*Extensão:* 2,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional.

*Histórico da custódia:* os documentos passaram por um incêndio e permaneceram no departamento após o desligamento da docente

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

Responsável: Aparecida Souza (cbd@usp.br)

14.4 Maria Christina Barbosa de Almeida

*Datas-limite:* 1979-2006

*Extensão:* 3 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* Os documentos permaneceram no departamento após o desligamento da docente

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

Responsável: Aparecida Souza (cbd@usp.br)

14.5 Helena Pires Martins

*Datas-limite:* 1955-2008

*Extensão:* 3,38 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos passaram por um incêndio e

permaneceram no departamento após o desligamento da docente  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito

*Responsável:* Prof. José Fernando Modesto da Silva  
(fmodesto@usp.br)

14.6 Neusa Dias de Macedo

*Datas-limite:* déc. 1960-1990

*Extensão:* 1,5 metro linear

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão

*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados em posse do professor Fernando Modesto, após a aposentadoria da titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

*Responsável:* Prof. José Fernando Modesto da Silva  
(fmodesto@usp.br)

Núcleo de Educação e Comunicação (NCE)

14.7 Elza Dias Pacheco

*Datas-limite:* 1985-2006

*Extensão:* 2,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o acervo foi recolhido pelo núcleo de pesquisa

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

Acesso: restrito

*Responsável:* Claudemir Viana (izabelwiz@gmail.com)

Laboratório de Informações e Memória (LIMCAC)

14.8 Antonio Heráclito de Campello Netto

*Datas-limite:* 1921 – 1987

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997

Organização em andamento, dispõe de guia

Acesso: livre

*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)

14.9 Antonio Luis Dias Januzelli

*Datas-limite:* 1977-2006

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997

Não organizado, dispõe de guia

Acesso: livre

*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)

14.10 Clóvis Garcia

*Datas-limite:* 1951-2009

*Extensão:* 131,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida

- funcional  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado em dois momentos: 1997 e 2011. A segunda doação contemplou a biblioteca pessoal do titular e documentos que estavam em sua sala  
Organização em andamento, dispõe de base de dados, guia e listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.11 *Eudinyr Fraga*  
*Datas-limite:* 1980-1990  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997.  
Organização em andamento, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.12 *Eudósia Acuña Quinteiro*  
*Datas-limite:* déc. 1990  
*Extensão:* 1,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, *Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997.  
Organização em andamento, dispõe de guia  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.13 *Fausto Fuser*  
*Datas-limite:* déc. 1930-1990  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC entre 2001 e 2003  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.14 *Hamilton Figueiredo Saraiva*  
*Datas-limite:* 1961-1998  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997  
Não organizado, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.15 *Jacó Ginsburg*  
*Datas-limite:* 1977-2002

- Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa.  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.16 José Eduardo Vendramini  
*Datas-limite:* 1955-2010  
*Extensão:* 2 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo titular  
 Organização em andamento, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.17 Karen Astrid Müller Pinto  
*Datas-limite:* déc. 1980-2000  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
 Não organizado, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 14.18 Odlávas Messias Petti  
*Datas-limite:* 1955-1994  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento de artes cênicas, sendo transferidos ao LIMCAC após 1997  
 Não organizado, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Elizabeth Azevedo (limcac@usp.br)
- 15 Escola Politécnica (EP)**  
 Biblioteca setorial do departamento de Engenharia Civil
- 15.1 Victor Froilano Bachmann de Mello  
*Datas-limite:* déc. 1960-2000  
*Extensão:* 137 metros lineares  
*Grupos:* docência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados após o falecimento do docente  
 Organizado, sem instrumentos de pesquisa.  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Fátima Lanza (biblioteca.civil@poli.usp.br)
- Departamento de Engenharia Mecânica
- 15.2 Carlos Alberto Nunes Dias  
*Datas-limite:* 1968-2004  
*Extensão:* 9 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* após o falecimento do titular, os documentos foram guardados por outro docente

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Marcílio Alves (maralves@usp.br)

15.3 Tufi Mamed Ássy

*Datas-limite:* déc. 1960-1990

*Extensão:* 1 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na secretaria do Departamento de Mecânica de Fluidos desde a aposentadoria do titular. Em 2008, o professor Sylvio Bistafa recolheu os desenhos técnicos.

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa.

*Acesso:* restrito

*Responsáveis:* Andréia Martins e Prof. Sylvio Bistafa (sbistafa@usp.br)

Departamento de Engenharia Química

15.4 Cláudio Roberto de Freitas Pacheco

*Datas-limite:* déc. 1950-2010

*Extensão:* 10,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* a sala do docente foi conservada após a sua aposentadoria

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Caio Reginato (11 3091-2273)

Laboratório de Matérias-Primas Particuladas e Sólidos Não-Metálicos (LMPSol)

15.5 Pérsio de Souza Santos

*Datas-limite:* déc. 2010

*Extensão:* 31 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, identificação

*Histórico da custódia:* a sala do docente foi conservada após o seu falecimento

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa.

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Wilson Salvagnini (jackwil@usp.br)

**16 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU)**

Ateliê de Escultura e Pesquisa

16.1 Caetano Fraccaroli

*Datas-limite:* 1939-1997

*Extensão:* 4,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no Ateliê de Escultura e Pesquisa após o falecimento do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Vera Pallamin (vmpallam@usp.br)

Biblioteca

16.2 Élide Monzeglio

*Datas-limite:* déc. 1940-2000

*Extensão:* 56 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na unidade após o falecimento da titular

Organizado, dispõe de listagem

*Acesso:* livre

*Responsável:* Dina Uliana (bibfauatend@usp.br)

16.3 Murilo de Azevedo Marx

*Datas-limite:* 1907-2010

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na unidade após o desligamento do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Dina Uliana (bibfauatend@usp.br)

Departamento de Tecnologia da Arquitetura

16.4 José Luiz Ferreira Fleury Filho

*Datas-limite:* déc.1960-2000

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no departamento após a aposentadoria do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Rosária Ono (rosaria@usp.br) ou Viviane

Delmondes (vdelmond@usp.br)

Laboratório de Digitalização de Acervo (LABARQ)

16.5 Marlene Yurgel

*Datas-limite:* 1957-2011

*Extensão:* 3 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no laboratório após o falecimento da titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Carlos Faggin (faggin@usp.br)

Núcleo de Apoio à Pesquisa, Produção e Linguagem do Ambiente

Construído (NAPPLAC)

16.6 Jorge Hajime Oseki

*Datas-limite:* 1965-2007

*Extensão:* 3,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela irmã do titular



Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Yvone Mautner (napplac@usp.br)

**17 Faculdade de Direito (FD)**

Arquivo

- 17.1 Esther de Figueiredo Ferraz  
Datas-limite: déc. 1930-2000  
Extensão: 301 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pela família da titular, após seu falecimento  
Não organizado, dispõe de listagem  
Acesso: restrito  
Responsável: Geraldo de Oliveira (11 3111-4037)

**18 Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA)**

Biblioteca

- 18.1 José Juliano de Carvalho Filho  
Datas-limite: 1974-1989  
Extensão: 2 metros lineares  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pelo próprio titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: livre  
Responsável: Dulcineia Jacomini (bibfea@usp.br)

Departamento de Contabilidade e Atuária

- 18.2 Edison Castilho  
Datas-limite: déc. 1940-1970  
Extensão: 1 metro linear  
Grupos: discência, docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram acumulados pelo titular ao longo de sua trajetória como docente  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Edison Castilho (ecastil@usp.br)

Departamento de Economia

- 18.3 Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi  
Datas-limite: déc. 1970-1990  
Extensão: 1 metro linear (estimada)  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram acumulados pela titular ao longo de sua carreira como docente  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Ana Maria Bianchi (amafbian@usp.br)
- 18.4 Antonio Carlos Coelho Campino  
Datas-limite: 1960-2011  
Extensão: 19,5 metros lineares  
Grupos: discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida

funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo titular ao longo de sua carreira como docente

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Antonio Carlos Campino (campino@usp.br)

18.5 José Pastore

*Datas-limite:* 1987-1996

*Extensão:* 1 pasta

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram em poder da professora Ana Maria Bianchi, pelo fato de ela e o titular ministrarem a mesma disciplina

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Ana Maria Bianchi (amafbian@usp.br)

**19 Faculdade de Educação (FE)**

Biblioteca

19.1 José Mário Pires Azanha

*Datas-limite:* 1953-2006

*Extensão:* 5,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pela família do titular.

Antes de ser transferido para a biblioteca, esteve sob custódia de diversos professores da Faculdade de Educação

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maria Luiza Lourenço (saptfe@usp.br)

19.2 Maria Felisminda de Resende Fusari

*Datas-limite:* 1951-1999

*Extensão:* 4,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo marido da titular, após seu falecimento

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maria Luiza Lourenço (saptfe@usp.br)

Centro de Memória da Educação (CME)

19.3 Cynthia Pereira de Sousa

*Datas-limite:* 1981-1988

*Extensão:* 757 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular

Organizado, dispõe de listagem e guia

*Acesso:* livre

*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)

19.4 Elza Nadai

*Datas-limite:* déc. 1930-1970

*Extensão:* 460 documentos

- Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de listagem e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)
- 19.5 *Evaldo Amaro Vieira*  
*Datas-limite:* 1951-1980  
*Extensão:* 599 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* a documentação esteve sob custódia da biblioteca da Faculdade de Educação, tendo sido posteriormente doada ao Centro de Memória pelo titular  
Organizado, dispõe de listagem e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)
- 19.6 *Laerte Ramos de Carvalho*  
*Datas-limite:* 1947-1988  
*Extensão:* 3200 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos forma doados pela esposa do titular. Parte do acervo foi acumulada pela secretaria de Laerte Ramos de Carvalho durante o período em que ocupou a direção da Faculdade de Educação  
Organização em andamento, dispõe de listagem e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)
- 19.7 *Maria Lucia Spedo Hilsdorf*  
*Datas-limite:* déc. 1970-1990  
*Extensão:* 253 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de listagem e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)
- 19.8 *Therezinha Alves Ferreira Collichio*  
*Datas-limite:* déc. 1880-1930  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de listagem e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Iomar Zaia (cmeusp@usp.br)
- Laboratório de Pesquisa em Ensino de Física (LaPEF)
- 19.9 *Anna Maria Pessoa de Carvalho*  
*Datas-limite:* 1965-2012  
*Extensão:* 13 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados pela titular no

laboratório do qual era coordenadora, após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Anna Maria Pessoa de Carvalho (contato não divulgado por opção do responsável)

## **20 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)**

### Biblioteca

#### 20.1 João Cruz Costa

*Datas-limite:* 1890-1978

*Extensão:* 23 pastas

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* o acervo foi doado pela família do titular

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Responsável:* Eliana Ramalho (pcdfflch@usp.br)

### Casa de Cultura Japonesa

#### 20.2 Ataliba Teixeira de Castilho

*Datas-limite:* 1976-2007

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* após a aposentadoria do titular, os

documentos relativos ao Projeto Caipira foram selecionados e destinados ao atual espaço de guarda

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Verena Kewitz (kewitz@usp.br)

#### 20.3 Geny Wakisaka

*Datas-limite:* 1991-2008

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no Centro de Estudos Japoneses após a aposentadoria da titular

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Luiza Yoshida (nanayo@ig.com.br)

#### 20.4 Hiroshi Saito

*Datas-limite:* 1940-1980

*Extensão:* 10,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados ao professor Koichi Mori pela família do titular.

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Koichi Mori (kmori@usp.br)

#### 20.5 Kensuke Tamai

*Datas-limite:* déc. 1980

*Extensão:* 1 pasta

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o titular foi professor visitante no

Departamento de Letras Orientais e diretor do Centro de Estudos

- Japoneses. Seus documentos permaneceram no centro de estudos após seu retorno ao Japão  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Luiza Yoshida (nanayo@ig.com.br)
- 20.6 Lídia Masumi Fukasawa  
Datas-limite: déc. 1980  
Extensão: 0,5 metro linear  
Grupos: docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos permaneceram no Centro de Estudos Japoneses após a aposentadoria da titular  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Luiza Yoshida (nanayo@ig.com.br)
- 20.7 Sakae Murakami Giroux  
Datas-limite: 1982-1995  
Extensão: 1 pasta  
Grupos: discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos permaneceram no Centro de Estudos Japoneses após a aposentadoria da titular  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Luiza Yoshida (nanayo@ig.com.br)
- 20.8 Teiti Suzuki  
Datas-limite: déc. 1970-1990  
Extensão: 1 pasta  
Grupos: docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos permaneceram no Centro de Estudos Japoneses após a aposentadoria do titular  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
Responsável: Prof. Luiza Yoshida (nanayo@ig.com.br)
- Centro de Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda" (CAPH)
- 20.9 Alfredo Ellis Júnior  
Datas-limite: 1942-1986  
Extensão: 1.123 documentos  
Grupos: docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.10 Arnaldo Daraya Contier  
Datas-limite: 1958-1984  
Extensão: 8 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pelo titular  
Organizado, dispõe de catálogo

- Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.11 *Astrogildo Rodrigues de Mello*  
*Datas-limite:* 1941-1950  
*Extensão:* 61 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e transferidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.12 *Augustin Wernet*  
*Datas-limite:* déc. 1920-2000  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo filho do titular entre 2006 e 2009  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.13 *Azis Simão*  
*Datas-limite:* 1767-1990  
*Extensão:* 11.967 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela esposa do titular, entre 1992 e 1993  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.14 *Carlos Alberto Visentini*  
*Datas-limite:* 1970-1989  
*Extensão:* 2.203 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo professor Francisco Murari Pires, em 1990, após o falecimento do titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.15 *Dante Moreira Leite*  
*Datas-limite:* 1902-1990  
*Extensão:* 1.559 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela professora

- Miriam Moreira Leite, em 1988  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.16 Edgar Carone  
Datas-limite: s.d.  
Extensão: 540 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: o arquivo foi doado pelo titular em diversas etapas  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.17 Eduardo de Oliveira França  
Datas-limite: 1940-1977  
Extensão: 58 documentos  
Grupos: docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.18 Egon Schaden  
Datas-limite: 1985-1991  
Extensão: 7.965 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pela esposa do titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.19 Emanuel Soares da Veiga Garcia  
Datas-limite: 1887-1974  
Extensão: 42 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pelo titular, em 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.20 Erasmão D'Almeida Magalhães  
Datas-limite: 1968-1990  
Extensão: 0,5 metro linear  
Grupos: docência/pesquisa, vida funcional

- Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo titular entre os anos de 1989 e 1992  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.21 *Erwin Theodor Rosenthal*  
*Datas-limite:* 1948-1981  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pelo titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.22 *Eurípedes Simões de Paula*  
*Datas-limite:* 1911-1994  
*Extensão:* 8.003 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela esposa do titular, professora Maria Regina Simões de Paula, em 1992. Outros documentos foram incorporados ao fundo em 2007  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.23 *Fernando Antônio Novais*  
*Datas-limite:* 1967-1985  
*Extensão:* 9 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.24 *Hans Stammreich*  
*Datas-limite:* 1906-1976  
*Extensão:* 127 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo professor Shozo Motoyama, após o desligamento do titular  
Organizado, dispõe de inventário  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira (caph@usp.br)
- 20.25 *Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins*  
*Datas-limite:* 1906-1986  
*Extensão:* 19 documentos



- Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.26 Janice Theodoro da Silva  
*Datas-limite:* 1944-1992  
*Extensão:* 126 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.27 João Baptista Borges Pereira  
*Datas-limite:* 1947-1985  
*Extensão:* 168 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.28 Joaquim Manoel Godinho Braga Barradas de Carvalho  
*Datas-limite:* 1971-1983  
*Extensão:* 7 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo  
Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.29 José Ribeiro de Araújo Filho  
*Datas-limite:* 1966-1982  
*Extensão:* 40 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela esposa do  
titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.30 José Sebastião Witter  
*Datas-limite:* déc. 1910-1990  
*Extensão:* 8 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo titular

- Organização em andamento, sem instrumento de pesquisa  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.31 Lucio Grinover  
Datas-limite: déc. 1970-1980  
Extensão: 1 metro linear  
Grupos: docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram remetidos ao CAPH pela direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.32 Lilian Zulma Doris Coltrinari  
Datas-limite: 1947-1969  
Extensão: 69 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.33 Maria de Lourdes Monaco Janotti  
Datas-limite: 1962-1985  
Extensão: 1,5 metro linear  
Grupos: docência/pesquisa, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.34 Maria Odila Leite da Silva Dias  
Datas-limite: 1971-1982  
Extensão: 1 pasta  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pela titular  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.35 Maria Regina Simões de Paula  
Datas-limite: 1723-1990  
Extensão: 3,5 metros lineares  
Grupos: docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram transferidos da secretaria do Departamento de História para o CAPH em duas etapas, a primeira em 1989 e a segunda em 1991, por ocasião da desocupação da sala da titular. Houve ainda documentos

- incorporados ao fundo em 2007  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.36 Marialice Mencarini Foracchi  
Datas-limite: 1949-1982  
Extensão: 203 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos, em posse do professor José de Souza Martins, foram remetidos ao CAPH pela professora Eva Alterman Blay  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.37 Myriam Ellis  
Datas-limite: 1938-1984  
Extensão: 27 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.38 Raul de Andrada e Silva  
Datas-limite: 1923-1991  
Extensão: 0,5 metro linear  
Grupos: discência, docência/pesquisa, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pelo professor José Sebastião Witter, amigo do titular, em 1992 e, também, pela secretaria do Departamento de História e pelo setor de pessoal da FFLCH  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.39 Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa  
Datas-limite: 1970-1983  
Extensão: 1,5 metro linear  
Grupos: discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram doados pelo professor José Sebastião Witter, a pedido da esposa do titular. Outros documentos foram incorporados ao fundo pela professora Miriam Moreira Leite  
Organizado, dispõe de catálogo  
Acesso: livre  
Responsável: Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira

- (caph@usp.br)
- 20.40 Rozendo Sampaio Garcia  
*Datas-limite:* 1956-1964  
*Extensão:* 35 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.41 Samuel Barnsley Pessoa  
*Datas-limite:* 1856-2009  
*Extensão:* 3 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos forma doados pela família do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.42 Sérgio Buarque de Holanda  
*Datas-limite:* 1958-1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo Departamento de História e remetidos ao CAPH entre 1982 e 1991  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- 20.43 Simão Mathias  
*Datas-limite:* 1942-1985  
*Extensão:* 9 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados por Melissa Ian, da Universidade do Texas  
Organizado, dispõe de catálogo  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elizabeth Mirra ou Maria Aparecida Ferreira  
(caph@usp.br)
- Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL)
- 20.44 Eni de Mesquita Samara  
*Datas-limite:* déc. 1650-1950  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo CEDHAL ao longo do desenvolvimento de projetos pesquisa

- liderados pela titular  
Organização em andamento, dispõe de base de dados e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Dario Horácio Gutierrez (cedhal@edu.usp.br)
- 20.45 Maria Luiza Marcílio  
*Datas-limite:* déc. 1650-1950  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo CEDAHL ao longo do desenvolvimento de projetos pesquisa liderados pela titular  
Organização em andamento, dispõe de base de dados e guia  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Cláudia Marques (cedhal@edu.usp.br)
- Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU)
- 20.46 Maria Isaura Pereira de Queiroz  
*Datas-limite:* déc. 1950-2000  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no CERU após o falecimento da titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Helena Antuniassi (ceru@usp.br)
- Departamento de Antropologia
- 20.47 João Baptista Borges Pereira  
*Datas-limite:* déc. 1960-2010  
*Extensão:* 10,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permanecem sob custódia do titular, armazenados em sua sala  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Celso Gonçalves (celsocg@usp.br)
- Departamento de Letras Orientais
- 20.48 Beatriz Diniz  
*Datas-limite:* 1994  
*Extensão:* 1 documento  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o documento permaneceu na sala da titular após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Sarkis Sarkissian (sarkis.sarkissian@gmail.com)
- 20.49 Sandra Maria Silva Palomo  
*Datas-limite:* déc. 1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala da

- titular após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
*Responsável:* Sarkis Sarkissian (sarkis.sarkissian@gmail.com)
- 20.50 Yêda de Moraes Camargo  
*Datas-limite:* 2002-2003  
*Extensão:* 1 pasta  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala da docente após seu desligamento da universidade  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
*Responsável:* Sarkis Sarkissian (sarkis.sarkissian@gmail.com)
- Departamento de Sociologia
- 20.51 Antônio Flávio de Oliveira Pierucci  
*Datas-limite:* 2007-2012  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados na secretaria do departamento após o falecimento do docente e a desocupação de sua sala  
Acesso: restrito  
*Responsável:* Leci da Silva (fsl@usp.br)
- 20.52 Teófilo de Queiroz Júnior  
*Datas-limite:* 1997-2007  
*Extensão:* 9 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala do docente após seu falecimento  
Acesso: restrito  
*Responsável:* Leci da Silva (fsl@usp.br)
- Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB)
- 20.53 Gil Sodero de Toledo  
*Datas-limite:* déc. 1960-1970  
*Extensão:* 5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos estavam em um depósito e foram transferidos para o laboratório  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
Acesso: restrito  
*Responsável:* Rogério Alves (11 3091-3787)
- Laboratório de Geografia Humana (LABUR)
- 20.54 Armando Corrêa da Silva  
*Datas-limite:* déc. 1980-1990  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos e livros estavam parte na sala do titular, parte em caixas de papelão no “espaço aquário” do

- edifício de Geografia e História. Foram transferidos para o laboratório em razão do falecimento do titular  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Floripes Garcia (labur@usp.br)
- 20.55 Lea Goldenstein  
*Datas-limite:* déc. 1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos da sala do titular para o laboratório após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Floripes Garcia (labur@usp.br)
- 20.56 Margarida Maria de Andrade  
*Datas-limite:* déc. 1970-1990  
*Extensão:* 0,65 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos da sala da titular para o laboratório após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Floripes Garcia (labur@usp.br)
- 20.57 Odette Carvalho de Lima Seabra  
*Datas-limite:* déc. 1980-1990  
*Extensão:* 5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos da sala da titular para o laboratório após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Floripes Garcia (labur@usp.br)
- Laboratório de Pedologia (LABOPED)
- 20.58 Allain Ruellan  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o titular foi professor visitante do departamento de geografia durante a década de 1980. Após seu desligamento, seus documentos foram deixados no laboratório  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marcos Pinheiro (geografo-marcos@yahoo.com.br)
- 20.59 José Pereira de Queiroz Neto  
*Datas-limite:* déc. 1950-1990 *Extensão:* 4 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados no laboratório após a aposentadoria do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

- Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marcos Pinheiro (geografo-marcos@yahoo.com.br)
- 20.60 Selma Simões de Castro  
*Datas-limite:* déc. 1970-1990  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados no laboratório após a aposentadoria da titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marcos Pinheiro (geografo-marcos@yahoo.com.br)
- Laboratório de Pesquisa Social (LAPS)
- 20.61 Lísias Nogueira Negrão  
*Datas-limite:* 1976-1979  
*Extensão:* 10 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo titular ao longo do desenvolvimento de suas pesquisas e enquanto coordenador do Centro de Estudos da Religião. Após sua aposentadoria e extinção do centro de estudos, os documentos foram transferidos para o LAPS  
Organização em andamento, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Angela Alonso (laps@usp.br)
- 21 Faculdade de Medicina (FM)**
- Museu Histórico “Professor Carlos da Silva Lacaz”
- 21.1 Abílio Martins de Castro  
*Datas-limite:* 1929-1985  
*Extensão:* 13 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelou (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.2 Adherbal Pinheiro Machado Tolosa  
*Datas-limite:* 1916-1969  
*Extensão:* 8 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelou (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.3 Adib Domingos Jatene



- Datas-limite:* 1989-1996  
*Extensão:* 18 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.4 Agostinho Bettarello  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* (não definida)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* os documentos se encontram em processo de identificação e contagem
- 21.5 Alberto Carvalho da Silva  
*Datas-limite:* 1949-1998  
*Extensão:* 15 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.6 Alexandrino de Moraes Pedroso  
*Datas-limite:* 1904-1923  
*Extensão:* 11 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.7 Alfonso Bovero  
*Datas-limite:* 1918-1937  
*Extensão:* 13 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de

compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada

21.8 Alfonso Splendore

*Datas-limite:* 1908-1963  
*Extensão:* 40 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)

21.9 Alípio Corrêa Neto

*Datas-limite:* 1916-1998  
*Extensão:* 40 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)

21.10 André Dreyfus

*Datas-limite:* 1966  
*Extensão:* 2 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada

21.11 Antônio Carlos Pacheco e Silva

*Datas-limite:* 1918-1988  
*Extensão:* 6 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e

- contabilizada
- 21.12 Antônio de Almeida Prado  
*Datas-limite:* 1941-1965  
*Extensão:* 10 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.13 Antonio Frederico Branco Lefevre  
*Datas-limite:* 1977-1981  
*Extensão:* 10 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.14 Arnaldo Amado Ferreira  
*Datas-limite:* 1921-1994  
*Extensão:* 18 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.15 Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho  
*Datas-limite:* 1911-2000  
*Extensão:* 100 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* há documentos, não pertencentes ao titular, que aguardam remanejamento
- 21.16 Benedicto Augusto de Freitas Montenegro  
*Datas-limite:* 1927-1963

- Extensão:* 30 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.17 *Cantídio de Moura Campos*  
*Datas-limite:* 1919-1990  
*Extensão:* 43 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.18 *Carlos Alberto Salvatore*  
*Datas-limite:* 1951-1999  
*Extensão:* 150 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.19 *Carlos da Silva Lacaz*  
*Datas-limite:* 1934-2002  
*Extensão:* 10 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.20 *Carmo Lordy*  
*Datas-limite:* 1915-1971  
*Extensão:* 54 documentos  
*Grupos:* discência  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre

- Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.21 *Celestino Bourroul*  
*Datas-limite:* 1889-1989  
*Extensão:* 55 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.22 *Charles Edward Corbett*  
*Datas-limite:* 1955-1983  
*Extensão:* 71 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.23 *Daher Elias Cutait*  
*Datas-limite:* 1940-2005  
*Extensão:* 11 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.24 *Domingos Rubião Alves Meira*  
*Datas-limite:* 1923-1940  
*Extensão:* 7 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.25 *Durval Marcondes Bellegarde*  
*Datas-limite:* 1923-1981  
*Extensão:* 24 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de

- compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.26 Edmundo Vasconcelos  
Datas-limite: 1935-1982  
Extensão: 26 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.27 Eduardo Etzel  
Datas-limite: 1932-2001  
Extensão: 37 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
Observações: parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.28 Eduardo Maffei  
Datas-limite: 1972-1989  
Extensão: 75 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.29 Eduardo Marcondes Machado  
Datas-limite: 1979-2001  
Extensão: 11 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.30 Enjolras Vampré  
Datas-limite: 1935  
Extensão: 1 documento

- Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.31 *Erasmu Magalhães Castro de Tolosa*  
*Datas-limite:* (não definidas)  
*Extensão:* (não definida)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.32 *Ernesto de Souza Campos*  
*Datas-limite:* 1923-1993  
*Extensão:* 20 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.33 *Eurico Branco Ribeiro*  
*Datas-limite:* 1922-1977  
*Extensão:* 45 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.34 *Eurico da Silva Bastos*  
*Datas-limite:* (não definidas)  
*Extensão:* (não definida)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*

- Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* os documentos encontram-se em processo de identificação e contagem
- 21.35 *Euryclides Jesus Zerbini*  
*Datas-limite:* 1936-1993  
*Extensão:* 33 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.36 *Fábio Schmidt Goffi*  
*Datas-limite:* 1944  
*Extensão:* 20 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.37 *Flamínio Fávero*  
*Datas-limite:* 1918-1982  
*Extensão:* 24 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.38 *Florianio Paulo de Almeida*  
*Datas-limite:* 1900-1975  
*Extensão:* 4,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.39 *Francisco Elias de Godoy Moreira*  
*Datas-limite:* 1940-1981  
*Extensão:* 15 documentos



- Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.40 Henrique Lindenberg  
*Datas-limite:* 1923-1926  
*Extensão:* 2 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.41 Henrique Walter Pinnotti  
*Datas-limite:* (não definidas)  
*Extensão:* (não definida)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* os documentos encontram-se em processo de identificação e contagem
- 21.42 Jayme Regallo Pereira  
*Datas-limite:* 1926-1952  
*Extensão:* 11 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.43 João Aguiar Pupo  
*Datas-limite:* 1911-1990  
*Extensão:* 231 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)

- 21.44 João Alves Meira  
*Datas-limite:* 1943-1970  
*Extensão:* 30 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.45 João Baptista de Freitas Montenegro  
*Datas-limite:* 1908-1981  
*Extensão:* 68 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.46 João Carvalhal Ribas  
*Datas-limite:* 1946-1982  
*Extensão:* 16 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.47 José Ayres Netto  
*Datas-limite:* 1910-1982  
*Extensão:* 30 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.48 Lilia Blima Schreiber  
*Datas-limite:* 1878-1994  
*Extensão:* 1,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado

- Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.49 Luciano Gualberto  
Datas-limite: 1929-1957  
Extensão: 220 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.50 Ludgero da Cunha Motta  
Datas-limite: 1923-1967  
Extensão: 33 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.51 Luiz Venere Décourt  
Datas-limite: 1933-2001  
Extensão: 70 documentos  
Grupos: discência, docência/pesquisa, vida funcional  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.52 Manoel Augusto Pirajá da Silva  
Datas-limite: 1897-1987  
Extensão: 93 documentos  
Grupos: docência/pesquisa  
Histórico da custódia: os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
Organização em andamento, dispõe de listagem  
Acesso: livre  
Responsável: Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
Observações: parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.53 Mário Ramos de Oliveira  
Datas-limite: 1918-1997  
Extensão: 2 metros lineares (estimada)  
Grupos: discência, docência/pesquisa

- Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.54 *Nicolau de Moraes Barros*  
*Datas-limite:* 1921-1976  
*Extensão:* 21 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.55 *Odorico Machado de Souza*  
*Datas-limite:* 1933-2000  
*Extensão:* 63 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.56 *Orlando Lodovici*  
*Datas-limite:* 1978-1990  
*Extensão:* 5 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.57 *Oscar Freire de Carvalho*  
*Datas-limite:* 1915-1921  
*Extensão:* 22 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.58 *Oswaldo Mellone*  
*Datas-limite:* 1937  
*Extensão:* 1 documento

- Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.59 *Ovídio Pires de Campos*  
*Datas-limite:* 1910-1981  
*Extensão:* 25 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.60 *Paulo de Almeida Toledo*  
*Datas-limite:* 1956-1982  
*Extensão:* 30 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.61 *Paulo Sawaya*  
*Datas-limite:* 1935-1985  
*Extensão:* 14 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.62 *Pedro Alcântara Marcondes Machado*  
*Datas-limite:* 1925-1945  
*Extensão:* 15 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*

- Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.63 *Pedro Dias da Silva*  
*Datas-limite:* 1927-1929  
*Extensão:* 3 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.64 *Raul Carlos Briquet*  
*Datas-limite:* 1911-1953  
*Extensão:* 25 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.65 *Renato Locchi*  
*Datas-limite:* 1937-1978  
*Extensão:* 14 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.66 *Ruy Ferreira-Santos*  
*Datas-limite:* 1910-2001  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela filha do titular.  
*Organização em andamento, dispõe de listagem*  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.67 *Samuel Barnsley Pessoa*  
*Datas-limite:* 1931-1976  
*Extensão:* 14 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa

- Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.68 *Sergio de Paiva Meira Filho*  
*Datas-limite:* 1928-1988  
*Extensão:* 67 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)
- 21.69 *Ted Easton de Easton*  
*Datas-limite:* 1922-2001  
*Extensão:* 19 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* contém documentos de Verônica Easton, esposa do titular
- 21.70 *Virgílio Alves de Carvalho Pinto*  
*Datas-limite:* 1977-1979  
*Extensão:* 9 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada
- 21.71 *Waldomiro de Paula*  
*Datas-limite:* 1972-1980  
*Extensão:* 3 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado Organização em andamento, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre

*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)  
*Observações:* parte do acervo ainda não foi identificada e contabilizada

21.72 Walter Haberfeld

*Datas-limite:* 1910-1993

*Extensão:* 17 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram originalmente colecionados pelo professor Carlos da Silva Lacaz, com o intuito de compor o acervo da Faculdade de Medicina, por ele idealizado

*Organização em andamento, dispõe de listagem*

*Acesso:* livre

*Responsável:* Gustavo Tarelow (mhistorico@museu.fm.usp.br)

**22 Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ)**

Biblioteca

22.1 Ernesto Antônio Matera

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 4 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela família do titular

*Não organizado, sem instrumentos de pesquisa*

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Rosa Maria Fischi (bibfmvz@usp.br)

Museu Histórico

22.2 Idércio Luiz Senhorini

*Datas-limite:* 1982-1995

*Extensão:* 1,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* após a aposentadoria do titular, os documentos foram reunidos pela secretária Shirlei da Silva e doados ao museu histórico da FMVZ

*Não organizado, sem instrumentos de pesquisa*

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maurício da Silva (maumal@usp.br)

**23 Faculdade de Odontologia (FO)**

Departamento de Odontologia Social

23.1 Moacyr da Silva

*Datas-limite:* 2003-2008

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na secretaria após o desligamento do titular

*Não organizado, sem instrumentos de pesquisa*

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Sônia Lopes (soniacas@usp.br)

**24 Faculdade de Saúde Pública (FSP)**

Centro de Memória

24.1 Éris Focessi Lencastre



- Datas-limite:* déc. 1970  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.2 Francisco Borges Vieira  
*Datas-limite:* 1920-1981  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.3 Geraldo Horácio de Paula Souza  
*Datas-limite:* 1865-1990  
*Extensão:* 3 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* após a morte do titular, o então diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, Vicente Sampaio Lara, criou comissão de memória incumbida de reunir documentos de Geraldo Horácio de Paula Souza. O trabalho continuou nas décadas seguintes, embora os documentos não tivessem recebido, àquela época, tratamento técnico  
Não organizado, dispõe de inventário  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.4 José Santos  
*Datas-limite:* 1855-1991  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.5 Maria Antonieta de Castro  
*Datas-limite:* déc. 1930-1980  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)

- 24.6 Nelly Martins Ferreira Candeias  
*Datas-limite:* déc. 1980-1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.7 Rodolfo dos Santos Mascarenhas  
*Datas-limite:* déc. 1900-1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)
- 24.8 Ruy Laurentti  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Prof. Maria da Penha Vasconcellos  
(memoria@fsp.usp.br)

## **25 Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG)**

### Biblioteca

- 25.1 Abrahão de Moraes  
*Datas-limite:* 1951-1964  
*Extensão:* 12 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pela família do titular, após seu falecimento  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Sandra dos Santos (bibdiag@edu.usp.br)
- 25.2 Alypio Leme de Oliveira  
*Datas-limite:* 1503-1955  
*Extensão:* 41,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela família do titular, após seu falecimento  
Organização em andamento, dispõe de base de dados  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Sandra dos Santos (bibdiag@edu.usp.br)
- 25.3 Rubens Junqueira Villela  
*Datas-limite:* déc. 1960-1970

*Extensão:* 3 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na unidade após a aposentadoria do titular  
*Organizado,* sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Sandra dos Santos (bibdiag@edu.usp.br)

Departamento de Astronomia

25.4 José Antônio de Freitas Pacheco

*Datas-limite:* 1968-2000

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram armazenados na estação meteorológica do IAG, no bairro da Água Funda, entre 1993 e 2002, quando foram transferidos para a sede do instituto, na Cidade Universitária

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Roberto Costa (roberto.costa@iag.usp.br)

25.5 Patan Deen Singh

*Datas-limite:* 1975-1976

*Extensão:* 1 pasta

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação

*Histórico da custódia:* os documentos ficaram sob responsabilidade do prof. Amaury de Almeida, após o falecimento do titular em 1999

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Amaury de Almeida

(amaury.almeida@iag.usp.br)

Departamento de Ciências Atmosféricas

25.6 Oswaldo Massambani

*Datas-limite:* 1970-2000

*Extensão:* 7,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala do titular após sua aposentadoria. Atualmente, o espaço passa por processo de desocupação

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Elisabete Silva (betefs@model.iag.usp.br)

Departamento de Geofísica

25.7 Jesus Antonio Berrocal Gomez

*Datas-limite:* 1980-2000

*Extensão:* 1 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pela secretaria do departamento

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maria Perpétua Couto (geofisica@iag.usp.br)

25.8 Kenkichi Fujimori

*Datas-limite:* déc. 1970-1980

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no departamento após o falecimento do titular

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maria Perpétua Couto (geofisica@iag.usp.br)

25.9 Nelsi Côgo de Sá

*Datas-limite:* déc. 1970-2000

*Extensão:* 6 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados no laboratório após a aposentadoria do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Maria Perpétua Couto (geofisica@iag.usp.br)

**26 Instituto de Biociências (IB)**

Departamento de Botânica

26.1 Aylthon Brandão Joly

*Datas-limite:* 1887-2007

*Extensão:* 12,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram deixados no laboratório após a aposentadoria do titular

Organizado, dispõe de catálogo

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Mariana Cabral (mcdolive@ib.usp.br)

26.2 Aylthon Brandão Joly

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 1,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* com o falecimento do titular, os documentos permaneceram no herbário do Departamento de Botânica (então instalado no Edifício André Dreyfus) até 1996. Em 1997, o arquivo foi transferido para o Edifício Aylthon Brandão Joly.

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. José Pirani (pirani@usp.br)

26.3 Berta Lange de Morretes

*Datas-limite:* déc. 1940-2010

*Extensão:* 47,5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram produzidos e acumulados pela titular ao longo de sua carreira na universidade, permanecendo sob sua custódia

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Berta Lange de Morretes ou Silvana Sobral (silsobral@ihotmail.com)

26.4 *Felix Kurt Rawister*

*Datas-limite:* 1941-1946

*Extensão:* 4 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram no herbário do Departamento de Botânica (então instalado no Edifício André Dreyfus) até 1996. Em 1997, foram transferidos para o Edifício Aylthon Brandão Joly.

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. José Pirani (pirani@usp.br)

26.5 *Margarida Ventrurelli*

*Datas-limite:* déc. 1970-1980

*Extensão:* 1 pasta

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* ainda em vida, a titular manifestou o desejo de doar seu arquivo para a universidade, mas os procedimentos para a doação não foram formalizados. Após o falecimento da titular, os documentos ficaram em poder do professor Gregório Ceccantini

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Gregório Ceccantini (gregorio@usp.br)

Departamento de Genética e Biologia Evolutiva

26.6 *André Dreyfus*

*Datas-limite:* 1929-1963

*Extensão:* 1 metro linear (estimada)

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)

26.7 *Andre Luiz Paranhos Perondini*

*Datas-limite:* 1978

*Extensão:* 2 pastas

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)

26.8 *Antônio Brito da Cunha*

*Datas-limite:* 1918-2006

*Extensão:* 28,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa

- Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.9 *Crodowaldo Pavan*  
*Datas-limite:* déc. 1920-1980  
*Extensão:* 197,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
 Não organizado, dispõe de listagem (parcial)  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.10 *Denise Maria Peccinini Seale*  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento da titular  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.11 *Eunice Judith Cardoso de Almeida*  
*Datas-limite:* déc. 1960-1990  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento da titular  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.12 *Luiz Edmundo de Magalhães*  
*Datas-limite:* déc. 1970-1980  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada)  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.13 *Maria Augusta Querubim Rodrigues Pereira*  
*Datas-limite:* déc. 1970-1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito

- Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.14 *Maria Lucia Benozzati*  
*Datas-limite:* 1938-2005  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.15 *Pedro Henrique Saldanha*  
*Datas-limite:* 1960-2002  
*Extensão:* 4 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.16 *Priscilla Guimarães Otto*  
*Datas-limite:* 1961-2006  
*Extensão:* 7 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.17 *Renato Basile*  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 1 metro linear (estimada) *Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram preservados pelo professor Carlos Vilela após o desligamento do titular  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Carlos Vilela (crvilela@ib.usp.br)
- 26.18 *Silvio de Almeida Toledo Filho*  
*Datas-limite:* 1937-1997  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* após o falecimento do titular, os documentos ficaram sob responsabilidade da professora Lurdes de Almeida Toledo.  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Lurdes de Almeida Toledo (lftoledo@ib.usp.br)
- Departamento de Zoologia
- 26.19 *Diva Diniz Corrêa*  
*Datas-limite:* 1949-1960

- Extensão:* 17 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
 Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marly de Almeida(marlusal@ib.usp.br)
- 26.20 *Ernst Gustav Gotthelf Marcus*  
*Datas-limite:* déc. 1930-1980  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marly de Almeida (marlusal@ib.usp.br)
- 26.21 *Eveline du Bois Reymond Marcus*  
*Datas-limite:* déc. 1920-1980  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* (desconhecido)  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marly de Almeida (marlusal@ib.usp.br)
- 26.22 *Osmar Domaneschi*  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* 52 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pelo professor André Carrara Morandini  
 Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marly de Almeida (marlusal@ib.usp.br)
- 27 Instituto de Energia e Ambiente (IEE)**  
**(antigo Instituto de Eletrotécnica e Energia)**  
 Biblioteca
- 27.1 *Carlos Américo Morato de Andrade*  
*Datas-limite:* 1990-1999  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados como parte da produção científica do docente, embora representem suas atividades de gestão  
 Organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Maria da Penha Oliveira (biblioteca@iee.usp.br)
- 27.2 *Orlando Silvio Lobosco*  
*Datas-limite:* 1991-2001  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados como parte



da produção científica do docente, embora representem suas atividades de gestão

Organizado, dispõe de listagem

Acesso: livre

*Responsável:* Maria da Penha Oliveira (biblioteca@iee.usp.br)

## **28 Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**

### Arquivo

#### 28.1 Alice Piffer Canabrava

*Datas-limite:* 1937-1994

*Extensão:* 167 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional

*Histórico da custódia:* doado por Hebe Marséglio Carvalho, sobrinha da titular, em 2003

Organizado, dispõe de base de dados e guia

Acesso: livre

*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)

#### 28.2 Fernando de Azevedo

*Datas-limite:* 1927-1930

*Extensão:* 17.476 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pelo titular

Organizado, dispõe de base de dados e guia

Acesso: livre

*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)

#### 28.3 Fernando Henrique Mendes de Almeida

*Datas-limite:* 1931-1946

*Extensão:* 12 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela família do titular

Organizado, dispõe de guia

Acesso: livre

*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)

#### 28.4 José Aderaldo Castello

*Datas-limite:* 1951-1989

*Extensão:* (não definida)

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* a arquivo foi comprado pela universidade e doado ao IEB em 2008

Não organizado, dispõe de guia

Acesso: livre

*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)

#### 28.5 Maria José Cotrim Garaude Gianotti

*Datas-limite:* s.d.

*Extensão:* 1.149 documentos

*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pela família da titular

Não organizado, dispõe de base de dados e guia

Acesso: livre

- Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.6 *Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo*  
*Datas-limite:* 1914-1996  
*Extensão:* 420 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram doados pela titular  
Não organizado, dispõe de base de dados e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.7 *Marlyse Madeleine Meyer*  
*Datas-limite:* 1688-2007  
*Extensão:* 4.239 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado por Aline Silvia Meyer, filha da titular  
Organização em andamento, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.8 *Marta Rossetti Batista*  
*Datas-limite:* s.d.  
*Extensão:* (não definida)  
*Grupos:* (sem informação)  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado por Luiz Olavo Batista, viúvo da titular  
Não organizado, dispõe de guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.9 *Milton Almeida dos Santos*  
*Datas-limite:* 1964-2003  
*Extensão:* 770 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi doado pela viúva do titular em 2009  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.10 *Pierre Monbeig*  
*Datas-limite:* 1898-1990  
*Extensão:* 980 documentos  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* o arquivo foi comprado pelo Banco Sudameris e doado à USP. Foi incorporado ao acervo do IEB em 1990. Completado por novas doações em 1995, 2000 e 2002  
Organizado, dispõe de base de dados e guia  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)
- 28.11 *Raul de Andrada e Silva*  
*Datas-limite:* 1934-1936  
*Extensão:* 5.580 documentos  
*Grupos:* docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* parte dos documentos foi doada pelo titular em 1991. A coleção foi complementada em 1993, por meio de doação realizada pelo sobrinho do titular  
Não organizado, dispõe de guia

*Acesso:* livre

*Responsável:* Elisabete Ribas (arquivoieb@usp.br)

## **29 Instituto de Física (IF)**

Acervo Histórico do IFUSP

### 29.1 Amélia Império Hamburger

*Datas-limite:* déc.1940-2000

*Extensão:* 55 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos, que estavam na sala da titular, foram recolhidos após o seu falecimento

Organização em andamento, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Walkiria Chassot (wchassot@gmail.com)

### 29.2 Mário Schenberg

*Datas-limite:* déc. 1930-1990

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos, após o falecimento do titular, passaram a ser custodiados pela professora Amélia Hamburger

Organizado, dispõe de inventário

*Acesso:* livre

*Responsável:* Walkiria Chassot (wchassot@gmail.com)

Departamento de Física Nuclear

### 29.3 Marília Teixeira da Cruz

*Datas-limite:* 1961-1996

*Extensão:* 0,5 metro linear

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* após o falecimento da titular, parte de seus documentos foi descartada e o restante permaneceu sob responsabilidade da professora Emico Okuno

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Emico Okuno (contato não divulgado por opção do responsável)

## **30 Instituto de Geociências (IGc)**

Departamento de Geologia Ambiental e Sedimentar

### 30.1 Kenitiro Suguio

*Datas-limite:* 1960-2013

*Extensão:* 15 documentos

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* os documentos permanecem sob custódia do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Kenitiro Suguio (kenitirosuguio@hotmail.com)

30.2 Setembrino Petri

*Datas-limite:* déc.1920-2010

*Extensão:* 26 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permanecem sob custódia do titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Prof. Setembrino Petri (spetri@usp.br)

Departamento de Mineralogia e Geotectônica

30.3 Francisco Rubens Alves

*Datas-limite:* déc. 1950-2000

*Extensão:* 5 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram permaneceram na sala do titular, após sua aposentadoria

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Sônia Vieira (gmigc@usp.br)

**31 Instituto de Matemática e Estatística (IME)**

Biblioteca

31.1 Benedicto Castrucci

*Datas-limite:* 1923-1982

*Extensão:* 1 metro linear

*Grupos:* discência, docência/pesquisa

*Histórico da custódia:* o acervo foi doado pela família do titular

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* parcialmente restrito (acesso livre apenas à biblioteca pessoal)

*Responsável:* Elisabete Oliveira ou Elisabeth dos Santos

(bib@ime.usp.br)

Departamento de Matemática Aplicada

31.2 Angelo Barone Netto

*Datas-limite:* déc. 1950-2000

*Extensão:* 40 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala do titular, após seu falecimento

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Cristiane Costa (secmap@ime.usp.br)

31.3 Cyro de Carvalho Patarra

*Datas-limite:* déc.1970-2000

*Extensão:* 40 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, identificação  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala do titular, após sua aposentadoria  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Cristiane Costa (secmap@ime.usp.br)

31.4 Daniel Bauman Henry

*Datas-limite:* 1990-2007  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram encaminhados pelo docente à secretaria do departamento  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Cristiane Costa (secmap@ime.usp.br)

31.5 Waldyr Muniz Oliva

*Datas-limite:* déc.1980-1990  
*Extensão:* 0.5 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram encaminhados pelo docente à secretaria do departamento  
Organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Cristiane Costa (secmap@ime.usp.br)

**32 Instituto de Psicologia (IP)**

Centro de Memória

32.1 Carolina Martuscelli Bori

*Datas-limite:* 1942-2004  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* após o falecimento da titular, os documentos foram transferidos de sua sala para a biblioteca  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* livre  
*Responsável:* Vanessa Martins (cmipusp@usp.br)

Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade

32.2 Ligia Assumpção Amaral

*Datas-limite:* 1942-2002  
*Extensão:* 11,5 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na sala da titular, após seu falecimento. A família também realizou doação de outros materiais  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Marie Claire Sekkel (sekkel@usp.br)

32.3 Oswaldo de Barros Santos

*Datas-limite:* 1965-1998  
*Extensão:* 0,6 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão  
*Histórico da custódia:* os documentos encontram-se misturados aos que compõem o arquivo da professora Rachel Lea Rosenberg  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Henriette Morato (hmorato@usp.br)

32.4 Rachel Lea Rosenberg

*Datas-limite:* 1967-2004  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram legados pela titular, antes de seu falecimento, à professora Henriette Morato  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Henriette Morato (hmorato@usp.br)

**33 Instituto de Química (IQ)**

Biblioteca

33.1 Otto Richard Gottlieb

*Datas-limite:* déc. 1940-2000  
*Extensão:* 134 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos da residência do titular, no Rio de Janeiro, e passaram por tratamento de irradiação no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Marina Yamashita (maya@iq.usp.br)

Departamento de Química Fundamental

33.2 Paschoal Ernesto Américo Senise

*Datas-limite:* déc. 1940-2010  
*Extensão:* 16 metros lineares  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos, acumulados pelo titular em sua sala, e permaneceram no instituto após seu falecimento  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Lúcio Angnes (luangnes@iq.usp.br)

**34 Instituto Oceanográfico (IO)**

Departamento de Oceanografia Biológica

34.1 Edmundo Ferraz Nonato

*Datas-limite:* déc. 1940-2000  
*Extensão:* 10,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permanecem em poder do

titular, em sua sala. Há diversos materiais relacionados ao laboratório oceanográfico Base Norte (Ubatuba)  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* restrito  
*Responsável:* Prof. Edmundo Nonato (efnonato@usp.br)

Museu Oceanográfico

34.2 Wladimir Besnard

*Datas-limite:* déc. 1920-1950

*Extensão:* 1 pasta

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram doados ao museu

Organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* livre

*Responsável:* Eloisa Maia (museu.io@usp.br)

**35 Museu de Arqueologia e Etnografia (MAE)**

Divisão de Apoio à Pesquisa e Extensão – Serviço Técnico de Gerenciamento da Documentação

35.1 Dorath Pinto Uchôa

*Datas-limite:* déc. 1960-1990

*Extensão:* 2 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos da sala da titular, após sua aposentadoria

Organizado, dispõe de listagem

*Acesso:* livre

*Responsável:* Francisca Figols (bibmae@usp.br)

35.2 Vera Penteado Coelho

*Datas-limite:* 1897-2001

*Extensão:* 19 metros lineares

*Grupos:* discência, docência/pesquisa, gestão

*Histórico da custódia:* (desconhecido)

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* livre

*Responsável:* Francisca Figols (bibmae@usp.br)

**36 Museu de Arte Contemporânea (MAC)**

Divisão de Pesquisa em Arte – Teoria e Crítica

36.1 Daisy Valle Machado Peccinini de Alvarado

*Datas-limite:* 1978-2004

*Extensão:* 1,5 metros lineares

*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, identificação, vida funcional

*Histórico da custódia:* os documentos foram acondicionados em um armário na secretaria, após a aposentadoria da titular

Não organizado, sem instrumentos de pesquisa

*Acesso:* restrito

*Responsável:* Andréa Pacheco (11 3091-3039)

**37 Museu de Zoologia (MZ)**

Divisão de Difusão Cultural

37.1 Carlos Octaviano da Cunha

*Datas-limite:* déc. 1930-1940

- Extensão:* 2 pastas  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na instituição após o desligamento do titular  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* parcialmente restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)
- 37.2 *Ernst Gustav Gotthelf Marcus*  
*Datas-limite:* déc. 1970-1980  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa  
*Histórico da custódia:* os documentos foram acumulados pelo casal Ernst e Eveline Marcus. Após o falecimento de Eveline, o arquivo permaneceu na sala anteriormente ocupada pelo casal, sendo posteriormente armazenado em um depósito no Instituto de Biociências. O fundo passou por fragmentações, dado os livros que o compunham foram distribuídos e a coleção malacológica e outros documentos foram transferidos para o Museu de Zoologia  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* parcialmente restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)
- 37.3 *Gilberto Righi*  
*Datas-limite:* déc. 1960-1990  
*Extensão:* 0,5 metro linear  
*Grupos:* discência, docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos estavam armazenados no Instituto de Biociências e foram transferidos para o Museu de Zoologia  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* parcialmente restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)
- 37.4 *Hans Reichardt Filho*  
*Datas-limite:* déc. 1960-1970  
*Extensão:* 1 pasta  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos foram transferidos para o Museu de Zoologia quando da doação da biblioteca pessoal do titular pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
Não organizado, sem instrumentos de pesquisa  
*Acesso:* parcialmente restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)
- 37.5 *Hélio Ferraz de Almeida Camargo*  
*Datas-limite:* déc. 1940  
*Extensão:* 1 metro linear  
*Grupos:* docência/pesquisa, gestão, vida funcional  
*Histórico da custódia:* os documentos permaneceram na instituição após o desligamento do titular  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* parcialmente restrito



*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)  
37.6 Olivério Mário de Oliveira Pinto  
*Datas-limite:* déc. 1940  
*Extensão:* 2,5 metros lineares  
*Grupos:* docência/pesquisa, vida funcional  
*Histórico da custódia:* após o falecimento do titular, os documentos permaneceram em poder de sua filha, a professora Eudóxia Froelich, que os doou posteriormente ao Museu de Zoologia  
Não organizado, dispõe de listagem  
*Acesso:* parcialmente restrito  
*Responsável:* Prof. Maria Isabel Landim (ddcmz@usp.br)

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

---

### A

Alcântara, Glete de: 6.1  
Almeida, Eunice Judith Cardoso de: 26.11  
Almeida, Fernando Henrique Mendes de: 28.3  
Almeida, Floriano Paulo de: 21.38  
Almeida, Maria Christina Barbosa de: 14.4  
Alvarado, Daisy Valle Machado Peccinini de: 36.1  
Alves, Francisco Rubens: 30.3  
Alves, Zélia Maria Mendes Biasoli: 9.3  
Amaral, Ligia Assumpção: 32.2  
Andrade, Carlos Américo Morato de: 27.1  
Andrade, Margarida Maria de: 20.56  
Araújo Filho, José Ribeiro: 20.29  
Ássy, Tufi Mamed: 15.3  
Ayres Netto, José: 21.47  
Azanha, José Mário Pires: 19.1  
Azevedo, Antonio Junqueira de: 7.1  
Azevedo, Fernando de: 28.2

### B

Barone Netto, Angelo: 31.2  
Barros, Nicolau de Moraes: 21.54  
Basile, Renato: 26.17  
Bassi, Achille: 12.1  
Basso, Admir: 11.1  
Bastos, Eurico da Silva: 21.34  
Batista, Marta Rossetti: 28.8  
Bellegarde, Durval Marcondes: 21.25  
Benozzati, Maria Lucia: 26.14  
Berbet, Alceu: 1.2  
Berrocal Gomez, Jesus Antonio: 25.7  
Besnard, Wladimir: 34.2  
Bettarello, Agostinho: 21.4  
Bianchi, Ana Maria Afonso Ferreira: 18.3  
Bori, Carolina Martuscelli: 32.1  
Bourroul, Celestino: 21.21  
Bovero, Alfonso: 21.7  
Briquet, Raul Carlos: 21.64

### C

Camargo, Hélio Ferraz de Almeida: 37.5  
Camargo, Maria Thereza Lemos de Arruda: 28.6  
Camargo, Yêda de Moraes: 20.50  
Campello Netto, Antonio Heráclito de: 14.8  
Campino, Antonio Carlos Coelho: 18.4  
Campos, Cantídio de Moura: 21.17  
Campos, Ernesto de Souza: 21.32  
Campos, Ovídio Pires de: 21.59  
Canabrava, Alice Piffer: 28.1  
Candeias, Nelly Martins Ferreira: 24.6  
Caron, Jorge Osvaldo: 11.2  
Carone, Edgar: 2.1, 20.16  
Carvalho Filho, José Juliano de: 18.1  
Carvalho, Anna Maria Pessoa de: 19.9  
Carvalho, Arnaldo Augusto Vieira de: 21.15  
Carvalho, Joaquim Manoel Godinho Braga Barradas de: 20.28  
Carvalho, Laerte Ramos de: 19.6  
Carvalho, Oscar Freire de: 21.57  
Castello, José Aderaldo: 28.4  
Castilho, Ataliba Teixeira de: 20.2  
Castilho, Edison: 18.2  
Castro, Abílio Martins de: 21.1  
Castro, Maria Antonieta de: 24.5  
Castro, Selma Simões de: 20.60  
Castrucci, Benedicto: 31.1  
Coelho, Vera Penteado: 35.2  
Coelho Netto, José Teixeira: 14.3  
Collichio, Therezinha Alves Ferreira: 19.8  
Coltrinari, Lylia Zulma Doris: 20.32  
Contier, Arnaldo Daraya: 20.10  
Corbett, Charles Edward: 21.22  
Corrêa, Diva Diniz: 26.19  
Corrêa Neto, Alípio: 21.9  
Costa, João Cruz: 20.1

Covian, Miguel Rolando: 10.1  
Cruz, Marília Teixeira da: 29.3  
Cunha, Antônio Brito da: 26.8  
Cunha, Carlos Octaviano da: 37.1  
Cutait, Daher Elias: 21.23

## **D**

Décourt, Luiz Venere: 21.51  
Dias, Carlos Alberto Nunes: 15.2  
Dias, Maria Odila Leite da Silva:  
20.34  
Diniz, Beatriz: 20.48  
Domaneschi, Osmar: 26.22  
Dreyfus, André: 21.10, 26.6

## **E**

Easton, Ted Easton de: 21.69  
ECA: ver Escola de Comunicações e  
Artes  
EEL: ver Escola de Engenharia de  
Lorena  
EERP: ver Escola de Enfermagem de  
Ribeirão Preto  
Ellis, Myriam: 20.37  
Ellis Júnior, Alfredo: 20.9  
EP: ver Escola Politécnica  
ESALQ: ver Escola Superior de  
Agricultura “Luiz de Queiroz”  
Escola de Comunicações e Artes: 14  
Escola de Enfermagem de Ribeirão  
Preto: 6  
Escola de Engenharia de Lorena: 3  
Escola Politécnica: 15  
Escola Superior de Agricultura “Luiz  
de Queiroz”: 4  
Etzal, Eduardo: 21.27

## **F**

Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo: 16  
Faculdade de Direito: 17  
Faculdade de Direito de Ribeirão  
Preto: 7  
Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade: 18  
Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade de  
Ribeirão Preto: 8  
Faculdade de Educação: 19

Faculdade de Filosofia, Ciências e  
Letras de Ribeirão Preto: 9  
Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas: 20  
Faculdade de Medicina: 21  
Faculdade de Medicina de Ribeirão  
Preto: 10  
Faculdade de Medicina Veterinária e  
Zootecnia: 22  
Faculdade de Odontologia: 23  
Faculdade de Odontologia de Bauru:  
1  
Faculdade de Saúde Pública: 24  
Faculdade de Zootecnia e  
Engenharia de Alimentos: 5  
FAU: ver Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo  
Fávero, Flamínio: 21.37  
FD: ver Faculdade de Direito  
FDRP: ver Faculdade de Direito de  
Ribeirão Preto  
FE: ver Faculdade de Educação  
FEA: ver Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade  
FEARP: ver Faculdade de Economia,  
Administração e Contabilidade de  
Ribeirão Preto  
Ferraz, Esther de Figueiredo: 17.1  
Ferreira, Arnaldo Amado: 21.14  
Ferreira, Maria Nazareth: 14.1  
Ferreira-Santos, Ruy: 21.66  
FFCLRP: ver Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto  
FFLCH: ver Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas  
Fleury Filho, José Luiz Ferreira: 16.4  
FM: ver Faculdade de Medicina  
FMRP: ver Faculdade de Medicina de  
Ribeirão Preto  
FMVZ: ver Faculdade de Medicina  
Veterinária e Zootecnia  
FO: ver Faculdade de Odontologia  
FOB: ver Faculdade de Odontologia  
de Bauru  
Fonseca, Luís Fernando Laranja da:  
5.1  
Foracchi, Marialice Mencarini: 20.36  
Fraccaroli, Caetano: 16.1  
Fraga, Eudinyr: 14.11

França, Eduardo de Oliveira: 20.17  
FSP: ver Faculdade de Saúde Pública  
Fujimori, Kenkichi: 25.8  
Fukasawa, Lídia Masumi: 20.6  
Fusari, Maria Felisminda de  
Resende: 19.2  
Fuser, Fausto: 14.13  
FZEA: ver Faculdade de Zootecnia e  
Engenharia de Alimentos

## **G**

Garcia, Clóvis: 14.10  
Garcia, Emanuel Soares da Veiga:  
20.19  
Garcia, Rozendo Sampaio: 20.40  
Gianotti, Maria José Cotrim Garaude:  
28.5  
Ginsburg, Jacó: 14.15  
Giroux, Sakae Murakami: 20.7  
Goffi, Fábio Schmidt: 21.36  
Goldenstein, Lea: 20.55  
Gottlieb, Ottlo Richard: 33.1  
Grinover, Lucio: 20.31  
Gross, Bernhard: 13.1  
Gualberto, Luciano: 21.49

## **H**

Haberfeld, Walter: 21.72  
Hamburger, Amélia Império: 29.1  
Henry, Daniel Bauman: 31.4  
Hilsdorf, Maria Lucia Spedo: 19.7  
Holanda, Sérgio Buarque de: 20.42

## **I**

IAG: ver Instituto de Astronomia,  
Geofísica e Ciências Atmosféricas  
IAU: ver Instituto de Arquitetura e  
Urbanismo  
IB: ver Instituto de Biociências  
ICMC: ver Instituto de Ciências  
Matemáticas e de Computação  
IEB: ver Instituto de Estudos  
Brasileiros  
IEE: ver Instituto de Energia e  
Ambiente  
IF: ver Instituto de Física  
IFSC: ver Instituto de Física de São  
Carlos  
IGc: ver Instituto de Geociências

IME: ver Instituto de Matemática e  
Estatística  
Instituto de Arquitetura e  
Urbanismo: 11  
Instituto de Astronomia, Geofísica e  
Ciências Atmosféricas: 25  
Instituto de Biociências: 26  
Instituto de Ciências Matemáticas e  
de Computação: 12  
Instituto de Eletrotécnica e Energia:  
ver Instituto de Energia e Ambiente  
Instituto de Energia e Ambiente: 27  
Instituto de Estudos Brasileiros: 28  
Instituto de Física: 29  
Instituto de Física de São Carlos: 13  
Instituto de Geociências: 30  
Instituto de Matemática e Estatística:  
31  
Instituto de Psicologia: 32  
Instituto de Química: 33  
Instituto Oceanográfico: 34  
IO: ver Instituto Oceanográfico  
IP: ver Instituto de Psicologia  
IQ: ver Instituto de Química

## **J**

Janotti, Maria de Lourdes Monaco:  
20.33  
Januzelli, Antonio Luis Dias: 14.9  
Jatene, Adib Domingos: 21.3  
Joly, Aylthon Brandão: 26.1, 26.2

## **L**

Lacaz, Carlos da Silva: 21.19  
Laurentti, Ruy: 24.8  
Lefevre, Antonio Frederico Branco:  
21.13  
Leite, Dante Moreira: 20.15  
Lencastre, Éris Focessi: 24.1  
Lindenberg, Henrique: 21.40  
Lobosco, Orlando Silvio: 27.2  
Locchi, Renato: 21.65  
Lodovici, Orlando: 21.56  
Lordy, Carmo: 21.20

## **M**

MAC: ver Museu de Arte  
Contemporânea  
Macedo, Neusa Dias de: 14.6

Machado, Eduardo Marcondes: 21.29  
Machado, Pedro Alcântara  
Marcondes: 21.62  
Mack, Carlos Eduardo Vernes: 3.2  
MAE: ver Museu de Arqueologia e Etnografia  
Maffei, Eduardo: 21.28  
Magalhães, Erasmo D'Almeida: 20.20  
Magalhães, Luiz Edmundo de: 26.12  
Marcílio, Maria Luiza: 20.45  
Marcus, Ernst Gustav Gotthelf: 26.20, 37.2  
Marcus, Eveline du Bois Reymond: 26.21  
Martins, Helena Pires: 14.5  
Martins, Heloisa Helena Teixeira de Souza: 20.25  
Marx, Murilo de Azevedo: 16.3  
Mascarenhas, Rodolfo dos Santos: 24.7  
Massambani, Oswaldo: 25.6  
Matera, Ernesto Antônio: 22.1  
Mathias, Simão: 20.43  
Meira, Domingos Rubião Alves: 21.24  
Meira, João Alves: 21.44  
Meira Filho, Sergio de Paiva: 21.68  
Mello, Astrogildo Rodrigues de: 20.11  
Mello, Victor Froilano Bachmann de: 15.1  
Mellone, Oswaldo: 21.58  
Meyer, Marlyse Madeleine: 28.7  
Monbeig, Pierre: 28.10  
Montenegro, Benedicto Augusto de Freitas: 21.16  
Montenegro, João Baptista de Freitas: 21.45  
Monzéglio, Élide: 16.2  
Moraes, Abrahão de: 25.1  
Moreira, Francisco Elias de Godoy: 21.39  
Morretes, Berta Lange de: 26.3  
Motta, Ludgero da Cunha: 21.50  
MR: ver Museu Republicano "Convenção de Itu"  
Museu de Arqueologia e Etnografia: 35  
Museu de Arte Contemporânea: 36

Museu de Zoologia: 37  
Museu Republicano "Convenção de Itu": 2  
MZ: ver Museu de Zoologia

## **N**

Nadai, Elza: 19.4  
Negrão, Lísias Nogueira: 20.61  
Nobre, Érico da Rocha: 4.1  
Nonato, Edmundo Ferraz: 34.1  
Novais, Fernando Antônio: 20.23

## **O**

Oliva, Waldyr Muniz: 31.5  
Oliveira, Aypio Leme de: 25.2  
Oliveira, Mário Ramos de: 21.53  
Oseki, Jorge Hajime: 16.6  
Otto, Priscilla Guimarães: 26.16

## **P**

Pacheco, Cláudio Roberto de Freitas: 15.4  
Pacheco, Elza Dias: 14.7  
Pacheco, José Antônio de Freitas: 25.4  
Palomo, Sandra Maria Silva: 20.49  
Pastore, José: 18.5  
Patarra, Cyro de Carvalho: 31.3  
Paula, Eurípedes Simões de: 20.22  
Paula, Maria Regina Simões de: 20.35  
Paula, Waldomiro de: 21.71  
Pavan, Crodowaldo: 26.9  
Pedroso, Alexandrino de Moraes: 21.6  
Pereira, Jayme Regallo: 21.42  
Pereira, João Baptista Borges: 20.27, 20.47  
Pereira, Maria Augusta Querubim Rodrigues: 26.13  
Perondini, Andre Luiz Paranhos: 26.7  
Pessoa, Reynaldo Xavier Carneiro: 20.39  
Pessoa, Samuel Barnsley: 20.41, 21.67  
Petri, Setembrino: 30.2  
Petti, Odlávas Messias: 14.18

Pierucci, Antônio Flávio de Oliveira: 20.51  
Pinnotti, Henrique Walter: 21.41  
Pinto, Karen Astrid Müller: 14.17  
Pinto, Olivério Mário de Oliveira: 37.6  
Pinto, Virgílio Alves de Carvalho: 21.70  
Piza Júnior, Salvador de Toledo: 4.2  
Población, Dinah Aparecida de Mello Aguiar: 14.2  
Prado, Antônio de Almeida: 21.12  
Pupo, João Aguiar: 21.43

## **Q**

Queiroz, Maria Isaura Pereira de: 20.46  
Queiroz Júnior, Teófilo de: 20.52  
Queiroz Neto, José Pereira de: 20.59  
Quinteiro, Eudósia Acuña: 14.12

## **R**

Rawister, Felix Kurt: 26.4  
Reichardt Filho, Hans: 37.4  
Retief, Daniel Hugo: 1.1  
Ribas, João Carvalhal: 21.46  
Ribeiro, Eurico Branco: 21.33  
Righi, Gilberto: 37.3  
Romanelli, Geraldo: 9.1  
Rosenberg, Rachel Lea: 32.4  
Rosenthal, Erwin Theodor: 20.21  
Ruellan, Allain: 20.58

## **S**

Sá, Nelsi Côgo de: 25.9  
Saito, Hiroshi: 20.4  
Saldanha, Pedro Henrique: 26.15  
Salvatore, Carlos Alberto: 21.18  
Samara, Eni de Mesquita: 20.44  
Santos, José: 24.4  
Santos, Milton Almeida dos: 28.9  
Santos, Oswaldo de Barros: 32.3  
Santos, Pérsio de Souza: 15.5  
Saraiva, Hamilton Figueiredo: 14.14  
Sawaya, Paulo: 21.61  
Schaden, Egon: 20.18  
Schenberg, Mário: 29.2  
Schreiber, Lilia Blima: 21.48

Seabra, Odette Carvalho de Lima: 20.57  
Seale, Denise Maria Peccinini: 26.10  
Senise, Paschoal Ernesto Américo: 33.2  
Silva, Alberto Carvalho da: 21.5  
Silva, Antônio Carlos Pacheco e: 20.11  
Silva, Armando Corrêa da: 20.54  
Silva, Gilberto Luis Jardim Pinto da: 3.1  
Silva, Janice Theodoro: 20.26  
Silva, Manoel Augusto Pirajá da: 21.52  
Silva, Moacyr da: 23.1  
Silva, Pedro Dias da: 21.63  
Silva, Raul de Andrada e: 20.38, 28.11  
Simão, Azis: 20.13  
Singh, Patan Deen: 25.5  
Sinhorini, Idércio Luiz: 22.2  
Sousa, Cynthia Pereira de: 19.3  
Souza, Geraldo Horácio de Paula: 24.3  
Souza, Maurício Jorge Pinto de: 8.1  
Souza, Odorico Machado de: 21.55  
Splendore, Alfonso: 21.8  
Stammreich, Hans: 20.24  
Stephaneck, Paul: 9.2  
Suguio, Kenitiro: 30.1  
Suzuki, Teiti: 20.8

## **T**

Tamai, Kensuke: 20.5  
Toledo, Gil Soderro de: 20.53  
Toledo, Paulo de Almeida: 21.60  
Toledo Filho, Silvio de Almeida: 26.18  
Tolosa, Adherbal Pinheiro Machado: 21.2  
Tolosa, Erasmo Magalhães Castro de: 21.31

## **U**

Uchôa, Dorath Pinto: 35.1

## **V**

Vampré, Enjolras: 21.30  
Vasconcelos, Edmundo: 21.26

Vasconcelos, Philippe Westin Cabral  
de: 4.3  
Vendramini, José Eduardo: 14.16  
Venturelli, Margarida: 26.5  
Vieira, Evaldo Amaro: 19.5  
Vieira, Francisco Borges: 24.2  
Villela, Rubens Junqueira: 25.3  
Visentini, Carlos Alberto: 20.14

**W**

Wakisaka, Geny: 20.3  
Wernet, Augustin: 20.12  
Witter, José Sebastião: 20.30

**Y**

Yurgel, Marlene: 16.5

**Z**

Zerbini, Euryclides Jesus: 21.35

## REFERÊNCIAS

---

- A UNIVERSIDADE. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 de novembro de 1935.
- ALBERCH FUGUERAS, Ramon. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona: Editorial UOC, 2003.
- AMANN, K.; KNORR CETINA, Karin. The fixation of (visual) evidence. In: LYNCH, Michael; WOOLGAR, Steve (ed.). *Representation in scientific practice*. Cambridge: The MIT Press, 1990, p. 85-121.
- ANDRADE, Ana Célia Navarro de; FERNANDES, Simone; TESSITORE, Viviane. Metodologia de elaboração do guia. In: KHOURY, Yara Aun (coord.). *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (fundadas entre 1550 e 1900)*. São Paulo: Imprensa Oficial; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; FAPESP, 2004. 2 v.
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1976. (Estudos e documentos)
- ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sudeste, 1974. (Estudos e documentos, 10)
- ARÓSTEGUI, Julio. Uma teoria da documentação histórica. In: ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Trad. Andrea Dore. Bauru: Edusc, 2006, p. 488-512.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARTIÈRES, Philippe; KALIFA, Dominique. Présentation: l'historien et les archives personnelles: pas à pas. *Sociétés & Représentations*, Paris, n. 13, p. 7-15, 2002.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Prefácio. In: VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.
- AZEVEDO, Fernando de. A Universidade de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 1954.
- BARRAZA LESCANO, Sergio. Historia de los archivos. In: INSTITUTO PANAMERICANO DE GEOGRAFÍA E HISTORIA. *Nuestra palabra: textos*



archivísticos panamericanos. Lima: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1996, p. 11-47.

BARROS, Carlos. La historia que viene. *Revista de História*, São Paulo, n. 139, p. 95-115, 1998.

BEARMAN, David. Contexts of creation and dissemination as approaches to documents that move and speak. In: DOCUMENTS THAT MOVE AND SPEAK: audiovisual archives in the new information age: proceedings of a symposium organized for the International Council of Archives by the National Archives of Canada. München: K.G. Saur, 1992, p. 140-149.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Centro de Memória da Educação/FE-USP; FAPESP, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 201-207, 1998.

BORGES, Jorge Luis. El idioma analítico de John Wilkins. In: BORGES, Jorge Luis. *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 125-129.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: *Sociologia*. Organização de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>.

BRAUDEL, Fernand. Primeiras histórias. USP, 50 anos: lembranças de um pioneiro francês. Entrevista concedida a Rosa Freire d'Aguiar. *IstoÉ*, São Paulo, n. 371, 1 fev. 1984.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BURKE, Peter. Abertura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 7-37.

CALLON, Michel. L'agonie d'un laboratoire. In: CALLON, Michel (org.). *La science et ses réseaux*. Paris: Éditions La Découverte, 1989, p. 173-214.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 1, 2010. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009a.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 2. São Paulo: Huicitec, 2009b, p. 424-443.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 5-10, jul.-dez. 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conceituação e características dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006, p. 13-16.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: questões para um debate. In: MATTOS, Edilene; CAVALCANTE, Neuma; LOPEZ, Telê Ancona; LIMA, Yêdda Dias (org.). *A presença de Castello*. São Paulo: Humanitas; IEB-USP, 2003a, p. 101-104.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003b.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-24, jan.-dez. 1988.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. *Informação & Informação*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 150-167, maio/ago. 2013.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. O arquivo de Lina Bo Bardi: revisitando uma experiência. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012. *Anais...* Salvador: AABA; ENARA, 2012. Disponível em: <<http://www.enara.org.br/cna2012/anais/AnaisVCNA2012.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e a representação de arquivos pessoais. SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4, 2011. *Anais do 4º SECIN*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/secin/ocs/index.php/secin2011/secin2011/paper/viewFile/13/9>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Guia dos arquivos do CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/guia/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CHARMASSON, Thérèse. Archives scientifiques ou archives de sciences: des sources pour l'histoire. *La revue pour l'histoire du CNRS*, Paris, v. 14, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A cidade e o campo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de janeiro de 1984. Folhetim, p. 3-5.

COOK, Terry. The archive(s) is a foreign country: historians, archivists and the changing archival landscape. *The Canadian Historical Review*, Toronto, v. 90, n. 3, p. 497-534, September 2009.

COOK, Terry. Archival Science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, p. 18-19, 2001.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Ottawa, n. 43, Spring 1992.

COSTA, Sérgio Roberto. Introdução. In: COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COX, Richard J. Archivists and public historians in the United States. *The Public Historian*, Berkeley, v. 8, n. 3, p. 29-45, Summer 1986.

CRAVEN, Louise. From the archivist's cardigan to the very dead sheep: what are archives? What are archivists? What do they do? In: CRAVEN, Louise (ed.). *What are archives? Cultural and theoretical perspectives: a reader*. Hampshire: Ashgate, 2008, p. 7-30.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. Trad. Danielle Ardaillon. Rev. Técnica Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELSALLE, Paul. *Une histoire de l'archivistique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Conexões, 11)

DODEBEI, Vera. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2011.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Rev. Téc. José Leonardo do Nascimento. Bauru: EDUSC, 2003.

DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, Pittsburgh, v. 11, n. 3-4, p. 213-218, 1997.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

DURANTI, Luciana. Diplomats: new uses for an old science. *Archivaria*, Ottawa, n. 28, p.7-27, 1989; n. 29, p.4-17, 1989-1990; n. 30, p.4-20, 1990; n. 31, p.10-25, 1990-1991; n. 32, p.6-24, 1991; n. 33, p. 6-24, 1991-1992.

EIS COMO FUNCIONA A USP NESTE 1970. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 de fevereiro de 1970. Geral, p. 15.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: SEMINARIO DE ARCHIVOS PERSONALES, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

ESCOLAS TRADICIONAIS RESISTEM ATÉ HOJE À INTEGRAÇÃO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 de janeiro de 1984.

ESPAÑA. Ministerio de Cultura, Educación y Deporte. Portal de archivos españoles. Disponível em: <<http://pares.mcu.es/>>. Acesso: 25 mar. 2014.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *O Estado de S. Paulo*, 23 de fevereiro de 1952. Notícias diversas, p. 6.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FISHER, Rob. In search of a theory of private archives: the foundational writings of Jenkinson and Schellenberg revisited. *Archivaria*, Ottawa, n. 67, p. 1-24, spring 2009.

FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad. Georg Otte e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-89, 1998.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Acervos. Reúne dados sobre o acervo da instituição e dá acesso às bases de dados. Disponível em: <[http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID\\_S=3](http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=3)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Fiocruz, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O acesso aberto à informação científica: dimensões legais, políticas e éticas. In: PERLINGEIRO, Ricardo; RIBEIRO, Fernanda; NETO Luísa (org.). *Direito e informação: que responsabilidade(s)?* Niterói: Editora da UFF, 2013, p. 305-322.

GOULART, Silvana. Centros de memória: substância e funções no mundo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. *Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, p. 493-497.

HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Trippel. *Appraising the records of modern science and technology: a guide*. Massachusetts: MIT, 1985.

HARRIS, Verne. Jacques Derrida meets Nelson Mandela: archival ethics at the endgame. *Archival Science*, Dordrecht, v. 11, p. 113-124, 2011.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory: more than a metaphor, less than an analogy. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 163-179.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. 6 ed. Sevilla: Servicio de publicaciones de la diputación de Sevilla, 1993.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 41-57, jul.-dez. 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, 1997.

HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual's life. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 213-241.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. *Archivaria*, Ottawa, n. 52, p. 126-135, fall 2001.

HOLLÓS, Adriana Cox. Preservação e memória social. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da; FREIXO, Aurora Leonor; TERSO, Iole Costa; ANDRADE, Ricardo Sodr  (org.). *Cultura, representa o e informa o digitais*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 29-40.

HYRY, Tom; KAPLAN, Diane; WEIDEMAN, Christine. "Though this be madness, yet there is method in't": assessing the value of faculty papers and defining a collecting policy. *The American Archivist*, Chicago, v. 65, p. 59-69, spring/summer 2002.

IACOVINO, Livia. Archives as arsenals of accountability. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara (CA): Libraries Unlimited, 2010, p. 181-212.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Catálogo eletrônico IEB/USP. Disponível em: <[http://www.ieb.usp.br/catalogo\\_eletronico/](http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Multilingual archival terminology. Disponível em: <<http://www.ica.org/14282/multilingual-archival-terminology/multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archives administration: including the problems with war archives and archives making*. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

JIMERSON, Randall. Archives for all: the importance of archives in society. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 11-26, jul.-dez. 2008.

KETELAAR, Eric. Archivalisation and archiving. *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 21, n. 1, p. 54-61, may 1999.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate da febre amarela no Brasil*. São Paulo, 2008, 259 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *Laboratory life: the construction of scientific facts*. Princeton: University Press, 1986.

LAYER, Tara Zachary. In a class by themselves: faculty papers at research university archives and manuscripts repositories. *The American Archivist*, Chicago, v. 66, p. 159-196, spring/summer 2003.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128-176.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEJEUNE, Philippe. Le journal: genèse d'une pratique. *Genesis*, Paris, n.32, p. 29-41, 2011.

LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; IDESP, 1989, p. 111-187.

LOPEZ, André Porto Ancona. Os arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, v. 2, n. 15, p. 69-82, 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação dos conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo, 2000, 228 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MATHIAS, Simão. Conceito, função e reestruturação da Universidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de julho de 1967.

McKEMMISH, Sue. Evidence of me... *Archives and manuscripts*, Canberra, n. 24, v. 1, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999, p. 11-29.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v.1, p. 57-82, 2001.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: *The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record*, 30-31 May 1996. Stockholm: Risksarkivet, 1998, p.11-24.

MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 September 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.

MERTON, Robert K. *Teoría y estructuras sociales*. Trad. Florentino M. Torner e Rufina Borques. 4 ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 623-740.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, spring 2006.

MONBEIG, Pierre. Viagem à memória da USP. Entrevista concedida a Giles Lapouge. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 11 de fevereiro de 1984.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *USP 70 anos: imagens de uma história vivida*. São Paulo: Edusp, 2006.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

NALBATIAN, Suzanne; MATTHEWS, Paul M.; McCLELLAND, James L. (eds.). *The memory process: neuroscientific and humanistic perspectives*. Cambridge: The MIT Press, 2011.

NASCIMENTO DAS UNIVERSIDADES: USP. São Paulo: TV Cultura; UNIVESP-TV, 2008. Programa de TV. Disponível em: <<http://univesptv.cmais.com.br/nascimento-das-universidades>>. Acesso: 11 jan. 2014.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. About us. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/>>. Acesso 19 nov. 2013.



NOS ANOS 60, A REFORMA QUE A SITUAÇÃO EXIGIU. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 de janeiro de 1974.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da nova história. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 6-70.

O CONSELHO TECNICO DA FACULDADE DE MEDICINA EXAMINARÁ HOJE A SITUAÇÃO CREADA PELOS ACONTECIMENTOS DO DIA 8. *Folha da manhã*, São Paulo, ano XII, n. 4060, 11 de junho de 1937.

O PENSAMENTO DIRETOR E OS OBJETIVOS VISADOS PELOS SEUS FUNDADORES: aula inaugural proferida pelo dr. Julio de Mesquita Filho, por ocasião da abertura do ano letivo na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 de março de 1958, p. 80.

OBREGÓN, Diana. La construcción social del conocimiento: los casos de Kuhn y de Fleck. *Revista Colombiana de Filosofía de la Ciencia*, Bogotá, v. 3, n. 6-7, p. 41-58, 2002.

OCAMPO, Liana T. R. Curso de mestrado em administração de centros culturais: esquema conceitual. *Apontamentos Memória & Cultura*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-18, 1991.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OS ALUNOS: A MEMÓRIA DE QUEM VIU NASCER A USP. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 11 de fevereiro de 1984.

PESSOA, J.G Frota. A Universidade de São Paulo (Transcrito do *Jornal do Brasil*, de 1º de fevereiro de 1934). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1934, p. 4.

PESTRE, Dominique. Por uma nova abordagem social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG-UNICAMP*, Campinas, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996.

PIGGOTT, Michael. Archives and memory. In: McKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael; REED, Barbara; UPWARD, Frank (ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, 2005, p. 299-328. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24)

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLARD, Riva A. The appraisal of personal papers: a critical literature review. *Archivaria*, Ottawa, n. 52, p. 136-150, fall 2001.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (História e historiografia, 2)

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Portaria GR nº 3989, de maio de 2008. *Diário Oficial*, São Paulo, 4 de maio de 2008. Disponível em: < [http://www.usp.br/arquivogeral/?page\\_id=19](http://www.usp.br/arquivogeral/?page_id=19)>. Acesso: 10 fev. 2014.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 184-207. (Linguagem, 14)

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*: seis ensaios da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SAMUELS, Helen Willa. *Varsity letters: documenting modern colleges and universities*. Lanham: The Scarecrow Press, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (ed.). *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012. (Thesis, 1)

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência*. Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

SÃO PAULO. Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, ano 44, n. 101, p. 1-3, 10 de maio de 1934.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. Manoel A. Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SENISE, Paschoal. *Origem do Instituto de Química da USP: reminiscências e comentários*. São Paulo: Instituto de Química da USP, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. São Paulo, 2007, 211 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime: genre littéraire et écriture ordinaire*. Paris : Téraèdre, 2004.

SMIT, Johanna W.; LATTOUF, Regis. Os documentos da pesquisa científica na ótica da Lei de Acesso à informação: algumas propostas e alguns desafios. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 6, 2013, Rio de Janeiro. No prelo.

SMIT, Johanna W. A documentação e suas diversas abordagens. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST. *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008, p. 11-23. (MAST Colloquia, 10)

SMIT, Johanna. *O que é documentação?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 166-193, jul. 2000.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Glossary of archival and records terminology, by Richard Pearce-Moses*. 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary>>. Acesso 15 dez. 2013.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. *Guide to donating your personal or family papers to a repository*. 1994. Disponível em: <<http://www.archivists.org/publications/donating-familyrecs.asp>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

STANFORD UNIVERSITY. Stanford University Libraries. Special collections & university archives. Transferring your records. Disponível em: <<http://library.stanford.edu/spc/university-archives/transferring-your-records>>. Acesso: 25 mar. 2014.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979. (Estudos e documentos)

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 161-175.

TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? *Arquivo: boletim histórico e informativo*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan.-jun. 1989.

THE NATIONAL ARCHIVES. Who we are. Apresenta dados a respeito da história e dos serviços oferecidos. Disponível em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/about/who-we-are.htm>>. Acesso em 17 jun. 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, abr. 2011.

UM MORTO EM NOVO CONFLITO NA RUA MARIA ANTONIA. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 de outubro de 1968. 1º caderno.

UNITED STATES COMMITTEE ON THE RECORDS OF GOVERNMENT. *Report*, March 1985.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Anuário estatístico*. São Paulo: 2013. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/anuario/AnuarioControle>>. Acesso: 10 fev. 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Estatuto dos Servidores da Universidade de São Paulo (Versão Consolidada). Disponível em: <<http://www.usp.br/drh/>>. Acesso: 1 out. 2013.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. História. Apresenta linha do tempo com eventos relevantes da história da instituição. Disponível em: <<http://www5.usp.br/institucional/a-usp/historia/linha-do-tempo/>>. Acesso: 15 jan. 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1934. Geral, Secção Livre, p. 10.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução 6073, de 1º de março de 2012. Dispõe sobre a criação do Programa “Professor Sênior”. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-6073-de-1o-de-marco-de-2012>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Coleção memória intelectual da UFMG. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/colecoes-especiais/memoria-intelectual-ufmg>>. Acesso: 25 mar. 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Base Minerva. Catálogo da coleção Memória UFRJ. Disponível em: <[http://fenix2.ufrj.br:8991/F?func=find-b&request=memoria+ufrj&find\\_code=wcl&local\\_base=mufrj%20](http://fenix2.ufrj.br:8991/F?func=find-b&request=memoria+ufrj&find_code=wcl&local_base=mufrj%20)>. Acesso: 25 mar. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Memória Institucional da UFRJ. Disponível em <<http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/memoria.html>>. Acesso: 25 mar. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Museu da UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/museu/acervo/sobre>>. Acesso: 25 mar. 2014.

UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. University archives. Disponível em: <<http://www.library.ubc.ca/archives/>>. Acesso 19 nov. 2013

UNIVERSITY OF CALIFORNIA-BERKLEY. The Bancroft Library. University archives. Records transfer guidelines. Disponível em: <<http://bancroft.berkeley.edu/collections/uarc/transfer.html>>. Acesso: 25 mar. 2014.

VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria? A ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (org.). *Universidades & arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3 ed. São Paulo: Planeta, 2008.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. São Paulo, 2012, 356 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 370-407.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.65-72, jan.-jul. 2004.

WHITE, Harold L. Apresentação da edição original. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 438-483.

WILLIAMS, Claire. Personal papers: perceptions and practices. In: CRAVEN, Louise (ed.). *What are archives? Cultural and theoretical perspectives: a reader*. Hampshire: Ashgate, 2008, p. 53-67.

WITTER, José Sebastião. *USP/50 anos: registros de um debate*. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1984.

YATES, Frances. *The art of memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, p. 315 – 343, fall / winter 2007.

ZINK, Anne. Vous avez des archives? Veillez sur elles. *Archives Juives*, Paris, n. 34, v. 1, p. 125-128, 2001.